

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA – UnB  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS – IH  
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO GEOGRAFIA

MELINE CABRAL MACHADO

**MAPEAMENTO CULTURAL E GESTÃO TERRITORIAL DE  
TERRAS INDÍGENAS:  
O USO DOS ETNOMAPAS**

Brasília  
2014

MELINE CABRAL MACHADO

**MAPEAMENTO CULTURAL E GESTÃO TERRITORIAL DE  
TERRAS INDÍGENAS:  
O USO DOS ETNOMAPAS**

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia do Departamento de Geografia, Instituto de Ciências Humanas da Universidade de Brasília, como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestre em Geografia.

Área de concentração: Gestão Ambiental e Territorial.

Orientador: Prof. Dr. Valdir Adilson Steinke  
Co-orientador: Prof. Dr. Rafael Sanzio Araujo dos Anjos

Brasília  
2014

MELINE CABRAL MACHADO

**MAPEAMENTO CULTURAL E GESTÃO TERRITORIAL DE  
TERRAS INDÍGENAS:  
O USO DOS ETNOMAPAS**

Esta dissertação foi julgada adequada para a obtenção do título de Mestre em Geografia e aprovada em sua forma final pelo Orientador e pela Banca Examinadora.

Orientador: \_\_\_\_\_

Prof. Dr. Valdir Adilson Steinke, UnB

Doutor pela Universidade de Brasília – Brasília, Brasil.

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Neio Lucio de Oliveira Campos, UnB

Doutor pela Universidade Federal do Rio de Janeiro – Rio de Janeiro, Brasil

Prof. Dr. Alecsandro José Prudêncio Ratts, UFG

Doutor pela Universidade de São Paulo – São Paulo, Brasil

Coordenador do PPGEA: \_\_\_\_\_

Prof. Dr. Osmar Abílio de Carvalho Júnior.

Brasília, setembro de 2014.

## DEDICATÓRIA

Aos povos indígenas pela força, dedicação e empenho na luta pelos seus direitos e por um mundo melhor.

## AGRADECIMENTO

Ao orientador professor Valdir Steinke pela confiança, apoio, compreensão e valiosas contribuições para o trabalho. Acima de tudo, obrigada por me acompanhar nesta jornada e por estimular o caminhar da pesquisa.

Ao professor Rafael Sanzio pela orientação conjunta possibilitando novos olhares sobre a pesquisa e por suas contribuições e ensinamentos.

À minha família de geógrafas! Minha mãe Maura por toda inspiração de vida, que me ensina lutar por um mundo melhor e à minha irmã Talita pelas conversas e ajuda ao longo da pesquisa, me ensinando um novo olhar sobre os caminhos da geografia na academia e confiando sempre em meu trabalho.

Ao meu irmãozinho João Marcos por toda dedicação especial do dia a dia.

Ao meu pai, José Antunes por todo o incentivo no caminhar de minha formação. À minha irmã Letícia, que em breve estará traçando seu caminho pela universidade.

À toda minha família em especial à minha vó Gasparina pela preocupação constante com a pesquisa e sempre apoiando minhas decisões e à minha tia Maria pela ajuda na revisão da pesquisa.

À todos os meus primos, em especial ao Diego, Lucas, Nancy, Rodrigo, Raquel, Daniel, Naiara, Hugo e Taísa que acompanharam o caminhar do estudo.

Aos meus amigos, em especial, à Carol, Suelen, Jaque, Dani e Leane pela ajuda nos detalhes da pesquisa e também por me ouvirem sempre sobre o caminhar do estudo.

À todo povo indígena das TIs Trombetas do Mapuera e Nhamundá Mapuera, em especial aos representantes da APIM, Paulo Wai Wai e da AIKATUK, Juventino Kaxuyana pela confiança no trabalho e pela disposição em colaborar com o estudo.

À toda Equipe de Conservação da Amazônia, em especial ao Vasco e Wesley, pela oportunidade de conhecer e contribuir na luta pelos direitos dos povos indígenas. Também deixo meu agradecimento especial ao Pordeus pela ajuda nas entrevistas, Muryel (também geógrafa) por todo o apoio e confiança na pesquisa, Luiza pela troca de ideias estimulando o desenvolver do trabalho e ao Hebert, Juliano e Camila por ouvirem a todo momento sobre o desenrolar do estudo.

À todos que não foram citados aqui, mas que de alguma forma contribuíram para o estudo.

## RESUMO

Durante muito tempo os mapas eram vistos apenas como ferramentas para demonstrar características relacionadas à dominação e conquista por territórios, mas essa visão tem mudado. Metodologias atuais de mapeamento têm sido utilizadas por povos indígenas, que veem no mapa cultural uma possibilidade para representar elementos de importância social e cultural de seus territórios tradicionais, fortalecendo suas identidades e territorialidades. A principal luta dos povos indígenas está centrada na demarcação de seus territórios, mas também no uso sustentável dos recursos naturais e culturais para futuras gerações. Com o intuito de planejar esse uso, foi criada a Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas (PNGATI) que traz o etnomapeamento como um dos instrumentos para alcançar a gestão. Por meio de entrevistas com representantes de associações indígenas e observação participante no mapeamento cultural das terras indígenas Trombetas do Mapuera e Nhamundá Mapuera, o presente trabalho analisou, a partir da percepção e da representação social, se o etnomapa é de fato uma ferramenta para a gestão territorial como proposto pela PNGATI. Apesar do mapa cultural ser uma ferramenta fundamental para planejamento é necessário que na implementação da PNGATI existam metodologias (participativas) definidas e usos direcionados dos etnomapeamentos para o alcance efetivo da gestão territorial, partindo sempre das demandas e construções dos povos indígenas respeitando o contexto histórico de cada comunidade.

Palavras Chave: Gestão territorial; povos indígenas; etnomapeamento; Política Nacional de Gestão Ambiental e Territorial de Terras Indígenas (PNGATI).

## ABSTRACT

For a long time the maps were seen only as tools to demonstrate characteristics related to domination and conquest for territory, but this view has changed. Current mapping methodologies have been used by indigenous people, who see in the cultural map a chance to represent elements of social and cultural importance of their traditional territories, strengthening their identities and territoriality. The main struggle of indigenous people is centered in the demarcation of their territories, but also in the sustainable use of natural and cultural resources for future generations. In order to plan this use, was created the National Policy of Territorial and Environmental Management of Indigenous Lands (PNGATI) that brings ethnomapping as an instrument to achieve the management. Through interviews with representatives of indigenous associations and participant observation in cultural mapping of indigenous lands Trombetas do Mapuera and Nhamundá Mapuera, this study analyzed, starting the perception and social representation, if the etnomap is actually a tool for land management as proposed by PNGATI. Despite the cultural map been a fundamental tool for planning, is necessary that in the implementation of PNGATI exists defined methodologies (participatory) and targeted uses of etnomappings to the effective range of land management, always starting from the demands and set ups of indigenous people, respecting the historical context of each community.

Keywords: Territorial Management; indigenous people; ethnomapping; National Policy of Territorial and Environmental Management of Indigenous Lands (PNGATI).

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	11
CAPÍTULO 1. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS E CONCEITOS FUNDAMENTAIS	
1.1.Procedimentos metodológicos.....	14
1.2.A construção da categoria território na Ciência Geográfica.....	17
1.3.Território tradicional indígena.....	21
CAPÍTULO 2. A QUESTÃO INDÍGENA NO BRASIL E A POLÍTICA NACIONAL DE GESTÃO AMBIENTAL E TERRITORIAL DE TERRAS INDÍGENAS	
2.1.Situação das terras indígenas no Brasil e a necessidade de políticas voltadas à gestão territorial.....	26
2.2.A Política Nacional de Gestão Ambiental e Territorial de Terras Indígenas (PNGATI).....	33
CAPÍTULO 3. REPRESENTAÇÕES ESPACIAIS: CARTOGRAFIAS ÉTNICAS E OS ETNOMAPAS	
3.1.A evolução dos mapas na história.....	42
3.2.Mapeamento cultural.....	49
3.3.Metodologias de mapeamento cultural.....	57
CAPÍTULO 4. MAPEAMENTO E O USO DOS MAPAS CULTURAIS PARA POVOS INDÍGENAS	
4.1.Mapeamento cultural das terras indígenas Trombetas do Mapuera e Nhamundá Mapuera.....	61
a) Procedimentos prévios e primeira oficina.....	68
b) Primeira etapa de trabalho de campo.....	72
c) Segunda oficina.....	74
d) Segunda etapa de trabalho de campo.....	77
e) Terceira oficina.....	78
f) Revisão final dos mapas.....	79
g) Entrega dos mapas.....	81
4.2.O uso dos etnomapas pelas comunidades indígenas.....	84
CAPÍTULO 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS E RECOMENDAÇÕES.....	91
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....	96
ANEXOS.....	102

## LISTA DE ILUSTRAÇÃO

Figura 1: Dados demográficos da população indígena no Brasil.....	27
Figura 2: Mapa de terras indígenas do Brasil.....	30
Figura 3: Mapa mais antigo registrado.....	42
Figura 4: Navegações - Carta-Portulano do Mediterrâneo.....	43
Figura 5: Etapas metodológicas do mapeamento cultural colaborativo.....	60
Figura 6: Mapa de localização das TIs.....	62
Figura 7: Mapa Calha Norte - Porção Paraense.....	63
Figura 8: Mapa de localização das aldeias das TIs.....	64
Figura 9: Discutindo os possíveis usos do mapa cultural.....	69
Figura 10: Definição da área de abrangência do mapa cultural por etnia.....	70
Figura 11: Desenho para ser representando no mapa cultural.....	72
Figura 12: Etapa de campo nas aldeias.....	73
Figura 13: Apresentação do mapa a partir das informações coletadas em campo.....	74
Figura 14: Gravação das histórias representadas no mapa do povo Wai Wai.....	75
Figura 15: Validando os registros do mapa na etapa de campo.....	77
Figura 16: Transcrição dos elementos coletados na etapa de campo.....	79
Figura 17: Revisão final das histórias.....	80
Figura 18: Entrega do mapa cultural do povo Wai Wai.....	81
Figura 19: Mapa cultural das TIs Trombetas do Mappuera/Nhamundá Mapuera.....	83

## LISTA DE ABREVIATURAS

ACI - Associação Cartográfica Internacional  
ACT Brasil –*Amazon Conservation Team*  
ANA - Agência Nacional de Águas  
APIM - Associação dos Povos Indígenas do Mapuera (APIM)  
APITICATXI - Associação dos Povos Indígenas Tiriyo, Kaxuyana e Txikityana  
BIA - *Bureau of Indian Affairs*  
CNPI - Comissão Nacional de Política Indigenista  
COCAR - Comissão de Cartografia  
CTI - Centro de Trabalho Indigenista  
DSG - Diretoria do Serviço Geográfico  
ECAM – Equipe de Conservação da Amazônia  
ESEC – Estação Ecológica  
ESRI - *Earth Sciences Research Institute*  
FAB - Força Aérea brasileira  
FLOTA - Floresta Estadual  
FLONA - Floresta Nacional  
FUNAI – Fundação Nacional do Índio  
FUNASA – Fundação Nacional de Saúde  
GPS - Sistema de Posicionamento Global  
GT - Grupo de Trabalho  
GTI – Grupo de Trabalho Interministerial  
IBAMA - Instituto Brasileiro do meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis  
IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística  
IMAZON- Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia  
ICMBIO- Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade  
INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária  
ISA - Instituto Socioambiental  
Kanindé – Associação de Defesa Etnoambiental Kanindé  
MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário  
MDS – Ministério do Desenvolvimento Social  
MJ – Ministério da Justiça

MMA – Ministério do Meio Ambiente

MRN - Mineração Rio do Norte

NASA – *National Aeronautics and Space Administration*

ONG - Organização não Governamental

OIT - Organização Internacional do Trabalho

OSCIP – Organização da Sociedade Civil de Interesse Público

PDPI - Projeto Demonstrativo dos Povos Indígenas

PNGATI - Política Nacional de Gestão Ambiental e Territorial de Terras Indígenas

TI - Terra Indígena

PNPCT - Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Povos e Comunidades Tradicionais

PPTAL - Projeto Integrado de Proteção às Populações e Terras Indígenas da Amazônia Legal

UC- Unidade de Conservação

REBIO – Reserva Biológica

SBF - Serviço Florestal Brasileiro

SEMA / PA - Secretaria de Estado e Meio Ambiente do Pará

SIG - Sistemas de Informações Geográficas

SPI – Serviço de Proteção ao Índio

SPIG - Sistema Participativo de Informações Geográficas

TNC - *The Nature Conservancy*

USAID - *Agency for International Development*

## INTRODUÇÃO

A gestão dos territórios é o que se pretende alcançar com as discussões e planejamento do uso do território, seja ele o global, nacional, as grandes e pequenas cidades, o rural ou as comunidades tradicionais. São diversos os interesses e objetivos para se chegar à gestão, contando com várias ferramentas entre elas a cartografia.

A Cartografia surge como uma ferramenta para o conhecimento de territórios. Mas, como outras ciências, também sofreu mudanças ao longo do tempo, sendo na sua criação uma cartografia apenas vinculada ao poder estatal e aos grandes detentores de poder. Atualmente vem estando presente nas representações vinculadas às comunidades tradicionais e usada inclusive, como uma forma para exigir direitos e manifestar reivindicações políticas desses grupos para o Estado.

Os mapas são vistos como instrumentos para representar determinadas características do espaço geográfico, sempre estiveram historicamente ligados a diversas sociedades e o seu uso às mais variadas funções. Mas por muito tempo os mapas estavam vinculados somente às relações de poder da sociedade e às disputas por territórios.

Com a inserção de novas tecnologias e de novos olhares sobre os povos e comunidades indígenas, a cartografia tomou espaço nos territórios tradicionais, não como uma cartografia ocidental, mas sim como uma ferramenta sociocultural que busca mapear as características da cultura, dos costumes, da tradição, dos usos dos recursos naturais e do território tradicional.

Na representação do espaço, os mapas cartográficos ocidentais diferem dos mapas culturais, enquanto os primeiros se limitam à uma representação objetiva do espaço com diversas regras de uso e de elaboração, os mapas culturais visam construir as representações a partir da cartografia étnica de diferentes territórios e territorialidades, propondo a representação a partir da percepção das comunidades sobre seu espaço.

Ao longo deste trabalho, as nomenclaturas cartografia étnica, etnocartografia, etnomapeamento e mapeamento cultural foram utilizadas para os mapas e cartas que objetivam a representação do território tradicional indígena pelo ponto de vista dos próprios indígenas.

A nomenclatura mais usual dos registros dos aspectos culturais é o mapa cultural ou etnomapa, talvez por ter tido pouco espaço na geografia e/ou por ter sido

mais trabalhada junto à antropologia, que desconhecendo as linguagens cartográficas optaram por essa nomenclatura. Mas é importante ressaltar que o mapa cultural é essencialmente geográfico, sendo uma mescla de regras tradicionais da cartografia e representações socioculturais, que antes a cartografia, dentro da geografia, não se propunha a trabalhar.

As representações trazidas pelo mapa cultural têm como foco principal o território e suas territorialidades, que são construídos socialmente por meio da percepção e da interpretação dos indivíduos, revelando as práticas sociais presentes no cotidiano desses indivíduos. Aqui se pode pensar na construção de uma geografia indígena, unindo o conhecimento da ciência ao uso de ferramentas para se alcançar a gestão do território indígena.

As cartografias étnicas ou os mapeamentos culturais, surgem para as comunidades indígenas com a proposta de ser uma ferramenta de discussão de questões socioambientais, de gestão territorial e de aspectos educacionais a partir da percepção e das representações sociais dessas comunidades sobre seus territórios. Mas o uso efetivo dos mapas para essas finalidades variam de acordo com a necessidade de cada comunidade.

A partir da percepção da comunidade e do uso do mapeamento cultural participativo, esse trabalho tem por objetivo responder se o mapeamento cultural é de fato uma ferramenta para alcançar a gestão territorial de terras indígenas, como proposto pela Política Nacional de Gestão Ambiental e Territorial de Terras indígenas (PNGATI - decreto nº 7.747 de 5 de junho de 2012), que propõe dois instrumentos para se alcançar a gestão de terras indígenas: o Etnozoneamento e o Etnomapeamento.

Atualmente, existem muitas pesquisas relacionadas ao tema de mapeamento cultural na área da Antropologia, onde diversos pesquisadores trazem olhares fundamentais para as análises das metodologias participativas junto às comunidades indígenas. Mas por se tratar de mapeamento, área essencialmente vinculada à Ciência Geográfica, percebe-se a ausência de uma discussão mais complexa sobre o uso das cartografias para a representação do espaço geográfico dessas comunidades. Contudo, a geografia tem estado cada vez mais presente nos estudos sobre povos indígenas, seja pelas análises socioeconômicas, ambientais, culturais ou territoriais.

É fundamental que a Geografia passe a dar ênfase aos trabalhos sobre as cartografias étnicas e possa contribuir para os trabalhos que têm sido realizados em

outras áreas de conhecimento, onde o espaço, objeto de estudo da Ciência Geográfica, e suas categorias precisam ser trabalhados com devida importância.

A categoria território a partir das territorialidades e território tradicional indígena tornaram-se fundamentais para a análise dos usos dos etnomapas, pois essas comunidades estão em constante interação com seus territórios e necessitam deles para a reprodução e fortalecimento de seu modo de vida tradicional. Além disso, para perceber o mapa como um instrumento político para se chegar à gestão territorial, foi necessário um estudo sobre a origem dos mapas até os mapas culturais, bem como as políticas que cercaram a temática de gestão territorial e ambiental em terras indígenas a partir da construção da PNGATI.

Além da importância da discussão da categoria território nas análises de mapeamento cultural, outro aspecto fundamental é a avaliação dos resultados dessas metodologias. São muitos os trabalhos com metodologias participativas realizadas em terras indígenas, seja pela coordenação de instituições Governamentais ou Não-Governamentais, mas ainda são necessários mais estudos sobre a eficácia dessas metodologias de acordo com a necessidade de cada comunidade.

O uso dos mapas culturais pelas comunidades indígenas pode ser diverso, dessa forma, esta pesquisa faz uma análise do uso dos etnomapas para a gestão territorial, utilizando como exemplo o mapeamento cultural das terras indígenas Trombetas do Mapuera que abrange os estados de Roraima, Pará e Amazonas e Nhamundá Mapuera, localizada nos estados do Pará e Amazonas.

A pesquisa está dividida em cinco capítulos, o primeiro aborda os métodos utilizados e os conceitos fundamentais da pesquisa; o segundo demonstra a situação dos povos indígenas do Brasil e as políticas públicas relacionadas; o terceiro é relativo ao caminho percorrido pela cartografia até chegar aos mapas culturais; o quarto demonstra a experiência do mapa cultural nas TIs Trombetas do Mapuera e Nhamundá Mapuera e os usos do mesmo e o quinto são as considerações e recomendações direcionadas aos povos indígenas e às instituições que trabalham junto às comunidades indígenas.

## **CAPÍTULO 1. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS E CONCEITOS FUNDAMENTAIS**

### **1.1. Procedimentos metodológicos**

A construção metodológica desta pesquisa está amparada pelos fundamentos de análise das representações sociais e da percepção do indivíduo. O primeiro enquanto forma de analisar a realidade de um coletivo, expressando a maneira como as comunidades indígenas se enxergam na construção e implementação da Política Nacional de Gestão Ambiental e Territorial de Terras Indígenas (PNGATI) e o segundo, ao considerar na construção do conhecimento científico, o mundo percebido, vivido e imaginado pelo indivíduo, onde a Geografia se insere em um campo multidisciplinar na busca de compreensão do espaço.

Na perspectiva das representações sociais, este estudo utiliza-se de métodos como os princípios do delineamento da pesquisa, a obtenção e análise dos dados (Bauer & Gaskell, 2002). Para o delineamento desta foi definido o estudo de caso que objetiva analisar como as comunidades indígenas têm percebido e utilizado o mapa cultural e sua relação com gestão territorial. A obtenção dos dados foi feita por meio de visitas às terras indígenas, a partir da observação participante durante as oficinas do mapeamento cultural, conversas junto à comunidade e entrevistas semiestruturadas aos representantes das associações das TIs. Quanto a análise dos dados, a pesquisa baseou-se nos levantamentos obtidos na observação participante e nas entrevistas, objetivando análise do discurso enquanto instrumento qualitativo.

Na perspectiva metodológica da percepção, o indivíduo é o sujeito da ação, ou seja, parte dele a leitura do fenômeno que se objetiva conhecer; isso exige, sobretudo no âmbito geográfico, a utilização de técnicas apropriadas de outras ciências sociais. Reforçando a necessidade de uso dos métodos como as entrevistas e a observação participante.

A pesquisa visou compreender a relação do mapa cultural com a gestão territorial a partir de seus usos, tendo o próprio mapeamento cultural um método próprio de construção por meio das metodologias participativas. Nesse sentido, as metodologias de mapeamento participativo representam a junção de técnicas de mapeamento a partir da percepção das pessoas, tanto como indivíduos como de representações coletivas.

A proposta do mapeamento participativo é ter o próprio indivíduo trabalhando em conjunto com a comunidade como protagonista no processo de representação (mapeamento) do território. Os mapeamentos culturais participativos realizados junto aos povos indígenas seguem essa metodologia dando destaque às características do território a partir do conhecimento do próprio povo.

O perfil da pesquisa é predominantemente qualitativo, uma vez que esta esteve mais voltada à compreensão dos usos dos mapas culturais no que se refere à gestão territorial do que para a mensuração destes fenômenos.

Para se atingir o objetivo de investigação proposto no projeto, utilizou-se das modalidades de pesquisa bibliográfica, documental e também da observação participante. Os instrumentos e técnicas utilizados foram: trabalho de campo, registros fotográficos, realização de entrevistas semiestruturadas e o mapeamento.

Durante a etapa inicial, foi realizada a pesquisa exploratória por meio da revisão literária dos referenciais teóricos a partir de uma literatura direcionada à categoria território, ao tema de cartografia, mapeamento cultural e aos principais conceitos envolvidos em fontes como livros, artigos, revistas, instituições governamentais e não governamentais e sites especializados. Além disso, buscou-se demonstrar o panorama ao qual vivem os povos indígenas e as principais políticas e ações voltadas à gestão territorial até a criação da PNGATI.

De acordo com Gil (1991), esse tipo de pesquisa costuma fazer parte da primeira etapa de uma investigação mais ampla, enquanto que o produto final desse processo passa a ser um problema passível de investigação via procedimentos mais sistematizados.

Após a etapa inicial, foi realizada análise das discussões a partir de exemplo do mapeamento cultural das terras indígenas Trombetas Mapuera e Nhamundá Mapuera, onde o foco estava relacionado diretamente ao uso dos mapas culturais pelas comunidades para entender sua relação com a gestão do território. Nessa etapa foram feitas entrevistas direcionadas às lideranças das associações que representam os povos dessas terras indígenas.

Após a definição dos agentes a serem entrevistados, o próximo passo foi de definição dos roteiros para as entrevistas. Para compreender qual tem sido o uso dos mapas para essas comunidades e sua relação com gestão territorial, foram realizadas entrevistas semiestruturadas que podem ser vistas no anexo 01.

Ainda nessa etapa dos processos metodológicos, foram feitas visitas às terras indígenas Trombetas do Mapuera e Nhamundá Mapuera bem como o acompanhamento da construção dos mapas culturais. Segundo Michel (2005) essa etapa caracteriza-se por ser um estudo aprofundado, qualitativo, no qual se procura reunir o maior número de informações, utilizando-se várias técnicas de coletas de dados, com o objetivo de apreender todas as variáveis da unidade analisada e concluir, indutivamente, sobre as questões propostas. A vantagem deste tipo de método está na possibilidade de penetração na realidade social, o que não ocorre no estudo quantitativo.

A observação na construção do mapa cultural e as entrevistas direcionadas às associações permitiram:

- Investigar fenômenos contemporâneos em seu contexto real;
- Ter uma compreensão maior dos usos dos mapas culturais a partir de dados qualitativos e não apenas por dados quantitativos;
- Reunir e sistematizar um maior número de informações sobre o uso dos etnomapas;
- Utilizar algumas metodologias participativas para a coleta das informações (Ruas, 2006);
- Conhecer um pouco mais sobre a realidade das comunidades indígenas.

A partir dos passos metodológicos expostos e com o intuito de alcançar o objetivo da pesquisa, o presente trabalho está dividido em cinco capítulos, onde o primeiro traz as questões metodológicas da pesquisa e as reflexões conceituais da categoria território e território tradicional indígena para a ciência geográfica e seus principais conceitos formadores. Esse capítulo teve por objetivo subsidiar a discussão dos usos dos etnomapas a partir dos conceitos de territórios e territorialidades.

No segundo capítulo tem-se o panorama da questão indígena no Brasil, demonstrando o desenvolvimento de diversas políticas até a PNGATI. Esse capítulo tem por objetivo discutir a necessidade da gestão territorial e o contexto histórico de sua criação. No terceiro capítulo, a discussão está estabelecida na distinção e no surgimento dos mapas, desde sua origem a partir da cartografia tradicional até a cartografia étnica, os mapas culturais com suas representatividades e simbologias de aspectos da cultura, história e recursos naturais de comunidades indígenas.

O quarto capítulo propõe analisar, a partir da experiência na construção do mapeamento cultural nas TIs Trombetas do Mapuera e Nhamundá Mapuera e a partir

das entrevistas às Associações o real uso do mapa cultural no que diz respeito à gestão territorial.

O quinto capítulo trouxe as considerações finais bem como recomendações sobre a implementação da PNGATI para instituições que trabalham junto aos povos indígenas e também para essas comunidades.

A escolha das terras indígenas para exemplos sobre o uso do mapa cultural está relacionada à minha experiência junto a realização das oficinas de construção dos mapas nessas terras indígenas, proporcionando à pesquisa contribuições sobre a análise da metodologia empregada na elaboração do mapa cultural. Outro fator motivador para a construção da pesquisa foi a necessidade de entender o olhar das comunidades sobre o uso dos mapas culturais e sua relação com a gestão do território.

Além disso, a instituição responsável pela elaboração dos etnomapas dessas terras indígenas possui uma metodologia própria que está referenciada em grande parte dos trabalhos acerca de mapeamentos culturais em terras indígenas.

Nas terras indígenas Trombetas do Mapuera e Nhamundá Mapuera existem duas Associações Indígenas sendo elas: Associação dos Povos Indígenas do Mapuera (APIM) e Associação Indígena Kaxuyana, Tunayana e Kahyana (AIKATUK). As entrevistas foram aplicadas para um representante de cada associação.

## **1.2. A construção da categoria território na Ciência Geográfica**

Conceitos são formulados para representar, objetivamente, determinadas acepções de uma comunidade, grupo, sociedade, etc. Os conceitos são criados de acordo com contextos históricos e necessidades de sua utilização, sendo portanto os conceitos socialmente construídos e assim possíveis de mudanças nas suas significações de acordo com o que se objetiva representar.

Muitos foram os geógrafos clássicos que trabalharam com a categoria território, tendo grande importância para as discussões atuais. Entre eles destaca-se Friedrich Ratzel, geógrafo alemão propulsor da geografia política, onde surge o conceito de território para a ciência.

Dentre esses conceitos passíveis de mudança, está o conceito de território que não teve sua origem vinculada à ciência geográfica nem tampouco às ciências humanas, mas foi criado nas ciências naturais na Etologia representada pela influência

e predomínio de uma espécie em determinada área, Moraes (1992) traz que para Ratzel, território seria: “determinada porção da superfície terrestre apropriada por um grupo humano” (MORAES, 1992, p.2).

Já na etimologia da palavra, Haesbaert traz que:

[...] a palavra território, territorium em latim, é derivada diretamente do vocábulo latino terra, e era utilizado pelo sistema jurídico romano dentro do chamado jus terrendi (no Digeste, do século VI, segundo Di Méo, 1998:47), como o pedaço de terra apropriado, dentro dos limites de uma determinada jurisdição político-administrativa (HAESBAERT, 2004, p. 43).

No contexto atual, a categoria território não é vinculada apenas à biologia e nem apenas a termos jurídicos. Esse conceito constitui parte dos estudos da antropologia, ciências políticas, economia, psicologia e se consolida um dos termos chave para a geografia junto às categorias paisagem, lugar, região e espaço.

Dessa forma, a geografia política tradicional definia território sendo o espaço concreto em si onde existia a apropriação do homem sob o território, estabelecendo o poder de um grupo social sobre o espaço determinado. Território surgiu na representação do Estado-Nação com a necessidade de estabelecer domínios e relações de soberania entre nações. Essa visão se justifica pois Ratzel, o fundador da geografia política, esteve muito próximo ao projeto de construção do Estado Nacional Alemão e aos projetos expansionistas dos territórios. Território estava sempre vinculado ao poder do estado nacional, tinha então um forte sentido político onde ainda permeia as representações atuais da categoria (Souza, 1995).

Com a renovação crítica do pensamento geográfico, o território passou a ser não apenas o território em si, como proposto na geografia clássica, mas sim as relações de poder que acontecem numa determinada área. Souza explica essa proposta de conceito da categoria território, quando o define como:

Um campo de forças, uma teia ou rede de relações sociais que, a par de sua complexidade interna, define, ao mesmo tempo, um limite, uma alteridade: a diferença entre nós (o grupo, os membros da coletividade ou 'comunidade', os insiders) e os 'outros' (os de fora, os estranhos, os outsiders) (SOUZA, 1995, p. 86).

Os territórios não são fixos a uma área, eles são dinâmicos, são construídos pelas relações entre os indivíduos e grupos sociais, sendo suas territorialidades definidas por essa interação.

As territorialidades, além de incorporarem as vertentes políticas do território, também trazem as relações econômicas e culturais, pois representam o modo como os

grupos sociais ou indivíduos utilizam suas terras e a forma que se organizam, para Sack:

A territorialidade, como um componente do poder, não é apenas um meio para criar e manter a ordem, mas é uma estratégia para criar e manter grande parte do contexto geográfico através do qual nós experimentamos o mundo e o dotamos de significado. (SACK, 1986, p. 219).

O conceito de território foi, e está sendo, construído e modificado pela Ciência Geográfica e por outras áreas de conhecimento em função de contextos e perspectivas temporais (históricas).

A abordagem do território de Raffestin analisa o território como uma categoria que se apoia no espaço, que surge a partir dele. Território para Raffestin caracteriza-se pelo poder político-administrativo, ou seja, como um espaço físico onde se localiza uma nação, um espaço onde se delimita uma ordem jurídica e política, um espaço medido e marcado pela projeção do trabalho humano com suas linhas, limites e fronteiras (Raffestin, 1993).

Haesbaert vai além de Raffestin quando trata o território não apenas como originário das relações de poder político-administrativa, mas também da identidade cultural, que prioriza dimensões simbólicas e mais subjetivas, onde o território é visto como produto da apropriação feita por meio do imaginário e da identidade social sobre o espaço. Além da visão de poder político e da cultura, Haesbaert também traz o enfoque econômico para a formação do território, que destaca a desterritorialização em sua perspectiva material, como produto espacial do embate entre classes sociais e da relação capital-trabalho:

O conceito de território em qualquer acepção tem a ver com poder, mas apenas ao tradicional poder político. Ele diz respeito tanto ao poder no sentido mais concreto, de dominação, quanto ao poder no sentido mais simbólico, de apropriação (HAESBAERT, 2005, p. 6774).

Além das relações de poder que constituem o território, outro fato responsável é o contexto histórico de formação. Segundo Santos: “a periodização da história é que define como será organizado o território, ou seja, o que será e como serão as suas configurações econômicas, políticas e sociais” (SANTOS, 1985, p.08).

Da abrangência de conceitos surgem diversas formas de definir a categoria território. Dessa diversidade, Haesbaert (2004) propõe o agrupamento das várias noções de território em quatro vertentes, sendo elas:

Política (referente às relações espaço-poder em geral) ou jurídico-política (referente às relações espaço-poder institucionalizadas). Nessa vertente o território

refere-se a um espaço delimitado e controlado, do qual se exerce um poder, na maioria das vezes - mas não exclusivamente - relacionado ao poder político do Estado.

Cultural ou simbólico-cultural, onde o território é visto como produto da apropriação, da valorização simbólica de um grupo em relação ao espaço vivido. Esse grupo valoriza o espaço a partir de determinado significado individual e social.

Econômica, nessa vertente o território é concebido como a dimensão espacial das relações econômicas, passando a existir quando consiste em fonte de recursos e/ou incorporado no debate entre classes sociais e na relação capital-trabalho.

Por fim, a vertente natural(ista), onde o território é visto a partir da relação entre sociedade e a natureza, seja ela entre o homem e o ambiente físico ou da relação comparativa do comportamento do homem e dos animais para exercerem a territorialidade.

No contexto das comunidades indígenas pode-se dizer que o conceito de território adequado seria transversal às quatro vertentes trabalhadas por Haesbaert. O território indígena abrange a vertente jurídico-política quanto se necessita do Estado para o reconhecimento (demarcação) e para efetivar algumas relações no território indígena (implementação das políticas públicas), no âmbito cultural ou simbólico-cultural por se tratar de comunidades tradicionais que possuem forte relação entre suas manifestações culturais e seus territórios ancestrais, enxergando-o como o produto de suas relações socioculturais. A vertente econômica, pois é de seus territórios que as comunidades indígenas tiram seus recursos seja para sua subsistência seja para o comércio. E por fim, a vertente naturalista, onde as comunidades estão em constante interação com seu ambiente natural.

São muitos os problemas enfrentados não apenas pelas comunidades indígenas, mas por todas as comunidades tradicionais nos dias de hoje. Partir apenas de uma vertente não é o suficiente para se pensar a totalidade do contexto territorial das comunidades tradicionais. Como um dos problemas frequentes vistos para as comunidades tradicionais está a regularização de suas terras, que apesar de existirem políticas de reconhecimento de terras indígenas e de outras comunidades tradicionais no território brasileiro, ainda existe o desrespeito pela demarcação das mesmas (Luciano, 2006).

Várias comunidades indígenas são constantemente ameaçadas de perderem suas terras pela invasão das áreas fronteiriças, que acontece por pressão de latifundiários que buscam nas terras indígenas a ampliação da sua fonte de renda. Esse

processo de ampliação dos latifúndios seja para produção de grãos ou para a pecuária, não leva em consideração a dimensão social e ecológica, mas somente a dimensão econômica.

As atividades desenvolvimentistas que atingem os territórios indígenas configuram um novo arranjo social e geográfico desses territórios, deslegitimando a forma com a qual as comunidades se relacionavam com suas terras. Por atividades desenvolvimentistas entende-se a estratégia nacional de desenvolvimento econômico do governo brasileiro respaldado na afirmação da necessidade de criação de uma identidade unificada, brasileira (Bresser, 2006).

Para entender como se dá o processo de deslegitimação dos territórios indígenas diante do crescimento descontrolado das atividades desenvolvimentistas, é necessário refletir sobre a construção e as mudanças da categoria território e território tradicional.

Para entender o território tradicional indígena e a importância da gestão para essas comunidades, é preciso compreender o sentido do território e qual o seu papel no espaço. Assim, o conceito de território vai além de um espaço determinado e consolidado pelo poder, ele também envolve as relações sociais e inter-étnicas. O território ligado a terra, envolve não apenas a sua posse, mas a representatividade para os que vivem nela, abrangendo símbolos e representações relacionados à tradição, como é o caso com as comunidades tradicionais. Para a compreensão da importância do território tradicional indígena é necessário não somente a análise do território, mas também a construção e a caracterização das territorialidades e das identidades territoriais.

### **1.3. Território Tradicional Indígena**

A definição de território passou por diversas construções e desconstruções epistemológicas. No contexto das comunidades indígenas, é importante trabalhar o conceito das territorialidades o qual, da mesma forma que território, surgiu nos estudos voltados às ciências naturais, mas atualmente possuem grande importância para a ciência geográfica. Sobre a relação entre território e territorialidade, Santos e Silveira explicam que:

Por território entende-se geralmente a extensão apropriada e usada. Já a territorialidade é entendida como sinônimo de pertencer àquilo que nos pertence, cujo sentimento de exclusividade ultrapassa a raça humana e prescinde da existência de Estado. [...] Assim, a territorialidade humana pressupõe também a preocupação com o destino, construção do futuro, o que entre os seres vivos, é privilégio do homem (SANTOS & SILVEIRA, 2001, p.19-20).

O território seria então o que está mais próximo do indivíduo, da sociedade, que possui relação mais direcionada ao espaço concreto, mas não apenas a ele. A territorialidade pode ser entendida como o pertencimento, a identidade do indivíduo sobre o território. O território seria a apropriação da terra usada e a territorialidade, a projeção do pertencimento de uma determinada comunidade/sociedade.

A territorialidade incorpora a dimensão política, mas também carrega as relações econômicas, culturais e naturais, pois é ela quem expressa o modo como as pessoas utilizam dos recursos de seus territórios. A intensificação das relações entre os sujeitos e sociedades tem modificado as territorialidades. O tempo e o espaço, sempre tão presentes na categoria território, passam a ter outras dimensões.

Durante todo o histórico de desenvolvimento da ciência geográfica prevaleceram os argumentos voltados para a dimensão material do território, mas a realidade atual acabou incorporando uma visão onde as representatividades, os símbolos e própria identidade passam a ser temas centrais nos estudos relacionados à território, de acordo com Castro:

O desafio de compreender o mundo em que se colocam os geógrafos requer também considerar a força dos símbolos, das imagens e do imaginário [...] o domínio do simbólico possui um inegável valor explicativo. [...] Apesar da racionalidade moderna ter conquistado os espaços objetivos das relações sociais, as representações permanecem nos dispositivos simbólicos, nas práticas codificadas e ritualizadas, no imaginário e em suas projeções (CASTRO, 1997, p. 156).

Ao se falar em território é comum associá-lo às relações de poder, mas é importante ressaltar que o poder não está associado apenas ao poder do Estado, mas sim ao poder que as sociedades detêm a partir de suas diferentes visões sobre os territórios e a forma como manifestam suas territorialidades.

Dessa forma, o território tradicional é formado a partir das relações de poder, mas não apenas por elas. Ele também envolve questões ligadas ao cotidiano e à cultura, onde o dia-a-dia e a construção da identidade social da comunidade constituem a outra vertente desse processo de formação. De acordo com o decreto nº 6040, de 7 de fevereiro de 2007, que institui a Política Nacional de Desenvolvimento

Sustentável de Povos e Comunidades Tradicionais – PNPCT, os territórios tradicionais são:

Os espaços necessários a reprodução cultural, social e econômica dos povos e comunidades tradicionais, sejam eles utilizados de forma permanente ou temporária, observado, no que diz respeito aos povos indígenas e quilombolas, respectivamente o que dispõem os artigos 231 da Constituição e 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e demais regulamentações (BRASIL, 2007, p.1).

Dessa forma o território tradicional indígena não pode ser definido apenas por uma área delimitada, é na verdade o resultado da interação entre a sua organização social, aspectos econômicos, fatores políticos, jurídicos e seus elementos socioculturais. Para Oliveira, o território indígena se caracteriza por ser:

[...] um espaço da sobrevivência e reprodução de um povo, onde se realiza a cultura, onde se criou o mundo, onde descansam os antepassados. Além de ser um local onde os índios se apropriam dos recursos naturais e garante sua subsistência física é, sobretudo, um espaço simbólico (OLIVEIRA, 1997, p.128).

A terra em território tradicional não possui apenas o significado material, mas principalmente o significado representativo e simbólico construído a partir da história e da cultura de uma comunidade. No território tradicional os atores que envolvem a construção dessa categoria geográfica são as comunidades presentes e a sua relação com a natureza. Essa relação é percebida em comunidades indígenas que veem ali a representação de uma história, de seus ancestrais, ou seja, de uma ligação da terra como matéria com o território que é envolvido pelas relações de um espaço vivido.

Para Lencioni (2003) “a consideração da percepção advinda das experiências vividas é, assim, considerada etapa metodológica importante e fundamental” (LENCIONI, 2003, p. 150-151). A experiência vivida constrói a consciência e o conhecimento, colocando o indivíduo em contato com o mundo de representações por meio da percepção.

As referências simbólicas e as identidades tornam a categoria território como essencial na relação de um indivíduo, de uma comunidade com o espaço vivido. Essa relação não surge apenas da interação do indivíduo com o lugar, mas da interação do indivíduo com a sociedade tornando-se assim um espaço social. Para Frémont (1980, p. 35), o espaço vivido é “um espaço-movimento e um espaço-tempo vivido”, dessa relação entre os indivíduos e entre os diferentes espaços sociais surgem os conflitos como colocado por Frémont:

Os espaços sociais não se justapõem uns em relação aos outros, separados por divisórias estanques. O contato entre os diferentes tipos, ou mesmo no interior dos grandes tipos, exprimi-se por mudanças, conflitos, movimentos, mutações (FRÉMONT, 1980, p. 159)

Os territórios são fundamentais para povos indígenas, pois é nele que se manifestam e reproduzem suas identidades territoriais, para Souza o território é visto como:

[..] como algo gerador de raízes e identidade, ou seja, um grupo não pode mais ser compreendido sem o seu território, no sentido de que a identidade sociocultural das pessoas estaria inarredavelmente ligada aos atributos do espaço concreto (natureza, patrimônio arquitetônico, “paisagem”) (SOUZA, 1995, p.84).

O território tradicional, portanto, está intimamente ligado à identidade, onde esta não existe nem a priori nem a posteriori à constituição do território. É nas transformações que ocorrem ao longo da história que se define a sua constituição (Pedon, 2007). A identidade, então, surge a partir de um processo de construção e não é simplesmente dado pronto à comunidade. É a identidade de um povo que possibilita as manifestações territoriais no espaço.

É certo que a relação entre os povos indígenas e seus territórios é ancestral e envolve distintas representações culturais e simbólicas, variados e minuciosos conhecimentos sobre o espaço que ocupam e a biodiversidade, assim como diversas formas de manejar e explorar seus recursos naturais (Sousa & Almeida, 2012).

O espaço, quanto ambiente das dimensões simbólico-culturais e também políticas, transforma-se num espaço vivido, a partir da identidade da comunidade que ali vive e que se apropria do mesmo.

Não se trata apenas da moradia, que pode ser trocada pelo indivíduo sem maiores traumas, mas sim do elo que mantém a união do grupo, e que permite a sua continuidade no tempo através de sucessivas gerações, possibilitando a preservação da cultura, dos valores e do modo peculiar de vida da comunidade étnica (SARMENTO, 2006, p.5).

É no relacionamento da comunidade com a terra que se constrói a identidade de um povo, é esse sentimento de pertencimento ao espaço vivido e a construção de símbolos e representatividades que o espaço passa a ter caráter de território tradicional. Devido a essa dependência das comunidades tradicionais indígenas com a terra, seja pelo viés de subsistência ou pelo viés espiritual, que surge a importância destas quanto à preservação do meio ambiente e do seu território.

Pode-se dizer que foi apenas ao final da década de 1970 e início da década de 1980 que a discussão sobre território tradicional indígena e gestão territorial tomou maior dimensão no âmbito da esfera política. Diversos foram os estímulos para a inserção do tema, tendo destaque o surgimento dos movimentos indígenas e a mudança na legislação e políticas indigenistas.

Na década de 1980, multiplicaram-se as organizações por povos, regiões, atividades, gênero, organizações de mulheres, por funções sociais, entre outras, interagindo em âmbito nacional e internacional; tendo esse processo como ponto alto as conquistas na Constituição de 1988. Com base nas reivindicações e pressões populares de lideranças indígenas e de grupos de apoio, a Assembleia Constituinte de 1988, entre outros direitos, reconheceu o direito dos povos indígenas à diferença sociocultural e à valorização de suas línguas maternas. Na Constituição de 1988, também foi garantido aos povos indígenas o usufruto exclusivo de seus territórios tradicionalmente ocupados, definidos a partir de seus usos, costumes e tradições (Art. 231).

Os movimentos que vinham atuando desde a década de 1970 e 1980 tinham como objetivo principal a demarcação das terras indígenas, uma luta considerada prioridade, o primeiro passo do processo de gestão territorial. A partir da década de 1990, com as mudanças na constituição e o crescimento das organizações indígenas, o movimento indígena passa a reivindicar outros direitos, como saúde, educação e meio ambiente.

É importante ressaltar que não é apenas garantir a terra para as comunidades indígenas por meio da demarcação, surgem ainda novos desafios e dificuldades relativos à temática territorial. Para Sousa & Almeida esses novos desafios são:

O que fazer quando a terra demarcada é insuficiente para a sobrevivência das comunidades indígenas? Como fazer para sobreviver num espaço finito e delimitado com uma população crescente? Como fazer para proteger a integridade da terra indígena e de seus recursos naturais? Como sobreviver com tanta pressão econômica externa e interna em relação à Terra Indígena, que sobrecarrega os recursos finitos? Como dar conta das novas necessidades e dos desejos de consumo e ao mesmo tempo fortalecer as tradições indígenas? (SOUZA & ALMEIDA, 2013, p. 32).

Torna-se necessário pensar em novas formas de manter os recursos do território e das práticas culturais. É a partir dessas questões que surge a necessidade de refletir, discutir e tomar decisões a respeito da gestão ambiental e territorial de terras indígenas.

## **CAPÍTULO 2. A QUESTÃO INDÍGENA NO BRASIL E A POLÍTICA NACIONAL DE GESTÃO AMBIENTAL E TERRITORIAL DE TERRAS INDÍGENAS**

### **2.1. Situação das terras indígenas no Brasil e a necessidade de políticas voltadas à gestão territorial**

A questão indígena no Brasil surge com a chegada dos portugueses e continuará a existir enquanto existirem os povos indígenas, ela diz respeito ao índio e as suas relações com os diferentes contextos históricos aos quais estão inseridos. Os contextos históricos vêm desde o período colonial, onde os povos indígenas eram tidos como uma ameaça ao estabelecimento dos portugueses e passaram a ser escravos, até os dias atuais onde a questão indígena tem sido discutida a partir dos planos e políticas desenvolvimentistas do país e que, na maioria dos casos, aparecem como contraditórios ao modo de vida dos povos indígenas (Bresser, 2006).

As comunidades indígenas no Brasil, a partir do contato que trouxe diferentes doenças e a própria disputa pelas terras, tiveram suas populações dizimadas. Após a chegada dos portugueses, os indígenas que eram aproximadamente 5 milhões no ano de 1500 passaram para 230.000 no final da década de 1980 e sendo hoje aproximadamente 900 mil (Figura 1).

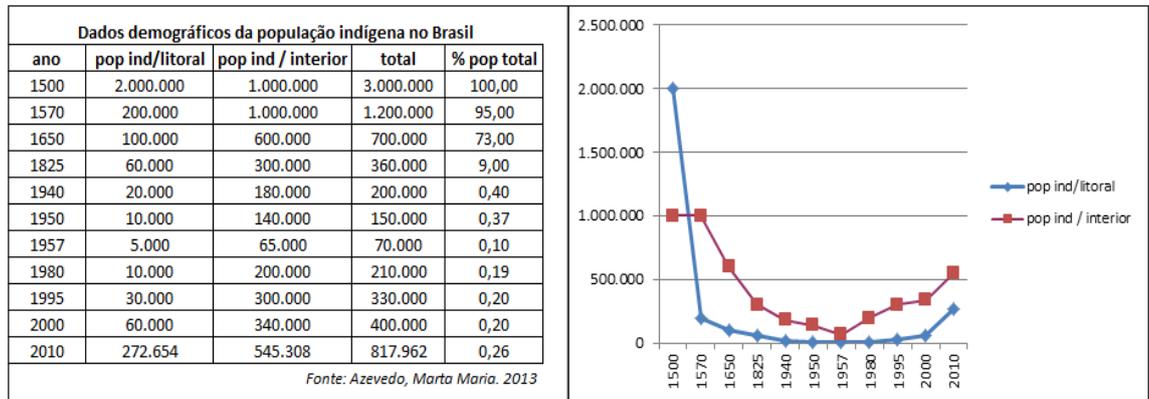
O que surge como mais surpreendente e extraordinário nas relações entre os índios e o Brasil é a possível reversão histórica na demografia indígena. Certamente seria temerário afirmar que os índios, afinal, sobreviveram, e que esta é uma realidade concreta e permanente. Seria impiedoso até valorizar demasiado o termo sobrevivência para um quadro histórico onde 95% de uma totalidade populacional desapareceram num período de menos de 500 anos (GOMES, 1988, p. 16).

Com a ausência de políticas públicas, já implementadas, e com o constante crescimento e valoração do desenvolvimento econômico no país, torna-se difícil afirmar que os povos indígenas estão assegurados e com seus territórios tradicionais garantidos. Atualmente existem diferentes políticas para comunidades tradicionais e algumas específicas para povos indígenas (das quais a maioria ainda precisa ser de fato implementada) mas ainda não são suficientes para garantir o futuro desses povos.

Como colocado por Gomes (1988) o período colonial deixou, na verdade, remanescentes de povos indígenas e não sobreviventes, os números de habitantes em uma análise temporal demonstram o quanto essa população foi ficando cada vez menor, sendo obrigada a reconstruir-se ao longo dos anos. Nas décadas recentes o

quadro populacional dos povos indígenas no Brasil tem mudado, aparecendo com crescimentos populacionais principalmente a partir da década de 1960 (Figura 1).

Figura 1: Dados demográficos da população indígena no Brasil



Fonte: Funai, 2014. Disponível em: <http://www.funai.gov.br/index.php/indios-no-brasil/quem-sao>. Acesso em: 25 de março de 2014.

Além da questão demográfica a qual essas populações sofreram, outra discussão fundamental é o direito à terra desses povos. Perderam suas terras com a chegada dos colonizadores e demorou muito tempo até surgirem iniciativas sobre o direito de posse das mesmas.

Em 1854, a partir do decreto nº 1.318, que regulamentava a Lei das Terras, algumas iniciativas surgiram para regularizar e demarcar as terras indígenas. Depois, vieram outras iniciativas como a proposta de criação dos “Estados Americanos Brasileiros”, que seriam formados pelos povos indígenas e que teriam autonomia interna e controle sobre seus territórios. Também existiram iniciativas no sul do país com a criação dos toldos indígenas, entre outras iniciativas (Gomes, 1988).

No Brasil, até a implementação da República (1889), a assistência aos povos indígenas era realizada, em sua maioria, por meio dos missionários, sendo apenas com o surgimento da Constituição de 1891 que o governo passa a dedicar-se de fato à algumas políticas aos povos indígenas (Gagliardi, 1989).

No final do século XIX, as disputas e os conflitos entre os povos indígenas e não indígenas estavam cada vez mais acirradas e aparecendo, frequentemente, em noticiários jornalísticos. Com a má repercussão nas mídias internacionais e o contexto ao qual estavam inseridos, o governo brasileiro cria em 1910 o Serviço de Proteção aos Índios - SPI (MRE, 1995).

Sua fundação se deu em um período de diversos conflitos com os povos indígenas, as frentes de colonização para o interior do país desconsideravam a presença dessas comunidades e acabaram em grandes guerras. Prevalencia o discurso

da expansão desenvolvimentista custando a dizimação desses povos tradicionais. A proposta do SPI era de “pacificar” os índios que seriam obrigados a se tornarem trabalhadores rurais ou membros do proletário do meio urbano. As políticas indigenistas estavam, então, voltadas para a conversão dos índios aos trabalhos rurais (Bigio, 2007).

Apesar de intensas críticas à proposta do SPI, sua implementação teve contribuições para consolidar leis, como na constituição de 1934 sobre o direito de terras aos povos indígenas, depois sugeriram as constituições de 1937 e 1946 trazendo também discussões sobre uma política indigenista. Pode-se dizer que entre suas contribuições está a criação de uma política de respeito aos índios e de responsabilidade histórica por parte da sociedade não índia, pelos destinos dos povos indígenas que habitam o território nacional. Mas a atuação do SPI tinha por foco principal a integração das comunidades indígenas nos trabalhos desenvolvimentistas da época (Gagliardi, 1989).

Apesar de ocorrerem demarcações de territórios indígenas no período do SPI, a instituição não foi capaz de barrar as invasões aos territórios de uso dos povos indígenas, principalmente nas regiões sudeste, centro-oeste e sul do país. Com o início do regime militar, o SPI também foi alvo da política que se instalava, diversos são os relatos de tortura aos índios durante o regime.

Com a falta de recurso e de profissional qualificado, o SPI passou a gerar resultados opostos de seu propósito de criação, eram constantes os casos de fome, epidemias, denúncia sobre povos indígenas sendo escravizados, entre outras problemáticas que tiveram por consequência o fim do SPI a partir de uma investigação por uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) sobre genocídio, corrupção e ineficiência do SPI. Diante do fracasso do propósito do SPI, o órgão foi extinto e substituído pela Fundação Nacional do Índio (FUNAI) (Bigio, 2007).

A SPI que tinha como uma de suas missões integrar os índios às atividades da sociedade não-índia fracassou e em substituição à instituição, foi criada em 1967 a Fundação Nacional do Índio (FUNAI) e em 1973 sancionou-se o Estatuto do Índio<sup>1</sup>, a partir daí reconheciam-se a diversidade cultural desses povos, mas a visão de integração ainda persistia (Barros, 2003).

A criação da FUNAI também está inserida no plano do regime militar que

---

<sup>1</sup> O Estatuto do Índio é uma regulamentação da legislação brasileira sobre os índios, em seus aspectos jurídicos e administrativos. BRASIL, 1973. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/16001.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/16001.htm).

tinha por objetivo expandir as fronteiras para o interior do País. Dessa forma, as políticas de criação da FUNAI passavam pelos planos de colonização de ocupação das regiões ainda não inseridas na escala de produção de mercado do País.

A visão de integração dos indígenas às atividades rurais desfez-se apenas em 1988 com a Constituição que reconhece a especificidade cultural das comunidades indígenas, sua organização social, seus costumes, suas línguas, crenças tradições e direitos sobre as terras que ocupam. Apesar de mais de quinze anos da criação da constituição de 1988 com esse reconhecimento sobre povos indígenas, ainda existe uma luta constante dos mesmos por esses direitos.

Os problemas enfrentados pela instituição são oriundos de questões administrativas e financeiras, perpassando pela carência de profissionais até problemas para a execução de projetos voltados para os povos indígenas e burocracia para alcançar esses projetos. A FUNAI tem passado constantemente por problemas em diferentes âmbitos, mas tem um papel crucial no diálogo com povos indígenas sendo ela, ainda, o contato mais próximo dessas comunidades. O Estatuto do Índio cria mecanismos que determinam a demarcação das terras indígenas, tornando a FUNAI o único órgão responsável pela demarcação das terras indígenas, sendo então um dos principais objetivos da instituição.

Sobre a situação atual da FUNAI, Gersem Baniwa (indígena e professor doutor em antropologia social) em uma entrevista ao Portal EBC (Empresa Brasil de Comunicação) relatou sobre o trabalho da Funai:

Nos últimos dez anos a FUNAI tem se esforçado para estar ao lado dos povos indígenas no enfrentamento dos problemas existentes nas aldeias, mas é um órgão do Estado e dos governos, portanto, dominada pela incapacidade e ineficiência institucional. É um órgão com eminência de falência institucional, por ausência de força e crédito político, falta de recursos humanos, equipe reduzida e mal preparada, e com infraestrutura arcaica [...] O enfraquecimento da FUNAI é o mais claro exemplo do descompromisso do governo e do Estado para com a defesa e garantia dos direitos indígenas do país (BANIWA, 2013).

Atualmente existem 426 terras indígenas regularizadas e 128 terras indígenas em estudo (Funai, 2014), estando a maioria das terras indígenas na região norte do país (Figura 2).

Figura 2: Mapa de terras indígenas do Brasil



A questão indígena atualmente é composta por diferentes elementos, existem as comunidades indígenas, o Estado com suas políticas desenvolvimentistas, a igreja, os propulsores de atividades ilegais (madeireiros, garimpeiros, fazendeiros, entre outros) em territórios indígenas, organizações não governamentais, organizações internacionais, etc. todos esses elementos formam uma estrutura dinâmica e em movimento. São diversas as motivações desse movimento, entre elas se torna fundamental a questão da terra. Sobre as pressões nos territórios indígenas Gersen Baniwa coloca que:

Na atualidade, as maiores pressões aos povos indígenas vêm dos grupos ruralistas e mineradores do país, além, é claro, dos próprios agentes do Estado e das grandes construtoras interessados pelos territórios indígenas e principalmente pelos recursos naturais neles existentes[...] É importante afirmar que não é possível garantir a continuidade etnocultural dos povos indígenas sem a garantia territorial. Mas não podemos esquecer a outra ameaça que vem das igrejas religiosas, que estão realizando, verdadeiros massacres culturais por meio de suas imposições doutrinárias em detrimento das culturas e valores indígenas (BANIWA, 2013).

A questão indígena só é possível ser compreendida pelo caminho histórico que se percorreu e pelo que se pretende alcançar. A preocupação principal que prevalecia no passado era a garantia de direito e uso da terra por povos indígenas. Atualmente essa discussão também se faz presente em diversos contextos de comunidades indígenas, principalmente nas que lutam pela demarcação de seus territórios. Mas não é apenas a demarcação e garantia dos territórios indígenas que perpassam a questão indígena no presente, aparecem também questões de como os povos indígenas podem garantir os recursos e a propagação de seus bens imateriais para outras gerações, ou seja, aparece o questionamento de como garantir e gerir os recursos naturais e culturais em um território fixo e delimitado, por isso a discussão sobre gestão territorial e ambiental em terras indígenas se faz tão presente.

Mas a discussão sobre de gestão ambiental e territorial de terras indígenas não se caracteriza por ser apenas da atualidade, diversas iniciativas de gestão territorial eram encontradas nas políticas governamentais. Entre essas iniciativas pode-se colocar a importância: do Projeto Integrado de Proteção às Populações e Terras Indígenas da Amazônia Legal (PPTAL) executados pela FUNAI, com atuação no âmbito da regularização fundiária das TIs e com a participação dos indígenas visando à proteção da terra frente às ameaças; do Projeto Demonstrativo dos Povos Indígenas (PDPI) voltado a apoiar projetos das comunidades indígenas em termos ambientais, culturais e

econômicos, que não está vinculado à FUNAI, mas sim ao Ministério do Meio Ambiente (MMA); Projeto Carteira Indígena, apoiando projetos voltados à segurança alimentar dos povos indígenas; Projetos Demonstrativos, que apoiou projetos de proteção à floresta tropical, bem como ações destinadas à recuperação e manejo de espécies da fauna e flora (Valente, 2007).

Muitos dos projetos relacionados às comunidades indígenas não estão vinculadas apenas a FUNAI, como é o caso do PDPI, essas iniciativas fora do âmbito da FUNAI têm tornado mais fácil o acesso aos projetos pelas comunidades indígenas, mesmo com a permanência dos passos burocráticos das instituições estatais, esses projetos têm tido maior alcance por não dependerem diretamente da execução pela instituição.

Além do PDPI, o MMA também têm atuado com os projetos de Gestão Ambiental em terras indígenas (GAT), Carteira indígena, Conservação e Recuperação da Biodiversidade em TIs, entre outros. Não apenas no MMA são encontrados projetos específicos para comunidades indígenas, mas também existem no Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) com os projetos de Assistência Técnica e Extensão Rural - ATER indígena (valorização da agroecologia), o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF (financiamento de projetos de capacitação de lideranças indígenas comunitárias), o Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) com os projetos de bolsa família e outras bolsas de apoio às comunidades indígenas e o Ministério da Cultura com o Prêmio Culturas Indígenas com a construção de pontos de cultura para povos indígenas (FUNAI/MJ/MMA 2009).

Com a evolução dos projetos relacionados às terras indígenas e com a mudança de contexto territorial das comunidades, surge a necessidade da construção de uma política a cerca de gestão territorial de terras indígenas a partir de fatores que exprimem mudanças no cenário político e social e também mudanças no olhar sobre comunidades indígenas. De acordo com o documento “Gestão Ambiental e/ou Territorial de/e Terras indígenas: Subsídios para a construção da Política Nacional de Gestão Ambiental em Terras Indígenas” da FUNAI/MJ/MMA (2009), essa demanda da criação da Política Nacional se fez necessária por um conjunto de fatores, sendo eles:

1. A emergência do(s) movimentos indígena(s) como ator (es) político(s) de direito próprio, com a proliferação de direitos de associações indígenas de

múltiplas escalas [...]. 2. As transformações da política indigenista no Brasil nos últimos 20 anos, ou seja, as mudanças na regulamentação no desenho institucional e na praxe da administração e dos serviços públicos relativos aos povos indígenas, suas terras e os recursos de que são usufrutuários exclusivos. [...]. 3. A revisão das ideias sobre a história ecológica e cultural da Amazônia, que tem enfatizado a complexidade das formações sociais indígenas e a diversidade ecológica do bioma [...]. 4. O debate e as soluções propostas para administrar o suposto conflito causado pela presença humana em unidades de conservação (UC's) de proteção integral [...] diversas iniciativas que procuram relacionar a conservação da biodiversidade em UCs com o desenvolvimento socioeconômico em escala local [...]. 5. A pesada entrada em cena da cooperação técnica e financeira internacional e de organizações internacionais religiosas, ou não, com recursos para apoiar projetos e iniciativas relacionadas a povos indígenas e ecossistemas de valor global [...]. (FUNAI-MJ/MMA, 2009, p. 7-9).

Esse conjunto de iniciativas contribuíram para a construção da Política Nacional de Gestão Ambiental e Territorial de Terras Indígenas, decretada em junho de 2012, onde estão concentrados os esforços dos entes que atuam junto aos povos indígenas, ou seja, tendo como ponto de partida a criação e implementação de planos de gestão territoriais e ambientais de terras indígenas.

## **2.2. Política Nacional de Gestão Ambiental e Territorial de Terras Indígenas (PNGATI)**

Os conceitos de Gestão Territorial e Gestão Ambiental são de complexas definições, apresentando diversas possibilidades de significados manifestadas de acordo com o contexto ao qual será representada. Para alguns, as duas categorias representam a mesma definição, para outros, gestão territorial limitaria-se apenas a extensão do território, para outros essa categoria traz a relação de poder relacionado ao poder político com a terra, enquanto que, outros pesquisadores afirmam que a gestão ambiental representa a ligação entre o homem e o meio e outros tratam a gestão ambiental como o gerenciamento dos fluxos biofísicos existentes no ecossistema. Enfim, são muitos os conceitos para as duas categorias e não cabe aqui definir o que é o conceito certo e o errado, pois não há forma tecnicamente 'correta' para definir um conceito (Little, 2006).

Para a construção da proposta de uma política nacional, foi necessário um estudo conceitual sobre gestão territorial e gestão ambiental, termos que são tratados na literatura e na prática, por vezes, como convergentes e ou/divergentes. As

categorias gestão ambiental e gestão territorial têm sido definidas de diferentes maneiras por membros sociais que atuam junto às comunidades indígenas. Para Miller a gestão ambiental enquanto tema transversal envolve a “geração de renda, segurança alimentar, conservação da biodiversidade e sustentabilidade econômica e social” (MILLER, 2008, p.1-2), temas que são centrais nas discussões dos problemas enfrentados por comunidades indígenas. Para Miller a gestão ambiental é praticada:

[...] quando há a reflexão por parte de indivíduos e comunidades acerca do seu uso dos recursos naturais e das formas em que as pressões humanas podem afetar a sustentabilidade deste uso. Implícito nesse conceito de gestão ambiental é que, como resultado dessa reflexão, há uma busca pela maior sustentabilidade no uso dos recursos naturais. (MILLER, 2008, p.2).

A visão do autor mostra o entendimento da categoria de forma ampla, mostrando as relações inclusive das comunidades com seus territórios quando trata da sustentabilidade no uso dos recursos do território. Tornando claro o entendimento que a efetiva gestão territorial vai além da garantia de uso da terra, da própria demarcação, depende também da forma de utilização dos recursos naturais existentes no território.

Mas para a mesma categoria também encontramos diferentes pontos de vista de autores que por vezes consideram a gestão territorial apenas relacionada à geração de renda e aspectos econômicos e outras vezes, apenas relacionada às ações humanas no ambiente natural como colocado por Verdum que traz que a gestão ambiental:

Refere-se àquelas ações que podem ser classificadas como a intervenção humana no ambiente natural. Uma ação onde há uma intencionalidade, orientada para determinados fins e por pressupostos mais ou menos conscientes, de adaptação e/ou de promoção de mudanças mais ou menos impactantes no ecossistema e nos processos ecológicos (VERDUM, 2006, p.7).

De acordo com essa visão a gestão ambiental estaria mais relacionada à interferência que o homem tem na natureza trazendo consequências biológicas e não a relação de interdependência entre comunidade e natureza que se consolida mutuamente.

Nessa discussão a gestão territorial aparece por vezes com a mesma representação de gestão ambiental como a colocada por autores acima e outras vezes com destaque para o controle político do território de uma comunidade como colocado por Little:

[...] as ações de gerenciamento ou administração desse território, contidas na noção de gestão, serão realizadas por esse grupo social. Mas, essas ações, além de implementar seus interesses sociais, econômicos e políticos, contêm uma preocupação com o adequado manejo dos fluxos biofísicos do território

(LITTLE, 2006, p. 21).

Aqui a gestão territorial retoma a nítida relação de poder dos grupos sociais sobre os seus territórios, mas trazendo a preocupação com a disponibilidade dos recursos nesses territórios. A discussão abrange os interesses sociais, políticos e econômicos dos grupos sociais, mas não foram colocados os aspectos culturais que fundamentam a relação da comunidade indígena com sua terra.

Apesar da diversidade dos conceitos, torna-se necessário um consenso de apresentação de definição de Gestão Territorial e Gestão Ambiental para pensar na construção da política nacional. Como colocado por Little (2006):

A elaboração de diretrizes que vão nortear a formulação de políticas públicas requer, portanto, um consenso mínimo em torno da definição e uso dos conceitos envolvidos nesse campo, para que todos atuem com base no mesmo horizonte de referências conceituais (LITTLE, 2006, p. 16).

Do ponto de vista da geografia política, as políticas ambientais dos Estados Nacionais contemporâneas podem ser interpretadas como formas de política pública territorial, pois são ações estatais de modulação do espaço e de regulação direta ou indireta da apropriação fundiária e dos recursos (Moraes, 1995). Nessa análise tem-se que a gestão ambiental estaria sendo contemplada na gestão territorial, como colocado por Little:

A noção de gestão territorial das TIs é o que melhor combina a dimensão política do controle territorial das Terras Indígenas com a dimensão ambiental de ações voltadas para sua sustentabilidade [...]. Como tal, esse conceito engloba atividades tanto de ordenamento territorial e quanto de gestão ambiental como parte essencial de sua implementação (LITTLE, 2006, p. 21).

Nas discussões a respeito do conceito de gestão territorial o consenso existe no que diz respeito à origem da categoria, sendo criada com a modernidade e com a economia do desenvolvimento. A necessidade de se pensar em gestão surge com o desenvolvimento da sociedade industrial com o objetivo de, como colocado por Guimarães “remediar a escassez de recursos resultante da destruição generalizada da natureza” (GUIMARÃES, 1991, p. 75), ou seja, com o objetivo de tentar conciliar o crescimento das atividades industriais com a disponibilidade e manutenção do recurso natural é que se torna necessário criar mecanismos de vigilância e regulamentação do uso desses recursos. Nessa linha de pensamento, Becker também traz a definição de gestão como um conceito intrinsecamente associado à modernidade quando coloca:

[...] define-se a gestão do território como a prática estratégica, científico-tecnológica do poder que dirige, no espaço e no tempo, a coerência de múltiplas decisões e ações para atingir uma finalidade e que expressa, igualmente, a nova racionalidade e a tentativa de controlar a desordem [...] (BECKER, 1995, p. 296).

O conceito de gestão colocado por Becker remete ao conceito de território enquanto uma categoria da Ciência Geográfica (como discutido no item 1.1) que traz as relações de poder, e não apenas poder político como fundamentais em suas definições.

A própria discussão sobre a necessidade da gestão territorial traz consigo um cenário que necessita mudanças, representa a aceleração de algumas atividades em detrimento de outras, no caso das comunidades indígenas na ascensão de atividades desenvolvimentistas em detrimento das suas práticas culturais tradicionais.

A discussão do conceito de gestão territorial também perdurou durante a construção da PNGATI, trazendo como conceito:

[...] o conjunto de domínio político e simbólico do espaço que constitui o território de um povo indígena, englobando os seus saberes tradicionais e suas práticas quanto ao uso dos recursos naturais e da biodiversidade, bem como os mecanismos, processos e as instâncias culturais de decisão relacionados aos acordos e consensos próprios de cada povo [...] (SOUSA & ALMEIDA, 2012, p. 61).

O acúmulo das experiências dos projetos anteriores e o novo panorama sobre os povos indígenas desencadearam na criação de um Grupo de Trabalho Interministerial (GTI), responsável por elaborar uma proposta de construção da Política Nacional de Gestão Ambiental e Territorial de Terras Indígenas (PNGATI). O GTI foi criado pela Portaria Interministerial nº 276, de 12 de setembro de 2008 por meio da articulação entre a Fundação Nacional do Índio (FUNAI) com o Ministério do Meio Ambiente (MMA) e os movimentos indígenas (FUNAI-MJ/MMA, 2009).

A equipe do GTI foi composta por membros da Fundação Nacional do Índio (FUNAI), Ministério do Meio Ambiente (MMA), Instituto Brasileiro do meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBIO), Comissão Nacional de Política Indigenista (CNPI) e convidados permanentes do Ministério da Defesa e do Serviço Florestal Brasileiro (SBF).

A partir do trabalho realizado pelo GTI, surgiu o documento: “Gestão Ambiental e/ou Territorial de/e Terras indígenas: Subsídios para a construção da Política Nacional de Gestão Ambiental em Terras Indígenas” da FUNAI/MJ/MMA

(2009), que consolida a discussão dos termos gestão ambiental e/ou territorial, a necessidade de se pensar a gestão e os passos para se construir a Política Nacional.

O documento traz diversos temas que compõe a gestão territorial e a interligação entre eles. Como primeiro tema, está a regularização fundiária que tem sido entendida ora como parte de gestão ambiental (quando pensada como a fase inicial do processo de gestão ambiental) e ora como sendo distinta desta (relação mais intensa com ordenamento territorial realizado pelo Estado que com gestão ambiental) (FUNAI-MJ/MMA, 2009). Para enfatizar a importância da regularização fundiária na gestão a FUNAI/PPTAL coloca que:

É importante lembrar que o processo de demarcação intenta dar poder aos povos indígenas, reforçando o controle sobre suas próprias terras. Assim, qualquer processo de gestão que acompanhe ou surja desse processo de demarcação deve ser conduzido pelos próprios povos indígenas, com a meta final de promover ou restabelecer a auto sustentação (FUNAI/PPTAL, 2004. p.9).

O segundo tema é a relação da proteção com gestão territorial, em algumas percepções, esta é mais ampla que a aquela, mas há visões que consideram o contrário, mas tudo se compreende como gestão. Para alguns a relação entre gestão e proteção estaria num primeiro momento restrita ao uso sustentável dos recursos e para outros estaria voltada para a manutenção da terra sem invasores, por meio de ações de vigilância e fiscalização (FUNAI-MJ/MMA, 2009).

Faz-se importante diferenciar a vigilância da fiscalização no contexto das comunidades indígenas. No primeiro caso, a própria comunidade executa as ações de vigilância, sempre passando pelo processo de educação, capacitação em temas específicos sobre proteção territorial. Na vigilância, a própria comunidade tem o papel de observar e registrar as atividades em seus territórios repassando as informações aos órgãos responsáveis pela fiscalização. Já a fiscalização traz a intenção de polícia, é o poder que algumas instituições (como Polícia Federal, IBAMA, etc.) possuem para medidas de apreensão e repressão em atividades ilegais em territórios tradicionais.

O terceiro tema diz respeito à conservação, onde se faz necessário consolidar a contribuição das TIs como áreas essenciais para a conservação da diversidade biológica e cultural nos principais biomas brasileiros. Para tanto, pretende-se fortalecer as formas étnicas de manejo, uso sustentável e conservação dos recursos naturais nesses territórios, e a promoção da inclusão social dessas comunidades

(FUNAI-MJ/MMA, 2009). A respeito do papel das comunidades indígenas na conservação da biodiversidade, a FUNAI coloca que:

A proteção das terras indígenas é, portanto, uma medida estratégica para o País, seja porque se assegura um direito dos índios, seja porque garantem os meios de sua sobrevivência física e cultural, e ainda porque se garante a proteção da biodiversidade brasileira e do conhecimento que permite seu uso racional (FUNAI, 2013, p.1).

Como quarto tema, o documento traz o etnodesenvolvimento e sua relação com a gestão territorial e/ou ambiental. Em determinados documentos, observa-se que o etnodesenvolvimento é considerado como uma noção ampla que engloba a de gestão ambiental, em outros, a gestão ambiental seria mais abrangente, incluindo o etnodesenvolvimento. A gestão de TIs envolve a realização de atividades que fomentem a produção sustentável propiciando aos povos indígenas sua manutenção nas TIs e o pleno usufruto destas. Projetos de etnodesenvolvimento podem ser considerados resultados das reformas políticas de apoio ao desenvolvimento (FUNAI-MJ/MMA, 2009). Nesse tema são trabalhadas ações de autonomia produtiva, geração de renda, segurança alimentar, entre outros fatores que compõe a gestão territorial.

O quinto e último tema trabalhado no documento traz que os instrumentos de planejamento são as ferramentas utilizadas para se chegar à gestão. Isto não implica dizer que eles proporcionam um planejamento acabado, mas que são instrumentos técnicos, políticos, de mapeamento e de diagnóstico que oferecem subsídios aos povos indígenas e às instituições governamentais e não governamentais com as quais se relacionam para planejar ações voltadas à gestão territorial de TIs (FUNAI-MJ/MMA, 2009). O mapeamento cultural que está sendo analisado na pesquisa é posto como um desses instrumentos para se chegar à gestão territorial.

No documento “Subsídios para a construção da Política Nacional de Gestão Ambiental em Terras Indígenas” da FUNAI/MJ/MMA (2009) foram colocados alguns pontos sobre algumas barreiras para a criação da política nacional, entre elas foi citada que:

As variações terminológicas possuem vínculos com uma variedade de ações, sejam de gestão ambiental e/ou territorial. [...] Por esse motivo, mais que centrar o debate apenas em uma questão meramente terminológica, a discussão deve-se ater também às ações que estão relacionadas com essas categorias. [...] constata-se que outro desafio posto é o de congregar uma multiplicidade de experiências e usos dos recursos naturais em uma política pública voltada para a gestão ambiental em TIs. [...] Além de contemplar as ações e experiências existentes, há ainda o desafio de incorporar novas perspectivas na PNGATI que possam de fato contribuir para o processo de

gestão ambiental e/ou territorial em TIs frente a pressões internas e externas que recaem sobre essas áreas (FUNAI-MJ/MMA, 2009, p. 23).

Os desafios perpassam desde a nomenclatura, a elaboração de uma política nacional com diretrizes claras, instrumentos eficientes e recursos suficientes, até implementação da política nacional que enfrentará pressões de diversos fatores dos setores desenvolvimentistas como o avanço das fronteiras agrícolas, madeira e mineral, a construção das obras de infraestrutura, os interesses econômicos pelos recursos existentes nas TIs, entre outros.

A partir do documento “Gestão Ambiental e/ou Territorial de/e Terras indígenas: Subsídios para a construção da Política Nacional de Gestão Ambiental em Terras Indígenas” da FUNAI/MJ/MMA (2009) e da criação do GTI, foram realizadas as consultas públicas regionais até o ano de 2010, onde tiveram a participação de representantes de povos indígenas e suas organizações, MMA, ICMBIO, IBAMA e ONGs. Ao final das consultas, foi criada a Minuta de Decreto e encaminhada à casa civil, tendo sua aprovação em 05 de junho de 2012.

O decreto nº 7.747 de 5 de junho de 2012 instituiu a Política Nacional de Gestão Ambiental e Territorial de Terras Indígenas<sup>2</sup> (nomenclatura definida) – PNGATI (Anexo 02). De acordo com o decreto a PNGATI tem por objetivo:

Garantir e promover a proteção, a recuperação, a conservação e o uso sustentável dos recursos naturais das terras e territórios indígenas, assegurando a integridade do patrimônio indígena, a melhoria da qualidade de vida e as condições plenas de reprodução física e cultural das atuais e futuras gerações dos povos indígenas, respeitando sua autonomia sociocultural, nos termos da legislação vigente (BRASIL, 2012, p.1).

O objetivo geral traz a junção dos conceitos trabalhados: gestão ambiental e gestão territorial. Abrangendo características tanto biológicas do território como as especificidades políticas e culturais das terras indígenas. Quanto aos objetivos específicos, a PNGATI estruturou em eixos, sendo eles:

I - eixo 1 - proteção territorial e dos recursos naturais; II - eixo 2 - governança e participação indígena; III - eixo 3 - áreas protegidas, unidades de conservação e terras indígenas; IV - eixo 4 - prevenção e recuperação de danos ambientais; V - eixo 5 - uso sustentável de recursos naturais e iniciativas produtivas indígenas; VI - eixo 6 - propriedade intelectual e patrimônio genético; VII - eixo 7 - capacitação, formação, intercâmbio e educação ambiental (BRASIL, 2012, p.1-5).

---

<sup>2</sup> Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2012/decreto/d7747.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/decreto/d7747.htm)

Os objetivos específicos buscaram expressar os temas trabalhados durante a discussão sobre a política nacional, cada eixo possui subitens que destrincham os objetivos específicos da política. Além disso, a PNGATI estabelece duas ferramentas para a gestão territorial e ambiental, o Etnomapeamento e o Etnozoneamento:

I – Etnomapeamento: mapeamento participativo das áreas de relevância ambiental, sociocultural e produtiva para os povos indígenas, com base nos conhecimentos e saberes indígenas; e II – Etnozoneamento: instrumento de planejamento participativo que visa à categorização de áreas de relevância ambiental, sociocultural e produtiva para os povos indígenas, desenvolvido a partir do etnomapeamento (BRASIL, 2012, p.1).

De acordo com a política nacional, as duas ferramentas perpassam as vertentes socioculturais, ambientais e econômicas, sendo o mapeamento cultural a primeira atividade para se pensar em gestão, pois o etnozoneamento utilizará de informações trabalhadas durante o etnomapeamento. É importante ressaltar que ambas as ferramentas trazem o aspecto participativo, pois se deve ter em mente que o objetivo das ferramentas é de trabalhar a gestão estimulando a autonomia dos povos indígenas na gestão de seus territórios.

Apesar de instituída a PNGATI surgem desafios de como implementá-la em regiões do país onde a discussão não se chegou a gestão, onde as questões ainda estão no âmbito de reconhecimento e demarcação de território indígenas como são vistos na região sul, sudeste, centro-oeste, nordeste e em alguns casos na região norte, ou ainda em casos onde existam grandes latifúndios, assentamentos do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), entre outros.

Aplicar os objetivos da PNGATI nesses contextos não amazônicos, com TIs de pequena extensão, descontínuas com poucas áreas florestais exigirá maior esforço e articulação entre as instituições responsáveis pela discussão da gestão territorial e ambiental. Além disso, existem ainda os problemas de sobreposição entre distintos territórios (terra indígena e unidade de conservação, por exemplo).

Mesmo nas terras demarcadas, como é o caso das terras indígenas Trombetas do Mapuera e Nhamundá Mapuera (exemplos discutidos na pesquisa), que estão inseridas na Amazônia Legal, a política se estabelece de maneiras diferentes nos diferentes contextos de cada terra indígena com suas especificidades.

Alguns elementos são fundamentais para se pensar na implementação da PNGATI de acordo com Sousa & Almeida esse elementos seriam:

a) Necessidade de normatização e formalização da gestão territorial (refere-se à expectativa de que sejam explicitadas, de maneira clara, as regras e

diretrizes de utilização das Terras Indígenas e de seus recursos naturais). b) Necessidade de planificação e planejamento (relaciona-se à parte administrativa e gerencial da gestão territorial, que implica necessidade de planejamento e visão de longo prazo). c) Necessidade de garantir a sustentabilidade das terras e dos povos indígenas (refere-se tanto a atividades voltadas para o autoconsumo como à relação com o mercado). d) Processos de qualificação e habilitação (necessidade de aprimoramento e articulação entre conhecimentos e tecnologias tradicionais indígenas e os conhecimentos não-indígenas). e) Protagonismo indígena (participação indígena nos processos relativos à gestão territorial em Terras Indígenas) (SOUSA & ALMEIDA, 2012, p. 62-74).

O mapeamento cultural é, na Política Nacional de Gestão Ambiental e Territorial de Terras Indígenas, um dos dois instrumentos para se chegar à gestão (o outro é o Etnozoneamento como já foi citado anteriormente), mas o processo de elaboração e discussão do mapa ocorre de maneiras diferentes de acordo com metodologias próprias de cada instituição responsável pelo mapeamento junto às comunidades.

Os mapeamentos junto aos povos indígenas tendem a abranger os elementos colocados por Souza & Almeida (2013), pelo menos em suas metodologias, principalmente no que se refere à participação indígena na construção do mapa e no diálogo entre os conhecimentos indígenas e não indígenas.

Os mapas que antes eram tidos como instrumentos de mera representação passam a ter importância na compreensão espacial e nas análises territoriais de diferentes atores, sendo ainda mais relevante para comunidades indígenas por ser uma das ferramentas de se alcançar a gestão de seus territórios tradicionais.

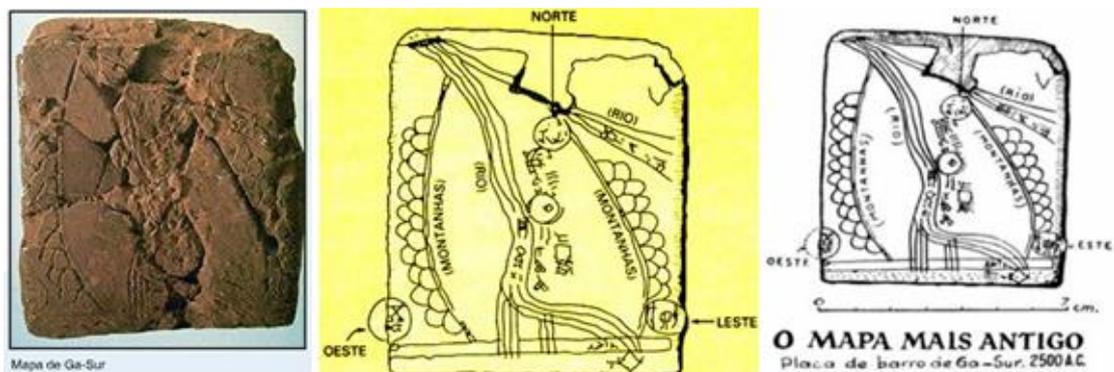
## CAPÍTULO 3. REPRESENTAÇÕES ESPACIAIS: CARTOGRAFIAS ÉTNICAS E OS ETNOMAPAS

### 3.1. A evolução dos mapas na história

Ao estudar o espaço geográfico surge a necessidade de registrar as suas representações, e no âmbito da Geografia, a cartografia é a responsável por essa representação das relações sociais em interação com o espaço. Mas os primeiros registros de mapas não estavam vinculados à geografia e a cartografia era inexistente enquanto ciência.

As primeiras manifestações a partir de mapas não podem ser datadas com precisão, entretanto é certo e inquestionável sua existência em tempos pré-históricos, como podem ser observadas em desenhos gravados em cavernas. Mas o registro do mapa mais antigo que se conhece foi feito pelos povos babilônicos por volta do ano 2.500 a.C. confeccionado sobre uma placa de argila cozida (Figura 3), o mapa representava o vale de um rio, provavelmente o rio Eufrates, na região da antiga Mesopotâmia (IBGE, 2006).

Figura 3: Mapa mais antigo registrado



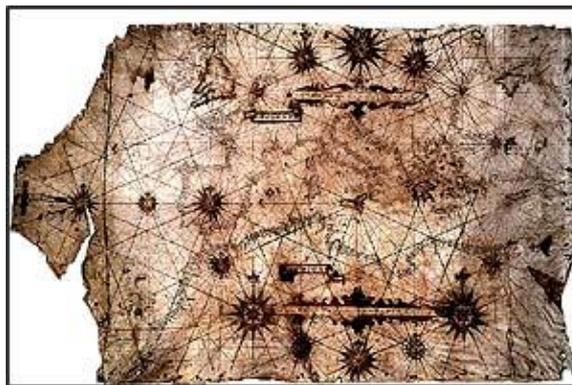
Fonte: Sítio internet. Disponível em: <<http://webnode.com.br/news/a-historia-da-cartografia>> Acesso em: 23 Ago de 2014.

A Grécia antiga teve grande contribuição para o desenvolvimento das ciências, da filosofia e das artes em geral. Foi no século VI a.C., a partir das expedições militares e de navegação, que foram incentivados os trabalhos de astrônomos e matemáticos, buscando os primeiros métodos científicos capazes de representar a superfície terrestre. A cartografia passou a se tornar cada vez mais imprescindível a partir da era dos descobrimentos (séc.XV a XVIII), ressurgindo como meio de garantir a segurança dos “descobridores” e as suas representações. Os navegantes costumavam

manter os registros em formato de anotações e desenhos que buscavam representar a costa dos continentes (IBGE, 2006).

Durante muitos séculos os mapas foram um privilégio da elite, ainda hoje são encontrados mapas vinculados apenas a esses grupos sociais. Na época das grandes navegações apenas os reis, nobres, clero e os navegadores tinham acesso às informações dos registros de mapas e cartas (Figura 4). Foi apenas a partir do surgimento da imprensa, na segunda metade do século XV, que os mapas passaram a ser reproduzidos mais rapidamente e propagou os mapas para um público que antes não tinha acesso. O domínio das potências europeias não foi apenas econômico, mas também militar, político e social, necessitando cada vez mais das representações cartográficas para as etapas de planejamento e execução das grandes navegações (Freire & Fernandes, 2010).

Figura 4: Navegações - Carta-Portulano do Mediterrâneo



Fonte: IBGE, 2014. Disponível em: <http://atlascolar.ibge.gov.br/conceitos-gerais/historia-da-cartografia/a-era-dos-descobrimentos-sec-xv-a-xviii>. Acesso em: 23 Ago de 2014.

Já o século XIX é caracterizado pelo desenvolvimento dos serviços geográficos nacionais. Em quase todos os países da Europa foram iniciados levantamentos topográficos. As necessidades da navegação obrigaram as potências marítimas a efetuarem levantamentos costeiros de todas as partes do Mundo. Os sistemas de projeção também foram estudados detalhadamente. Em 1805 surge a história da cartografia Náutica do Brasil, porque nesse século teve início o levantamento hidrográfico do Litoral Brasileiro (Anderson, 1982).

Apesar de existir desde os registros rupestres, o conceito sobre cartografia aparece apenas em 1964, a partir da influência do desenvolvimento da Geografia e o surgimento das bibliotecas especializadas em mapas antigos, favorecendo a infraestrutura institucional para o estudo histórico da cartografia. A Associação

Cartográfica Internacional (*International Cartographic Association - ICA*) considera a cartografia como “conjunto de estudos e operações científicas, artísticas e técnicas, baseado nos resultados de observações diretas ou de análise de documentação” com objetivo a elaboração e confecção de cartas, planos e outras forma de representação da superfície da terra, dependendo da sua utilização (ICA, 1996).

No século XX, a grande revolução da cartografia é determinada, principalmente, pelo emprego da aerofotometria. Hoje, a cartografia contemporânea, a partir das novas necessidades humanas, tem por objetivo a produção em massa, no menor tempo possível e com precisão cada vez maior. A produção dos mapas tem se tornado cada vez mais rápida e com potenciais para articulação entre diversos dados, isso ocorre devido ao uso dos Sistemas de Informações Geográficas (SIG) que possibilita o diálogo entre diferentes informações em um único mapa. Os dados passam a ser visualizados em tela e podem ser manipulados para diferentes fins, gerando diferentes modelos e análises (Ferreira, 2006).

No Brasil existem um grande número de órgãos, empresas e sociedades envolvidas nas atividades cartográficas, entre elas estão a Comissão de Cartografia (COCAR), Diretoria do Serviço Geográfico (DSG) e o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Algumas das empresas vinculadas à cartografia são especializadas, porém poucas são as que realizam todo o processo cartográfico.

Conforme o avanço e crescimento do conhecimento humano, os mapas também evoluem como reflexo da necessidade do homem conhecer o seu território. Como pode ser visto, os mapas sempre estiveram ligados ao território, seja pela conquista, pela afirmação ou pela luta para a sobrevivência a partir dele. Para compreender como os mapas foram construídos ao longo da história, Acsehrad classifica os mapeamentos de acordo com suas diferentes funções no território:

Os primeiros mapas de constituição dos Estados tiveram a ver com a penetração e orientação, identificação das rotas para o interior, pontos de referencia considerados críticos nestas rotas e colocação de símbolos que sugerem a existência de riqueza. Uma segunda vertente da produção cartográfica é a territorialização ou a delimitação do traçado do Estado, assim como a definição de propriedades dentro dele. Uma terceira tarefa do mapeamento é a da criação de jurisdições administrativas para facilitar o controle centralizado sobre o território nacional e seus domínios. Um quarto tipo de mapa, o mapa de zoneamento, prescreve utilizações para o território (ACSELRAD, 2008, p.9).

Essa classificação mostra a relação dos tipos de mapas com as diferentes fases no processo de formação dos Estados nacionais, demonstrando o papel dos mapas nas

diferentes fases de sua construção e gestão, evidenciando assim sua importância nas disputas territoriais.

Na discussão não está presente o papel participativo ou mesmo de consciência dos interessados nos mapeamentos, sobre isso Harley (1995) coloca que: “os mapas são essencialmente uma linguagem do poder e não de contestação e a tecnologia da informática reforçou essa concentração do poder nas mídias” (HARLEY, 1995, p. 32).

Contradizendo essa ideia, temos que o desenvolvimento da Cartografia tem acompanhado a mudança da sociedade, desde suas representações em pinturas encontradas em cavernas, passando pelo uso dos mapas para o comércio, expedições marítimas e estratégias de guerra até os atuais usos dos mapas (Anderson, 1982). Entre os usos atuais dos mapas, pode-se dizer sobre os mapas de representação dos aspectos culturais, identitários e simbólicos nos territórios tradicionais de determinados grupos, povos e comunidades.

Na cartografia o movimento da mudança do olhar sobre o papel dos mapas ficou conhecido por “Cartografia Crítica”. A cartografia, assim como muitas outras disciplinas, passou pelo processo de disciplinarização desencadeando em críticas sobre a ciência, como coloca Crampton & Krygier (2008): “com a disciplinarização, surgiu a crítica e a contestação, cujo alvo foi a própria abordagem científica, ou como um meio de promover formas de compreender o mapeamento excluídas pela abordagem científica” (CRAMPTON & KRYGIER, 2008, p. 95).

Encontra-se nas literaturas que o contexto de surgimento da cartografia crítica se desenvolveu durante o final dos anos 1980 e início dos anos 1990 em oposição às epistemologias de mapeamento do pós guerra, mas existem registros de uma discussão inicial anterior a esse período, Robinson (1952) trouxe a necessidade da cartografia ter novos olhares sobre os mapas, não como uma cartografia baseada em arte, convenção e beleza mas sim tendo por objetivo “estudar e analisar as características da percepção tal como se aplicam a um mapa” (ROBINSON 1952, p. 19).

Mas foi apenas no final da década de 1980 e início de 1990 que a cartografia crítica passou a ter maiores reflexões. As críticas surgiram à cartografia que estava cada vez mais vinculada às técnicas e aos métodos de mapeamento, concentrando as críticas em duas vertentes: a teórica e prática.

Na vertente teórica, a crítica surge na necessidade de não mais buscar métodos de representações mais verídicas e melhores de uma realidade, mas sim de

repensar o mapeamento como produtor de conhecimento, ativos e com poder para promover a transformação social, como coloca Pickles (2004) “em vez de procurar como podemos mapear o objeto... [poderíamos] nos preocupar com os meios pelos quais o mapeamento e o olhar cartográfico codificaram objetos e produziram identidades” (PICKLES, 2004, p. 12).

Brian Harley também contribuiu com o movimento de renovação e crítica da cartografia, introduzindo ideias de poder e ideologia, afirmando que nenhum entendimento do mapeamento era completo sem elas. Argumentou também a respeito da responsabilidade sobre os efeitos dos mapas pelos seus elaboradores.

Outra crítica diz respeito ao uso das ferramentas do Sistema de Informações Geográficas, os SIGs. Alguns autores temiam um retorno ao positivismo tecnocrático com o uso dessas ferramentas, outros contrariavam essa posição acusando os teóricos sociais de ignorar os avanços possíveis por meio dos SIGs.

Essas críticas teóricas foram evidenciadas a partir do momento que a construção dos mapas não estava apenas no âmbito da academia científica, sendo possível pelo uso variado das ferramentas de SIGs e pela mudança do olhar do elaborador do mapa. Tendo o mapa, um papel importante na experiência humana, e não a aparência ou a forma dos mapas, surgiram muitas outras formas de mapeamento não-ocidentais e não-tradicionais.

A mudança do olhar da cartográfica não foi apenas sobre a vertente teórica, mas também a vertente prática. Crampton & Kygier trazem que: “se a crítica teórica abriu espaço conceitual para modos alternativos de mapeamento, coube a uma variedade de praticantes fora da academia explorar, na prática, o seu significado” (CRAMPTON & KYGIER, 2008, p. 92).

Uma das práticas surgiu a partir do uso dos mapas nas artes, que buscavam demonstrar como os mapas podem ser um ato político. Movimentos que surgem da vanguarda da virada do século aos situacionistas e psico-geógrafos dos anos 1950 e 1960, entre eles está a cartografia subversiva, contribuições da Escola de Frankfurt, entre outros (Crampton & Kygier, 2008).

Além da contribuição da arte para o novo olhar sobre os mapas, surgiram novas metodologias de mapeamentos com tecnologias mais diretamente voltadas para a população. Dentre as práticas está o mapeamento livre ou hackeamento de mapas, como colocado por Crampton & Kygier: “hackeamento de mapas é a prática de

explorar aplicações de mapeamento livre ou combinações da funcionalidade de um site com a de outro” (CRAMPTON & KYGIER, 2008, p. 93).

O acesso às novas técnicas e tecnologias possibilitou a participação da população na construção dos mapas ou no acesso aos mapas, facilitando as análises críticas dessas ferramentas.

A partir da leitura das críticas às vertentes teóricas e práticas podem-se destacar dois importantes acontecimentos que contribuíram para o novo olhar sobre a cartografia: “primeiro o efetivo negócio da confecção de mapas, do levantamento de dados espaciais e seu mapeamento, está saindo das mãos dos especialistas” (CRAMPTON & KYGIER, 2008, p.85) que foi discutido acima como a prática do mapeamento livre, segundo tem-se “[...] uma crítica pela ótica da teoria social, que afirmamos ser de teor político, situa os mapas nas relações de poder específicas e não como documentos neutros” (CRAMPTON & KYGIER, 2008, p.85), aqui a cartografia crítica traz a tona o papel social dos mapas e de seus produtores envolvendo não apenas as relações políticas pelo ponto de vista estatal, mas do ponto de vista de uma construção de diferentes representações, sejam culturais, simbólicas ou políticas.

As mudanças nos conceitos, papéis e funções de disciplinas, ciências, categorias, entre outros, perpassam e explicam muito sobre o contexto histórico ao qual estão inseridos. Pensando na importância que o contexto histórico teve para o surgimento da cartografia crítica, como coloca Lévy (2008): “são as transformações fundamentais na espacialidade de nossas sociedades e em sua inteligência que requerem, logicamente, mudanças na maneira de representar essas espacialidades” (JACQUES LÉVY, 2008, p.160). Dessa forma Lévy traz cinco realidades emergentes que mudaram a relação entre os mapas e a ação sobre o espaço:

1. [...]. As percepções, os comportamentos, as representações e as expectativas de cada um tornam-se objetos de estudo de pleno exercício [...].
- 2.[...] Devemos reconhecer que existe uma infinidade de modalidades de medida de distância, não somente porque elas variam segundo os atores, mas também porque cada um dentre eles, trata-se de um sistema complexo e móvel.
3. Nestas condições, a definição dos espaços pertinentes não é mais auto-evidente. [...]. É preciso aceitar a ideia de espaços descontínuos, de territórios parcialmente recobertos, de delimitações com tempo de vida limitado [...].
4. [...] as mudanças de escala em curso fazem aparecer com uma acuidade inédita o par rede/território. [...]. o desafio da “co-espacialidade” (viver nos espaços que se comunicam) se coloca para a representação cartográfica, mas, também no espírito da contemporaneidade (viver tempos ligados entre si), para a construção política de um ser-junto partilhado.
5. [...] a reflexão sobre o espaço, chega a um ponto onde ela começa a irrigar o domínio da cartografia. [...] os especialistas do espaço

jamais estiveram tão bem armados para tentar responder às perguntas colocadas pela cartografia (JACQUES LÉVY, 2008, p.160-163).

A mudança nos conceitos sobre a cartografia, seus métodos e seus objetivos iniciam a mudança a partir da cartografia crítica, se há uma virada cartográfica feita de movimentos contraditórios, significa que a própria relação da sociedade com seus espaços mudaram. A renovação da cartografia é oriunda da mudança da relação entre as sociedades e seus espaços, o mapa passa a representar essas sociedades a partir do momento em que ele une, ao mesmo tempo, o conhecimento teórico (com suas técnicas), cultural (representações simbólicas) e a tecnologia (o método, a metodologia e os instrumentos).

A partir do contexto, causas e definições do surgimento da cartografia crítica, pode-se pensar na definição desse novo mapeamento. Em um sentido mais amplo, de acordo com Harley & Woodward (1987), os mapas podem ser definidos como representações gráficas que facilitam a compreensão espacial de coisas, conceitos, condições, processos ou eventos do mundo humano.

Com o estabelecimento da cartografia crítica, outras ciências passam a se utilizar das ferramentas cartográficas, como é o caso da antropologia. A renovação cartográfica traz mudanças de nomenclatura para a cartografia que visa mapear o modo de vida de comunidades tradicionais, passando a ser conhecida por mapeamento cultural, etn-cartografia, cartografia étnica, entre outros. A antropologia ao se utilizar da ferramenta traz para sua ciência o mapeamento cultural, muitas vezes desprovido das técnicas cartográficas, que também se fazem necessárias para o diálogo entre comunidades e políticas públicas.

Com a falta de conhecimento sobre a cartografia no âmbito da ciência geográfica, com suas técnicas e instrumentos, outras ciências utilizam o mapeamento cultural deixando de trabalhar conceitos importantes no âmbito da cartografia.

Os mapas surgem como instrumentos de representação do espaço, onde a cartografia nos estudos geográficos é a ciência e arte de elaborar mapas, cartas e planos, sendo uma das mais antigas manifestações de aspectos socioculturais. Mas também surge como uma proposta de alcançar a gestão territorial de terras indígenas por meio da cartografia étnica dos territórios tradicionais, ou mais comumente utilizada com a nomenclatura de “mapeamentos culturais”. Vianna traz que:

“[...] com a popularização dos instrumentos de informação geográfica, parece ocorrer o reencantamento da cartografia, ou pelo menos de parte dela,

com a produção de mapas que recuperam o conhecimento tradicional espacial, o simbólico, as identidades existentes ou recriadas e suas territorialidades, em um contexto em que este simbólico articula-se com a objetividade de uma legislação de acesso à terra. Assim, esta nova cartografia politiza uma ciência que por muitos era pensada apenas como uma técnica associada a uma tecnológica. (VIANNA, 2009, p.36).

A inserção dos mapeamentos culturais vem trazendo novos olhares sobre a cartografia propondo uma renovação da ciência, que passa a trabalhar com representações socioculturais com diferentes atores comunitários.

### 3.2. Mapeamento Cultural

Diante do avanço das tecnologias, do desenvolvimento das técnicas cartográficas e da cartografia crítica, a ciência cartográfica abre as possibilidades de se tornar também um instrumento de análise social, a partir daí surgem novas metodologias de mapeamento.

Entre elas estão as metodologias de mapeamento cultural, que buscam aliar o conhecimento tradicional (com aspectos culturais e costumeiros) de uma comunidade às técnicas de uma ciência cartográfica. Dessa forma, Ataíde e Martins definem o mapeamento cultural como:

É a arte de produzir cartas por uma população ou grupo social onde são destacados elementos culturais e históricos. Difere da cartografia convencional por destacar a importância dos saberes das populações tradicionais sobre a natureza, valorizando o conhecimento etnoecológico para o adequado manejo dos recursos naturais (ATAÍDE & MARTINS, 2005, p. 2).

Os mapas culturais trazem informações que são específicas a um grupo ou comunidade, que busca nessas representações manifestar suas identidades, sobre os etnomapeamentos Soares (2010) traz que são:

[...] estudos que partem da distinção entre grupos e comunidades tradicionais que possuem uma especificidade sociocultural, a qual pode ser refletida na língua, na religião, nas maneiras de agir, nas instituições sociais ou nas distintas combinações desses fatores, expressando-se social e politicamente mediante uma identidade étnica (SOARES, 2010, p. 13).

O mapeamento cultural surgiu com a necessidade de construir mapas onde se considerava os aspectos culturais, históricos e costumeiros de uma determinada comunidade, lugar ou território. Além disso, o mapa cultural tem surgido para

comunidades indígenas como uma proposta de ser uma ferramenta de discussão de questões socioambientais, de gestão territorial e de aspectos educacionais. Mas o uso efetivo dos mapas para essas finalidades pode variar de acordo com a necessidade de cada comunidade. De acordo com Campione, o mapa cultural:

[...] indica a descrição no espaço e em escala de complexidade cultural, define a distribuição espacial dos fenômenos culturais, é a cartografia que retrata a temática cultural, e tem suscitado novos interesses por possibilitar a construção de uma nova mentalidade do espaço (CAMPIONE, 2003, p. 23).

Tanto a cartografia técnica como a cartografia cultural se constituem e tomam como categoria de atuação o território. Tendo a cartografia cultural, diante dos novos instrumentos, técnicas e conhecimentos, buscado uma análise territorial que vai além do poder político sobre o território, sempre o relacionando com as identidades.

Segundo Candler et all (2006), as experiências pioneiras de mapeamentos participativos vieram do Canadá entre as décadas de 1960 e 1970. O primeiro estudo sistemático reconhecido como uma forma de SPIG (Sistema Participativo de Informações Geográficas) foi o Inut Land Use and. Occupancy Project (Projeto de Uso e Ocupação de Terras pelos Esquimós), nesse projeto centenas de esquimós foram entrevistados no início dos anos setenta, o que resultou em mais de duzentos mapas de atividades sazonais de subsistência (Achselrad & Coli, 2008).

A partir desse projeto foram surgindo diversos outros, com a proposta participativa em suas metodologias. Muitas são as nomenclaturas dadas para esse novo tipo de mapeamento. Chapin et all (2005) identificaram várias denominações diferentes e as classificaram em três grupos: 1) aquelas usadas no Canadá e no Alasca; 2) as usadas no restante do mundo, mas provenientes em larga medida do terceiro mundo; e 3) usadas nos Estados Unidos.

No primeiro conjunto, as terminologias mais recorrentes são: “estudo de uso tradicional da terra”, “estudos de uso da terra e do conhecimento tradicional”, “estudos de ocupação e uso da terra”, “estudos de uso tradicional”, “estudos de ocupação e uso da terra de aborígenes”, “mapeamento da subsistência” e “mapeamento de uso dos recursos”. No segundo, encontram-se terminologias como: “mapeamento participativo”, “mapeamento participativo de uso da terra”, “mapeamento participativo de recursos”, “mapeamento comunitário”, “mapeamento de comunidades localizadas”, “etn-cartografia”, “auto-demarcação” e “delimitação de domínio ancestral”. No terceiro conjunto, novas terminologias para o mapeamento indígena não foram

elaboradas, tendo sido mantidas aquelas usadas tradicionalmente por algumas instituições dos EUA como o Bureau of Indian Affairs – BIA, o Earth Sciences Research Institute – ESRI, National Aeronautics and Space Administration – a NASA e a U.S. Geological Survey – USGS (Chapin et al., 2005). Todas essas nomenclaturas surgiram para definir o novo mapeamento proposto.

A partir dos mapeamentos participativos no Brasil, outras nomenclaturas podem ser acrescentadas, tais como “levantamentos etnoecológicos”, “mapeamento etno-ambiental dos povos indígenas”, “mapeamento dos usos tradicionais dos recursos naturais e formas de ocupação do território”, “mapeamento comunitário participativo”, “mapeamentos culturais”, “macrozoneamento participativo”, “etnozoneamento”, “etnomapeamento”, “diagnóstico etnoambiental” e “cartografia social”, entre outros. Variações estratégicas e metodológicas refletem em todas essas terminologias (Correia, 2007).

Durante a pesquisa são utilizadas a terminologia “mapeamento cultural” por ter sido essa nomenclatura utilizada durante a elaboração dos mapas dos estudos de caso da instituição responsável (Equipe de Conservação da Amazônia) e “etnomapeamento” por ser essa nomenclatura usada para uma das ferramentas de gestão territorial na PNGATI. Apesar de serem essas as nomenclaturas utilizadas no desenvolver dos mapeamentos, a pesquisa trará o tema também como cartografia étnica por ser a nomenclatura mais comum e pertinente à ciência geográfica.

A partir da década de 1990, diversas iniciativas de mapeamentos que se propõem a incluir comunidades locais nos processos de elaboração dos mapas, passaram a disseminar metodologias para alcançar esses tipos de mapeamentos. As iniciativas surgem de instituições governamentais, não governamentais, organizações indígenas, universidades, fundações, entre outras. A disseminação dos mapeamentos participativos trouxeram novas relações sobre o território, sobre esse assunto Acsehrad coloca que:

A partir dos anos 1990, multiplicam-se as experiências de inclusão de populações locais em práticas de mapeamento. A ampliação dos espaços e a diversificação das formas de representação espacial, além da emergência de novas tecnologias e de novos “sujeitos mapeadores”, deram lugar à constituição de um campo da representação cartográfica onde se estabelecem relações entre linguagens representacionais e práticas territoriais, entre a legitimidade dos sujeitos da representação cartográfica e seus efeitos de poder sobre o território (ACSELRAD, 2010, p.09).

Os mapas culturais mostram que novas questões são postas em jogo no que diz respeito aos territórios. As questões políticas são presentes nos mapas desde seu surgimento, também aparecem nesse tipo de mapeamento a partir dos planejamentos para as estratégias de controle sobre o território, mas também podem surgir para construir direitos sobre os territórios e desestabilizar a dominação. Diversos têm sido os tipos de mapeamento cultural pelo mundo, Acsehrad traz como exemplos:

A reconstituição da geografia histórica dos deslocamentos forçados de população; definição de potenciais sócio-ecológicos do solo em políticas de acesso à terra, água e recursos em biomassa; a caracterização das regras de uso da terra e manejo dos recursos por grupos familiares na interface agricultura-floresta; o registro das mudanças no uso do solo e suas implicações para a cobertura florestal das margens dos rios e as enchentes decorrentes; reconhecimento de domínios ancestrais assegurados por novos instrumentos legais relativos aos direitos dos povos indígenas; instrumento de contra-mapeamento utilizado para se evidenciar a diversidade da paisagem rural e dos direitos costumeiros destinados a proteger territórios indígenas do avanço das monoculturas, manejo de conflitos por uso da terra e para o planejamento da oferta de serviços de água e infraestrutura em assentamentos informais urbanos; mapeamentos dos locais em que houve massacres contra a população durante guerras civis (ACSELRAD, 2008, p.12-13).

Em todos os exemplos citados acima torna clara a relação entre o poder, na maioria das vezes relacionada às atividades desenvolvimentistas estatais e não estatais, com o território. Alguns fatos permitiram esses mapeamentos, fatos como a mudança na legislação, mudança nas questões fundiárias e a mudança na constituição dos sujeitos presentes nas disputas territoriais.

No que diz respeito às mudanças jurídicas tem destaque a ratificação, no Brasil, da Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) de 1989, onde os aspectos culturais, identidades e territorialidades passam a ser a base de uma nova forma de reconhecimento do território, sempre vinculado ao território tradicional. A partir da visão do jurídico como um aspecto constitutivo das situações sociais e não como uma força autônoma agindo de cima para baixo para a sociedade pode-se compreender melhor o entrelaçamento entre a co-produção do social e do jurídico (Acsehrad, 2008).

Sobre as mudanças no aspecto fundiário, tem-se que o próprio governo estimulou a migração na década de 1970 para a região Amazônica do país tendo por base o argumento de que o não uso dessas terras estaria impedindo o desenvolvimento econômico. Mas a partir da década de 1990, com a rápida compra e venda dos territórios e com os olhares de interesse da entrada de recursos internacionais para

compra das terras, o Estado passa a argumentar a importância da política agrária e da questão fundiária.

Dessa forma a partir daí surgem novos olhares sobre a demarcação das TIs mesmo sendo, na maioria das vezes, a regularização feita de forma aleatória excluindo as áreas de uso e de importância cultural e tradicional dessas comunidades.

As mudanças na constituição dos sujeitos presentes nas disputas territoriais, que reforçaram a criação de metodologias como os mapeamentos culturais, surgem quando os sujeitos sociais com existência coletiva se organizam para lutar pela demarcação de seus territórios, frente ao avanço das fronteiras do agronegócio, dos grandes projetos e do mercado de terras, sobre isso Acsehrad traz que:

A territorialização simbólica operada pelos mapas traz consigo reivindicações de materialização de limites entre diferentes formas de uso da terra. À economia territorial de signos, associa-se a uma política territorial de reconhecimento e de pertencimento que pressupõe demandas por atribuição do acesso a recursos materiais: descontinuidades e limites são, assim, reivindicados com vistas à demarcação do espaço, dada a vigência de culturas materiais distintas (ACSELRAD, 2008, p.18).

Dessa forma, o processo de demarcação dos territórios tradicionais está intimamente ligado às territorialidades. A busca pela terra perdida é constituída no argumento das especificidades culturais de cada comunidade. Apesar dessas reivindicações serem cada vez mais presentes nos contextos de demarcação e revisão de demarcações de terras indígenas, ainda são criadas e discutidas leis e projetos de leis que pretendem modificar a forma e o processo de demarcação das TIs.

A demarcação das terras indígenas perpassa não apenas à apropriação da terra por si só, mas também das práticas e territorialidades manifestadas nesse território. A luta pela terra não precisaria necessariamente desafiar as regras com as quais são demarcadas as terras indígenas, já a demanda pelo território (a partir das territorialidades) necessitam da afirmação da identidade territorial, gestão e controle dos recursos naturais. Sobre a relação de dois olhares sobre as representações cartográficas nas/das terras indígenas Costa & Ratts, trazem que:

De um lado, temos identificado que a cartografia não indígena se condensa em mapas políticos, de ocupação e, sobretudo, fundiários. Nos desenhos indígenas, o político, a ocupação e o fundiário vêm superpostos em representações cartográficas nas quais se apontam, por exemplo, locais que estão dentro ou fora dos limites das áreas demarcadas, mas não aparecem na cartografia cartesiana, por serem um saber local de importância cosmológica e/ou afetiva que nem sempre se enuncia no contato com o Outro. De outro lado, temos identificado também uma crescente apropriação e releitura dos

mapas que incluem as áreas indígenas no seu repertório de conhecimentos (COSTA & RATTIS, 2010, p. 12).

Além dos aspectos relacionados à territorialidade das comunidades na importância de manutenção dos territórios demarcados, também se encontram as questões relacionadas a importância da biodiversidade. O processo do mapeamento cultural traz a legitimidade na construção desse tipo de mapeamento e também a possibilidade de se pensar e fortalecer um mercado de biodiversidade, preservando as reservas de recursos naturais do país, de acordo com Acselrad:

A maior parte destes territórios reivindicados encontra-se nas regiões onde se localizam as principais reservas de biodiversidade restante no planeta em áreas com riqueza inexploradas, o que explica sua inserção crescente no processo de ambientalização de discursos relativos às práticas e aos atores sociais aí localizados (ACSELRAD, 2008, p.13).

Em relação aos aspectos ambientais, o próprio discurso indigenista busca enfatizar o quão importante é o papel das comunidades indígenas para o país e para o mundo por meio da manutenção da biodiversidade.

As práticas de mapeamento cultural têm sido apropriadas em diferentes setores, como foi visto destaca-se o discurso da regularização fundiária, da vertente ambientalista e da constituição do sujeito enquanto principal responsável pelas práticas territoriais. Acselrad traz que as apropriações dessas metodologias de mapeamento cultural podem ser problemáticas, sendo feitas ora por desenvolvimentistas, ora por ambientalistas e ora por atores envolvidos em lutas por reconhecimento identitário e territorial.

O mapeamento cultural traz informações sobre os recursos naturais do território, a apropriação dos mapas culturais por desenvolvimentista utiliza dessas informações do mapa cultural com o objetivo de criar mecanismos para gerir esses recursos. Aqui a política da identidade territorial seria uma das faces do processo de globalização, onde o local estaria fortalecendo o poder de empresas multinacionais em detrimento das regulações políticas do Estado. Para Acselrad:

O processo de politização da apropriação territorial poderá ser encontrado também em parte das experiências de mapeamento participativo e cartografia social que desenvolveram-se no Brasil a partir dos anos 1990 [...] Isto não impede que, tendo seus territórios reconhecidos, as comunidades indígenas e tradicionais sejam convidadas a desenvolver seus domínios através de planos de gestão territorial marcados pela agenda das instituições multilaterais (ACSELRAD, 2008, p.25).

O interesse dos ambientalistas surge a partir dos mapeamentos participativos e etnozoneamentos, o método participativo surgiria como a garantia de eficácia e legitimidade das políticas de conservação de recursos. Nesse ponto o receio seria o de grandes ONGs ambientalistas internacionais se apropriarem dos dados obtidos nos mapeamentos, prevendo a visão generalizadora das ONGs, Acselrad coloca que:

Caberia assim atentar para as particularidades dos processos localizados em que se possam observar dinâmicas de expropriação e realocação de poder sobre os recursos quando desigualdades políticas e econômicas estabelecidas são reforçadas por programas legitimados através da linguagem da gestão participativa de recursos (ACSELRAD, 2008, p.26).

Por fim estaria a apropriação por atores envolvidos em lutas por reconhecimento identitário e territorial, onde o partir do processo de demarcação das terras indígenas passa a se fortalecer a importância que a comunidade tem na tomada de decisão sobre suas práticas territoriais, tendo por prática a ação de uma política cultural. As experiências de mapeamento cultural podem colocar em discussão a questão da formação de comunidades que são formadas por membros com objetivos em comum, por vezes servindo como instrumento de empoderamento e por outras como instrumento de disputa territorial, como diz Acselrad:

Nas tramas territoriais em que recorre-se à produção de mapas por atores não-hegemônicos, a cartografia pode estar servindo de instrumento do chamado “empoderamento” – pela oferta de participação em proveniência de agentes do ambientalismo e do “desenvolvimentismo participativo” – ou como instrumento de disputa territorial pelos que lançam mão do poder de mapear para afirmar territorialidades, diferença cultural e identidades territoriais (ACSELRAD, 2008, p.31).

Apesar dos diversos estudos que demonstram os possíveis usos das metodologias de mapeamento cultural para fins de disputas territoriais e desenvolvimento econômico a partir das características de biodiversidade dos territórios, tem sido percebidas nas práticas dos mapeamentos culturais, novas formas de mapeamento que antes não eram possíveis devido ao contexto histórico, que tem proporcionado maior reflexão dessas comunidades no que diz respeito às políticas envolvidas e ao conhecimento de técnicas que buscam criar o diálogo das comunidades a partir dos seus interesses com instituições governamentais, não governamentais, de pesquisa e empresas que possuem influência em seus territórios.

A cartografia indígena vem mostrando por meio dos etnomapas que existem várias vertentes geográficas, nesse tipo de mapeamento é possível conhecer um outro tipo de conhecimento que é o saber tradicional geográfico indígena, para Gavazzi &

Almeida “esse saber é importante para nossa ciência; ampliam nossa geografia” (Gavazzi & Almeida, 2010, p.231).

O uso que as comunidades determinam para o produto do mapa cultural depende dos objetivos e do contexto ao qual cada uma se insere, mas podem ser feitas análises para compreender se de fato o mapa cultural pode ser um instrumento para se alcançar a gestão desses territórios.

A luta pela demarcação dos territórios indígenas é, ainda, um dos pontos principais para garantir a sobrevivência desses povos. Mas muitas terras indígenas já estão demarcadas e passam por outros desafios para manter seus territórios com seus recursos naturais suas representações culturais.

O desafio atual que as comunidades encontram é o de como sobreviver em uma terra delimitada com os recursos naturais que possuem hoje em um panorama do futuro, garantindo a sobrevivência de futuras gerações a partir dos recursos naturais e dos aspectos culturais de suas terras delimitadas.

Diante das mudanças proporcionadas pelas técnicas e instrumentos, as comunidades indígenas têm-se adaptado, buscando novas formas de relação entre o território “concreto” e as identidades territoriais, utilizando da ferramenta que é o mapa.

A inter-relação entre os conhecimentos e técnicas na construção do mapa cultural se torna fundamental, são necessárias as linguagens cartográficas (como escalas, legendas, etc.) e necessárias representações histórico-culturais de determinado povo ou comunidade. O mapa utilizado para representar aspectos culturais e suas territorialidades, pode ter como uma de suas finalidades a de ser visto e usado para discussões políticas de quem os elaborou. Sendo fundamental essa aliança entre os elementos do mapa de uma cartografia com elementos que traduzem necessidades políticas e informações de pertencimento à aquele território.

Muitos são os usos definidos para os mapeamentos culturais, mas se torna necessário avaliar se a construção do mapa e seu produto proporcionaram o alcance de seus objetivos, Acselrad& Coli trazem perguntas fundamentais para se analisar esse processo: “qual é a ação política que o gesto cartográfico serve efetivamente de suporte e quem é o sujeito do mapeamento?” (ACSELRAD& COLI, 2008, p. 11). Essas perguntas podem ser alcançadas ao analisar as linguagens representadas nos mapas, seus resultados e os contextos concretos aos quais se realizam.

### 3.3. Metodologias de Mapeamento Cultural

Existem diversos métodos de representação e análise dos aspectos territoriais de comunidades, da mesma forma não existe um método único e fixo para a elaboração de mapas culturais, mas em geral essas metodologias resultam em mapas que trazem representações relacionadas aos aspectos físicos, territoriais e culturais de uma comunidade. As representações presentes em um mapa tornam-se um meio de comunicação entre a imagem com seu significado e o leitor.

As metodologias podem ser divididas em participativas e não participativas. São participativas quando a própria comunidade elabora os mapas contando apenas com o auxílio técnico de pesquisadores e não participativas quando os mapas são construídos por técnicos com o auxílio das comunidades (Soares, 2010).

Com as novas experiências de mapeamentos participativos surgiram também diferentes metodologias para a elaboração desses mapas. Corbett et al, caracteriza algumas dessas ferramentas e métodos participativos, tais como:

Cartografia efêmera (traços de mapas no chão, os participantes utilizam terra, gravetos, folhas, entre outros para representar a paisagem física e cultural); Cartografia de esboço (esboça-se um mapa com base na observação ou memória. Não conta com medidas exatas, tais como escala consistente [...] envolve o desenho de símbolos em folhas grandes de papel [...]); Cartografia de escala ([...] visa gerar dados de referências geográficas. Isso permite o desenvolvimento de mapas de escala relativamente exata [...]); Modelagem 3D (integra os conhecimentos geográficos com os dados de elevação, produzindo modelos de relevo tridimensionais autônomos, de escala e com referências geográficas); Foto mapas (impressões de fotografias aéreas que são corrigidas geometricamente e dotadas de referências geográficas); Sistema de Posicionamento Global - GPS ([...] os dados registrados são usados com frequência para dar precisão às informações descritas em mapas esboços, mapas de escala, modelos 3D e outros métodos cartográficos comunitários que utilizam menos tecnologia); Sistema multimídia de informações vinculados a mapas (os conhecimentos locais são documentados por membros da comunidade por meio de vídeos digitais, fotografias digitais e texto escrito armazenados em computadores e administrados e comunicados com a interface de um mapa interativo, digital) (CORBETT et al, 2006, p.14).

As experiências de mapeamentos culturais têm mostrado a importância da elaboração desses mapas pela comunidade que é a grande detentora do conhecimento do território e parte fundamental do processo de construção do mapa. O principal aspecto que as metodologias participativas proporcionam diz respeito ao empoderamento da ferramenta pelas comunidades.

Pode-se dizer que os primeiros trabalhos relacionados a mapeamentos participativos em terras indígenas da Amazônia Legal, surgiram a partir do Projeto Integrado de Proteção às Populações e Terras Indígenas da Amazônia Legal (PPTAL) em 1998, criados pela Fundação Nacional do Índio (FUNAI) com os “levantamentos etnoecológicos”. O PPTAL tinha por objetivo:

[...] garantir a regularização de 175 terras indígenas da Amazônia Legal [...]. Neste processo, o PPTAL garante os recursos para a formação dos Grupos Técnicos (GT's) para identificação de terras e a contratação das empresas encarregadas das demarcações. A linha de trabalho fundamental do PPTAL é garantir a ampla participação indígena na conquista de seus direitos territoriais [...] Além disso, o PPTAL desenvolve ações de Capacitação Indígena voltadas para a gestão sustentável das terras e para a administração dos projetos por parte dos próprios índios (FUNAI/PPTAL, 2004, p.1).

Os levantamentos etnoecológicos buscavam identificar os aspectos culturais, sociais, políticos, econômicos e ecológicos das terras indígenas a partir de metodologias específicas, entre elas estava o uso dos mapas. Como o objetivo fundamental do PPTAL estava vinculado à demarcação das terras indígenas a discussão sobre gestão territorial perdurava nesse aspecto.

Também sobre novas metodologias de mapeamento, está a cartografia social que surge no início da década de 1990 com o Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia, sob coordenação do professor Alfredo Wagner (Universidade do Estado do Amazonas), que tem por objetivo mapear o cotidiano de uma comunidade demonstrando os aspectos importantes para planejamentos dessas comunidades.

Outras iniciativas de mapeamentos participativos surgiram a partir de Organizações Não Governamentais (ONGs) em parcerias com associações indígenas e governo. Dentre essas instituições encontram-se as ONGs The Nature Conservancy (TNC), Instituto Socioambiental (ISA), Centro de Trabalho Indigenista (CTI) e Amazon Conservation Team<sup>3</sup>(ACT Brasil) (Correa, 2007).

Diversos são os métodos utilizados pelas diferentes instituições. O exemplo de mapeamento cultural das TIs Trombetas do Mapuera e Nhamundá Mapuera trazidos na pesquisa, foram construídos a partir da metodologia de mapeamento cultural colaborativa proposta pela Equipe de Conservação da Amazônia (Ecam)<sup>4</sup>.

---

<sup>3</sup>Criada em 2002, a Equipe de Conservação da Amazônia (antiga ACT Brasil), é uma Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (Oscip) voltada para proteção biocultural da Amazônia e dos povos que nela residem. Sua missão está voltada para o fortalecimento das comunidades tradicionais e a conservação do meio ambiente. Fonte: [http://www.equipe.org.br/act\\_dentro.php?id=1](http://www.equipe.org.br/act_dentro.php?id=1)

<sup>4</sup> A metodologia pode ser encontrada na íntegra em: [http://www.equipe.org.br/publicacoes\\_dentro.php?tipoid=1](http://www.equipe.org.br/publicacoes_dentro.php?tipoid=1)

De acordo com a metodologia são realizadas oito etapas na construção do etnomapa: procedimentos prévios, primeira oficina, primeira etapa de trabalho de campo, segunda oficina, segunda etapa de trabalho de campo, terceira oficina, revisão final do mapa, entrega dos mapas (ACT Brasil, 2008). Cada uma dessas etapas de elaboração do mapa cultural tem objetivos específicos, como pode ser visto na Figura 5.

Figura 5: Etapas metodológicas do mapeamento cultural colaborativo



## **CAPÍTULO 4. MAPEAMENTO E USO DOS MAPAS CULTURAIS PARA POVOS INDÍGENAS**

O presente capítulo na pesquisa tem por finalidade aproximar as discussões realizadas até o momento com a experiência prática de mapeamentos culturais em terras indígenas e a partir delas aprofundar na análise do uso dos etnomapas.

Antes da discussão sobre o mapeamento das TIs Trombetas do Mapuera e Nhamundá Mapuera faz-se necessário explicar sobre as informações utilizadas na pesquisa a partir desse capítulo e sobre a minha experiência ao longo dessas atividades.

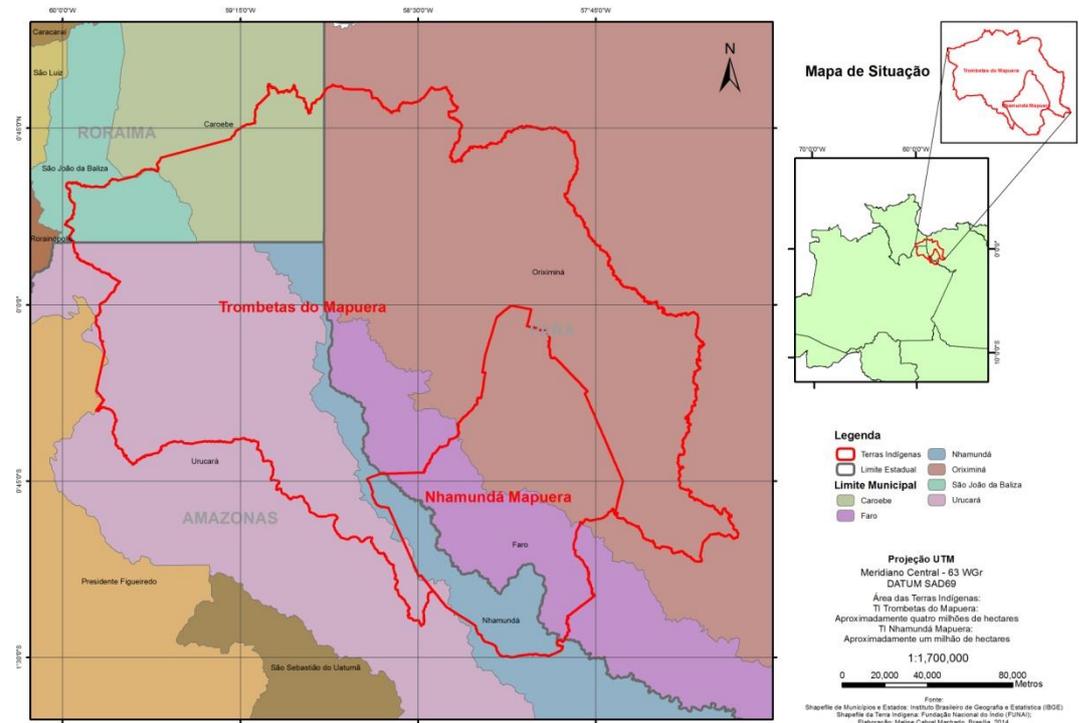
Tive a oportunidade de participar das oficinas do mapeamento cultural das terras indígenas Trombetas/Nhamundá Mapuera, o que estimulou ainda mais a construção da pesquisa, portanto, as informações contidas sobre as oficinas do mapeamento cultural vêm de relatórios não publicados (apenas digitados), dos quais participei da elaboração. Além da descrição sobre as oficinas, o capítulo traz percepções minhas, enquanto geógrafa, sobre a construção do mapa cultural e suas relações com as comunidades dessas terras indígenas.

Para as oficinas do mapeamento cultural foram necessárias diversas viagens e após cada etapa realizada, foi possível perceber que não se tratava apenas de um mapa, talvez lido sem função, mas se tratava de registros de diversas gerações do povo indígena representados no espaço/tempo.

### **4.1. Mapeamento Cultural das Terras Indígenas Trombetas do Mapuera/ Nhamundá Mapuera**

As terras indígenas Trombetas do Mapuera e Nhamundá Mapuera estão localizadas nos municípios de Oriximiná e Faro (no estado do Pará), Nhamundá e Urucará (no estado do Amazonas) e São João da Baliza e Caroebe (no estado de Roraima), correspondem, juntas, a uma área aproximada de cinco milhões de hectares, (Figura 6). Os índios das TIs são de variadas etnias, como: Hixkaryana, Kaxuyana, Wai Wai, Katuena, Mawayana e Xereu (ISA, 2010).

Figura 6: Mapa de localização das TIs



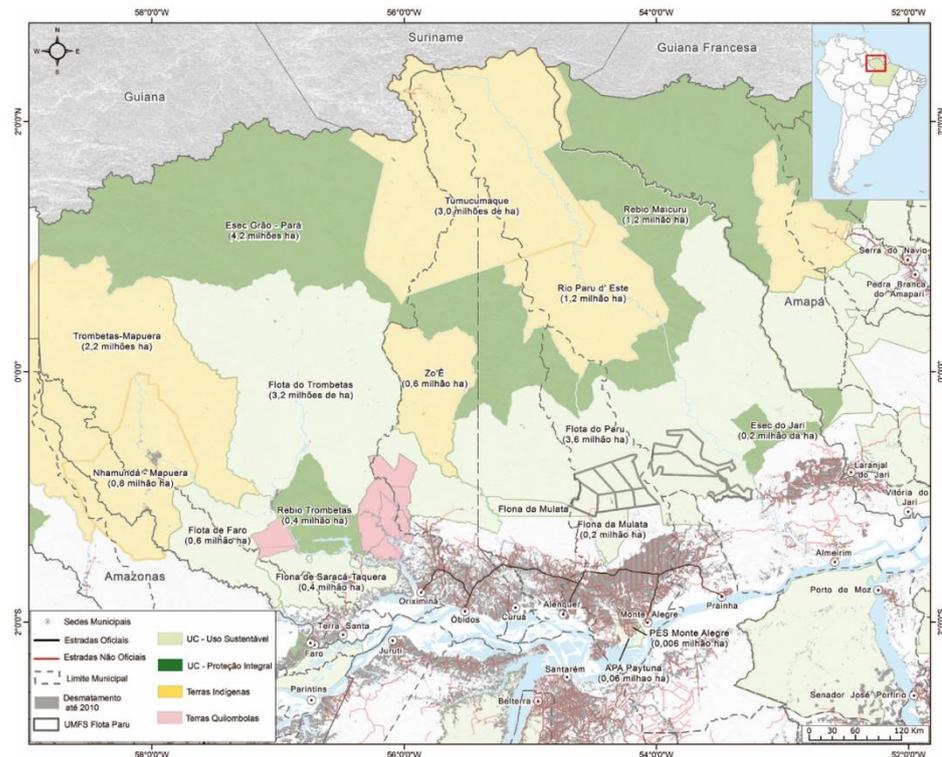
O primeiro Grupo de Trabalho (GT) para estudo e demarcação da TI Nhamundá Mapuera foi formado em 1976, pelo projeto FUNAI/RADAM, o qual delimitou uma área de 950.000 hectares. Depois foi criado outro GT em 1981 com a finalidade de completar os dados da equipe anterior. Após os estudos, a TI Nhamundá Mapuera foi homologada em 1989, com uma área total de 1.049.520 hectares (Queiroz, 2008).

Já a TI Trombetas do Mapuera teve o início do seu processo regulatório com a interdição da área em 1987, em função da presença constatada de vários grupos indígenas isolados no interior de seus limites. Mas apenas a partir do ano 2000 foram iniciadas as etapas de trabalho de campo, sendo a primeira em 2000 e a segunda em 2002 e diversos estudos até a demarcação da TI que ocorreu no ano de 2009 (Queiroz, 2008).

A dinâmica territorial na qual se insere as terras indígenas Trombetas do Mapuera e Nhamundá Mapuera é de extrema relevância para a Amazônia. Trata-se de uma região com grande incidência de unidades de conservação e terras indígenas, chamada por Calha Norte. A região compõe o maior corredor de biodiversidade do mundo, o que implica em dizer que existe uma riqueza natural e cultural de grande importância.

A Calha Norte é composta por diversas áreas protegidas (Figura 7) sendo elas: UCs de proteção integral (Esec Grão Pará, Rebio do Rio Trombetas, Rebio Maicuru e Esec do Jarí), UCs de uso sustentável (Flota de Faro, Flona Saracá-Taquera, Flona da Mulata, Flota do Paru e Flota do Trombetas), terras indígenas da porção paraense das TIs Trombetas do Mapuera e Nhamundá Mapuera, TI Zo'é, TI Tumucumaque e TI Rio Paru d'Este), e terras quilombolas (Boa Vista, Água Fria, Trombetas, Erepecuru, Alto Cabeceiras e Pacoval) (Santos & Barreto, 2012).

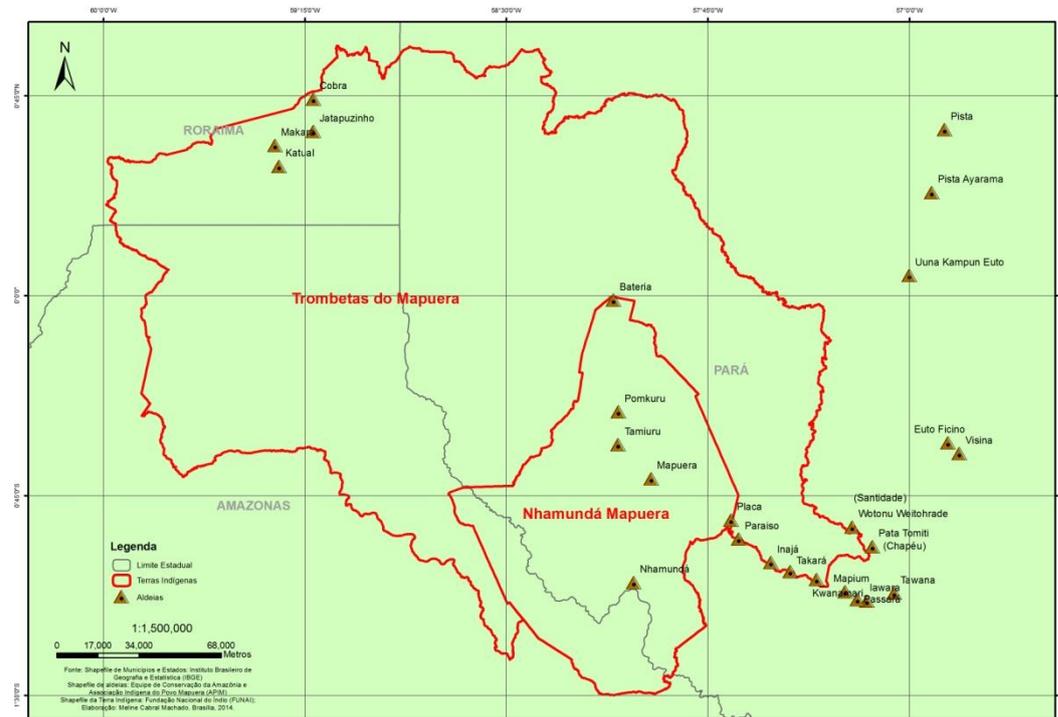
Figura 7: Mapa Calha Norte - Porção Paraense



Fonte: Imazon. Disponível em: [http://www.imazon.org.br/publicacoes/calha-norte/Mapa Encarte CalhaNorte 29mai20122.jpg/image view fullscreen](http://www.imazon.org.br/publicacoes/calha-norte/Mapa%20Encarte%20CalhaNorte%2029mai20122.jpg/image_view_fullscreen)

As aldeias são distribuídas nas TIs Trombetas do Mapuera, Nhamundá Mapuera, algumas na Floresta Estadual do Trombetas, e algumas nos limites da TI Trombetas do Mapuera, mas que ficaram fora da demarcação. Na TI Nhamundá Mapuera encontram-se seis aldeias: Placa, Mapuera, Tamiuru, Pomkuru, Bateria (todas no Pará) e Nhamundá, sendo essa última localizada no estado do Amazonas. Na TI Trombetas do Mapuera encontram-se seis aldeias: Kwanamari, Inajá (no estado do Pará), Katual, Makara, Jatapuzinho e Cobra (no estado de Roraima), as aldeias que estão fora do limite das TIs são: Tawana, Iawara, Passará, Mapium, Takará, Paraíso, Santidade e Chapéu (todas no Pará) (Figura 8):

Figura 8: Mapa de localização das aldeias das TIs



A Terra Indígena Nhamundá-Mapuera possui uma população aproximada de 2.218 pessoas (Dados de 2002 FUNASA/Parintins e a Terra Indígena Trombetas-Mapuera possui uma população aproximada de 416 pessoas, dados de 2008 FUNASA/Parintins (Cruz, 2012).

Entre as etnias habitantes da região do Mapuera está a Kaxuyana que, no século XVI habitavam a região dos rios Cachorro e Cachorrinho, dois rios que se encontram e deságuam no médio Rio Trombetas. Também existem Kaxuyana na região dos Nhamundá, Mapuera, e alguns ainda estão no Parque do Tumucumaque juntamente com os Tiryó no extremo norte do Pará.

A divisão do povo Kaxuyana nessas áreas distintas iniciou-se com a transferência dos indígenas da região de origem – a dos ancestrais, no rio Cachorro - para o Parque do Tumucumaque em meados do século XX. A explicação para esta mudança foram as doenças que acometeram os indígenas da região. As epidemias que surgiram em função do contato com outros povos, incluindo quilombolas, ameaçavam os Kaxuyana de extinção, e temendo este acontecimento os Kaxuyana aceitaram ser transferidos, com ajuda da FAB, para a missão Tiryó (ISA, 2010).

Foi na migração para o parque do Tumucumaque que os índios tiveram o contato com a metodologia de mapeamento cultural, feita no ano de 2002 para as Tis Parque do Tumucumaque e Rio Paru D’Este (nos estados do Pará e Amapá) e ao

retornarem aos seus territórios de origem (região do Mapuera) solicitaram a elaboração do mapa cultural.

Durante todo processo de migração, as famílias mantinham o desejo de retornar à terra de origem, e por isso, em 1990 algumas delas iniciaram as primeiras articulações para o retorno. Em 2001 os Kaxuyana retornaram aos seus territórios de origem criando em 2001 a aldeia Santidade e depois, em 2009, a aldeia Chapéu. Apesar do retorno ter se concretizado, algumas famílias ainda habitam o Parque do Tumucumaque, e as regiões de Nhamundá e Mapuera (Machado et al, 2013).

Com o retorno para o território de origem, o povo Kaxuyana junto ao povo Wai Wai e por meio de sua Associação dos Povos Indígenas Tiriyo, Kaxuyana e Txikityana (APITICATXI) e Associação dos Povos Indígenas do Mapuera (APIM), buscaram apoio para a realização do mapa cultural (Machado et. al, 2013).

Dessa forma o mapeamento cultural das TIs Trombetas do Mapuera teve início em 2009, não apenas para o povo Kaxuyana, mas também, para os povos Wai Wai, Tunayana e Kahyana. Dentre as etnias apenas o povo Wai Wai possui aldeias na área demarcada da terra indígena. Importante ressaltar que o mapeamento foi possível devido à uma parceria com a Secretaria de Estado e Meio Ambiente do Pará (SEMA/PA), sendo portanto mapeada a porção paraense dessas TIs.

O proposto trabalho tem por objetivo analisar se o mapa cultural é de fato uma ferramenta para se alcançar a gestão territorial, e para isso são analisados os usos dos mapas culturais pelos povos dessas terras.

Ao se discutir a gestão territorial, parte-se do pressuposto da existência de um território já consolidado, e no caso das terras indígenas, um território demarcado. Esse não é o caso dos mapeamentos analisados na pesquisa, sendo apenas o povo Wai Wai moradores de fato de uma terra demarcada.

Os limites e fronteiras são criados para definir e marcar o território, estabelecendo domínios e refletindo ideologias numa determinada área delimitada. Mas o poder que se constitui o território possui o sentido concreto e o simbólico, o primeiro refere-se ao econômico, político, valor de troca e esses dependem de forma mais direta de um território demarcado, no caso das terras indígenas, já o segundo refere-se às relações identitárias, ao discurso do sujeito e ao valor de uso, sendo esse mais independente das demarcações.

Nessa perspectiva, um dos objetivos do mapa cultural é de registrar as representações culturais que, muitas vezes, vão além do limite de fronteira

estabelecido pelo Estado. Muitos dos registros dos mapas culturais dos povos das TIs Trombetas Mapuera e Nhamundá Mapuera estão localizados fora das áreas demarcadas pela FUNAI, mas são de importância cultural para esses povos.

Apesar de não existir ainda a demarcação das terras indígenas dos demais povos (Kaxuyana, Tunayana e Kahyana) foram construídos os mapas culturais com objetivos a serem alcançados com o produto do mapa, até mesmo com a perspectiva fundiária.

Sobre as terras indígenas Trombetas do Mapuera e Nhamundá Mapuera têm-se, de acordo com Cruz (2012) que das etnias presentes nas TIs 51,4% são da etnia Wai Wai. Existem uma variedade de etnias nas TIs que ao longo da história se encontraram em uma situação de agrupamento e unificação. É comum ouvir que as TIs são terras Wai Wai, isso acontece desde a colonização quando houve uma generalização dos povos nativos e foi assimilada e é difundida até os dias de hoje. Mas é importante colocar que são povos de diferentes etnias que vivem no mesmo território.

Sobre o povo Wai Wai, Fock coloca que não se trata de uma etnia:

Como é muito comum no contexto amazônico, Wai Wai não é um etnônimo, mas um termo criado pelos Wapixana para designar aqueles índios que, segundo eles, tinham uma pele mais clara. Na língua Wapixana, o termo Wai Wai quer dizer “farinha branca” ou “tapioca” (FOCK, 1964, p. 683).

Depois Queiroz (2008) coloca que quando se fala da etnia Wai Wai, deve-se incluir os sobreviventes do projeto de colonização que expulsou os grupos indígenas para as regiões mais afastadas que se encontraram em diversas etnias formando os atuais Wai Wai.

Uma das razões dessa unificação das etnias foi para inseri-las na conversão ao cristianismo. A aldeia Mapuera é a aldeia central das TIs e foi fundada em 1971, a partir de um indígena (Ewka) que havia se convertido a religião e atraiu outras pessoas para aldeia, a aldeia hoje possui 977 pessoas (FUNASA, 2011). Ainda hoje os missionários têm grandes interferências na comunidade e já contam com um grupo de pastores indígenas que fazem a pregação na língua Wai Wai.

Os primeiros povos Wai Wai moravam em uma Aldeia chamada Kahxiymo, nas cabeceiras do rio Mapuera, com oitenta famílias. Viviam distantes uns dos outros, viviam no rio cachorro, outros no rio akarî e no rio urucurim. Por volta do ano de 1940, chegaram os primeiros brancos, os missionários americanos Hawkins e seus irmãos wapixanas, que serviam de guias deles, porque falavam inglês e conseguiam se comunicar com os Wai Wai. Todo ano era feita uma longa viagem em busca de outros índios como tiriyo,

katwena, xerew e mawaryana para se juntarem na aldeia kanaxem (hoje aldeia Mapuera), que tinha um cacique famoso chamado Ewka (ACT BRASIL, 2010).

Ao longo dos anos, o povo Wai Wai passou a se deparar com atividades que vem interferindo em seus territórios tendo destaque para as atividades minerárias e de implementação de usinas hidrelétricas. Existe na região, a Mineração Rio do Norte (MRN) no rio trombetas (localizada no porto trombetas - distrito de Oriximiná), com suas atividades iniciadas em 1974 e que vem trazendo consequências para as terras indígenas próximas à região.

Quanto à construção de hidrelétricas, estão sendo realizados estudos para a construção do complexo tapajós que atingirá diretamente os rios dessas TIs. Ainda existem poucos registros sobre esse complexo de usinas, mas que já trazem discussões da interferência dessa atividade para as comunidades tradicionais da região, como anunciado em nota pública:

Ao contrário do que alega o governo brasileiro, o licenciamento ambiental do Complexo Tapajós segue violando os direitos humanos ao território, ao meio ambiente, à dignidade humana, à defesa da cultura e à garantia social. A presença hostil de forças policiais inibe qualquer manifestação ou ato indígena em defesa do seu próprio território. Sem qualquer informação oficial, o processo segue sem a realização da Consulta Prévia, Livre e Informada das comunidades afetadas, o que é exigida pela Convenção 169 da OIT, da qual o Estado brasileiro é signatário e que goza de status materialmente constitucional, em razão dos direitos que assegura (NOTA PÚBLICA, 2013).

Os povos indígenas da região, a partir da preocupação de como iriam sobreviver as futuras gerações com o crescimento populacional constante e em uma área delimitada, têm buscado alternativas para uso adequado dos recursos naturais por meio de projetos como mapeamento cultural (2011), Diagnóstico Etnoambiental e Etnozoneamento (2012), plano de proteção territorial (2013), projeto de monitoramento de biodiversidade (atual), entre outros.

Essa busca de projetos tem sido realizada por meio da Associação do Povo Indígena do Mapuera (APIM), associação que representa os povos do Mapuera e Associação Indígena Kaxuyana, Tunayana e Kahyana (AIKATUK). O papel das associações torna-se fundamental tendo em vista a dificuldade de acesso, à extensão territorial e a densidade populacional das TIs para a implementação de novos projetos.

Durante as oficinas de mapeamento cultural foram levantados os diversos usos do mapa cultural, tais como: mapas a serem trabalhados nas escolas com o objetivo de

trabalhar os conhecimentos de histórias e costumes registrados pelos mais velhos, subsidiar estudos para demarcação das terras indígenas ainda não demarcadas (aldeias Kaxuyana, Kahyana, Tunayana e algumas aldeias Wai Wai), montar planos de ação e estratégias sobre o uso dos recursos naturais e subsidiar novos projetos para as TIs. Sobre as expectativas da comunidade sobre o mapa cultural foram feitas colocações das lideranças durante a primeira oficina realizada na aldeia Santidade:

[...] Juscelino (FUNAI/Belém) comentou sobre a parceria entre a ACT/Kanindé para o fortalecimento do povo Kaxuyana e disse também que o mapa cultural é muito importante, pois servirá de subsídio para a regularização fundiária da Terra Indígena Kaxuyana. O Paulo Wai Wai (APIM) comentou sobre a importância do mapeamento cultural e de futuros trabalhos de Etnozoneamento em seu território[...] (ACT BRASIL,2009. p.7).

O Mapeamento Cultural Colaborativo das Terras Indígenas Trombetas do Mapuera e Nhamundá Mapuera (Wai Wai, Kaxuyana, Tunayana e Kahyana) foi realizado entre 2009 e 2010 e as oficinas de mapeamento aconteceram na aldeia Santidade (do povo Kaxuyana) e no município de Oriximiná, onde os pesquisadores se deslocaram para realizar a atividade. Participaram diretamente das atividades de mapeamento doze indígenas Wai Wai, dois Tunayana, dois Kahyana, sete Kaxuyana, sendo ao total vinte e um pesquisadores e instituições executoras, parceiras e apoiadoras: a Associação dos Povos Indígenas do Mapuera (APIM), Associação dos Povos Indígenas Tiriyó, Kaxuyana Tikyana – Apitikatxi, Associação Indígena Kaxuyana, Tunayana e Kahyana (AIKATUK), Fundação Nacional do Índio (FUNAI) - por meio de sua antiga Administração Regional da FUNAI de Belém-, a Secretaria de Meio Ambiente do Estado do Pará (Sema/PA), a Associação de Defesa Etnoambiental Kanindé, a Equipe de Conservação da Amazônia (Ecam) e Fundação Moore.

O mapa cultural do povo Wai Wai teve sua construção baseada na metodologia de mapeamento cultural colaborativo da Equipe de Conservação da Amazônia, as seções a seguir têm por objetivo destacar os principais pontos abordados durante as oficinas a partir da observação participante.

#### **a) Procedimentos prévios e primeira oficina**

A oficina de procedimentos prévios foi realizada na aldeia Santidade, do povo Kaxuyana, entre os dias 27 de setembro a 02 de outubro de 2009. Essa foi a primeira

etapa para a construção do mapa cultural que teve início a partir da discussão do que é cartografia e o porquê do mapear. Nessa etapa a comunidade destacou quais eram suas expectativas em relação ao mapa e como pretendiam usá-lo. Foram relatados usos para a educação, conhecimento e registro sobre o território para subsidiar a demarcação das terras ainda não demarcadas, busca de novos projetos e planejamento do uso dos recursos naturais (Figura 9).

Figura 9: Discutindo os possíveis usos do mapa cultural



Fonte: Aldeia Santidade – Pará, 2009. Autor: Edwilson Pordeus. Acervo Ecam.

Durante essa etapa foi feita uma capacitação de cartografia, explicando os principais elementos do mapa, como escala, coordenadas, legenda, título, etc. também foi realizada uma capacitação de GPS, tendo grande interesse por parte da comunidade nesses instrumentos.

Os povos indígenas estão, cada vez mais, em contato com novas tecnologias e novos instrumentos que subsidiem a proteção e a gestão de seus territórios. O interesse no aprendizado ao uso do GPS tomou centro na discussão para o viés de proteção, sendo um auxílio na construção da denúncia de invasores na terra indígena. Como exemplo pode-se citar o caso do Povo Indígena Suruí, da terra indígena Sete de Setembro, que tem utilizado novas tecnologias como um mecanismo de defesa de seu território:

Nas mãos dos índios suruis, os equipamentos cada vez mais comuns nas cidades têm outras funções na floresta. Para qualquer movimentação estranha ou presença hostil, eles receberam treinamento especializado para fazer a imagem e rastrear via satélite, com a ajuda do GPS, saber a posição exata, por exemplo, de um madeireiro ilegal. Esses dados são enviados para as autoridades competentes como Polícia Federal e Funai (TRIGUEIRO, 2012, p.1).

Ainda nos procedimentos prévios, a comunidade também discutiu quais seriam as áreas das TIs mapeadas optando dividir os mapas por etnias, sendo elas: Kaxuyana, Kahyana, Tunayana e Wai Wai, todas presentes na oficina. Como três das quatro etnias não possuem o território demarcado foi feita uma readequação da escala de acordo com a área de uso de cada etnia para a próxima oficina (Figura 10).

Figura 10: Definição da área de abrangência do mapa cultural por etnia



Fonte: Aldeia Santidade – Pará, 2009. Autor: Edwilson Pordeus. Acervo Ecam.

Nessa etapa da oficina foi importante perceber a facilidade que a comunidade teve no reconhecimento do mapa, de se localizar pelo desenho do curso hidrográfico e de, inclusive, acrescentar igarapés e rios de importância para a comunidade que estavam fora da base hidrográfica utilizada.

O acesso e o deslocamento dentro das TIs são feitos por meio dos rios, e talvez essa seja a razão da facilidade de localizar-se a partir dos cursos d'água. Além disso,

essas comunidades dependem diretamente dos recursos advindos dos rios e igarapés próximos às aldeias para suas atividades coridianas.

A oficina de procedimentos prévios também aproximou os pesquisadores do mapa cultural com a equipe técnica, que elaboraram o cronograma para as próximas oficinas. Os grupos de mapeamento foram divididos em: uma equipe do povo Tunayana, uma equipe do povo Kahyana, duas equipes do povo Wai Wai e duas equipes do povo Kaxuyana.

A primeira oficina foi realizada em continuidade da oficina de procedimentos prévios e teve por objetivo iniciar o mapeamento dos elementos de importância para cada etnia. Para isso, a comunidade montou uma lista de representações que eles iriam espacializar no mapa.

Além dos registros das representações no mapa foi trabalhada, com o auxílio de um antropólogo, a importância de registrar as histórias relacionadas ao mapeamento cultural, bem como as técnicas de como entrevistar para que as informações coletadas demonstrem os valores históricos e culturais.

A oficina contou com a participação de indígenas jovens e adultos, durante a atividade foi possível perceber certa dificuldade que os mais novos tinham em relatar o significado de elementos que representam aspectos antigos da comunidade, como histórias, local de guerra, contato, aldeia velha, entre outros. Ao mesmo tempo percebeu-se o interesse dos mais velhos em contar as histórias desses locais para os mais jovens que escutavam com atenção e faziam o registro escrito na língua dessas narrativas.

O trabalho do mapa cultural extrapolou as representações dos ícones nos mapas, pois parte dessas representações estavam atreladas às narrativas que foram trabalhadas com o auxílio de um antropólogo fazendo o registro e associando a história ao local onde havia acontecido.

Com a lista de representações definidas, as equipes passaram a mapear a ocorrência de cada registro, por exemplo: o item de aldeia antiga contido na lista foi espalhado por todo o território delimitado no mapa onde existia sua ocorrência.

A dinâmica da primeira oficina contou com a definição dos elementos a serem mapeados, o início do mapeamento dessas representações pelo mapa e o registro das narrativas desses elementos. Também foram feitos desenhos para representar cada elemento no mapa que entraram na legenda (Figura 11).

Figura 11: Desenho para ser representando no mapa cultural



Fonte: Aldeia Santidade – Pará, 2009. Autor: Edwilson Pordeus. Acervo Ecam.

Como a atividade foi centrada em apenas uma aldeia, não foi possível a participação de toda a comunidade na oficina e pela própria metodologia utilizada, seria necessária uma atividade de campo para levantar maiores informações a serem representadas no mapa junto à lideranças mais velhas, caçadores, mulheres, enfim outros membros da comunidade que não estavam presentes.

A próxima etapa foi de planejar a logística da etapa de campo onde seriam feitos esses levantamentos, definindo os materiais necessários para a primeira etapa de campo.

#### **b) Primeira etapa de trabalho de campo**

A primeira etapa de trabalho de campo aconteceu entre os dias 15 a 30 de outubro de 2009 e participaram as seis equipes das quatro etnias de pesquisadores indígenas do mapa cultural.

Essa etapa teve por finalidade validar e coletar novas informações para serem acrescentadas nos mapas, a partir de conversas com os mais velhos, pescadores, caçadores, mulheres, entre outros. Durante essa etapa destacou-se a mobilização dos pesquisadores indígenas e de toda a comunidade em contribuir para o registro das

representações de interesse do povo, tanto no mapa como no registro das narrativas (Figura 12).

Figura 12: Etapa de campo nas aldeias



Fonte: Aldeia Pista Ayarama – Pará, 2009. Autor: Pedro Tunayana. Acervo Ecam.

As aldeias possuem altos índices populacionais e estão localizadas em TIs extensas o que dificulta a comunicação entre as aldeias, dessa forma essa etapa de campo possibilitou a divulgação do projeto, onde os entrevistados passaram a ter o contato com a elaboração do mapa cultural.

A troca de conhecimentos entre a comunidade tornou-se evidente nessa etapa, onde os pesquisadores mais jovens buscaram junto aos mais velhos a localização e a história dos eventos importantes para seu povo. Os registros das narrativas foram feitos tanto na língua materna como no português.

Outro ponto de destaque nessa etapa foi o uso dos instrumentos para a coleta dos registros do mapa cultural, onde os pesquisadores indígenas, a partir da capacitação feita nos procedimentos prévios, utilizaram gravadores para registrar as narrativas e GPS para localizar as aldeias onde haviam feito as entrevistas. Após a primeira etapa de campo os pesquisadores se prepararam para a segunda oficina.

### c) Segunda oficina

A segunda oficina foi realizada no período de 31 de outubro a 13 de novembro de 2009 e diferente das etapas anteriores, aconteceu fora da aldeia. Foi realizada no município de Oriximiná (PA), num local cedido pela prefeitura.

Como a atividade aconteceu fora da aldeia, apenas participaram os pesquisadores definidos na oficina de procedimentos prévios, o que não aconteceu nas etapas anteriores, pois a comunidade dessa sempre estava presente contribuindo com os pesquisadores indígenas.

A segunda oficina teve por objetivo trabalhar com os dados vindos da primeira etapa de campo. Como parte das atividades, cada grupo apresentou os mapas com as informações inseridas nas coletas de suas aldeias descrevendo o local e os significados dos símbolos especializados (Figura 13).

Figura 13: Apresentação do mapa a partir das informações coletadas em campo



Fonte: Oriximiná - Pará, 2009. Autor: Meline Machado. Acervo Ecam.

Durante os dias de oficina foi retomada a importância do mapa cultural para a comunidade, sobre o assunto as liderança Paulo Wai Wai e cacique Pedro colocaram que:

“O mapa cultural é um trabalho muito importante, pois promove além de outras atividades, o resgate da cultura do nosso povo que participam do evento[...] Eu ouvia histórias dos meus pais, mas não tinha como registrar e fico feliz de agora ver que esse problema está sendo resolvido com a

construção do mapa cultural pelas mãos dos próprios indígenas” – Paulo Wai Wai (ACT BRASIL, 2009,p.4).

“É uma honra participar desse tipo de trabalho, porque os os velhos estão morrendo e com eles todo o conhecimento” – Pedro Tunayana (ACT BRASIL, 2009,p.4).

Pela fala das lideranças o mapa cultural tinha sua importância por registrar as histórias de seu povo e promover o resgate cultural, fazendo com que as histórias vividas por eles perdurassem no espaço-tempo. Esse discurso esteve presente em todas as oficinas do mapeamento cultural, reforçando a ideia do mapa como um instrumento de fortalecimento cultural.

Além disso, a ideia de obter um subproduto do mapa a partir das histórias registradas pode ser um instrumento para a educação indígena na comunidade e fora dela e também fortalecer a história e os costumes da comunidade.

Foram muitas as histórias coletadas durante a etapa de campo, mas ainda faltaram algumas narrativas, dessa forma, durante a oficina foi realizada uma entrevista junto aos mais velhos com o intuito de coletar informações detalhadas dos símbolos representados nos mapas (Figura 14).

Figura 14: Gravação das histórias representadas no mapa do povo Wai Wai



Fonte: Oriximiná - Pará, 2009. Autor: Alessandro Oliveira. Acervo Ecam.

Essa atividade proporcionou informações interessantes pertinentes ao cotidiano das etnias as quais foram sistematizadas para os subprodutos do mapa cultural como: histórias de guerras, locais sagrados, aldeias antigas, entre outros.

Ao participar dessas entrevistas sobre as representações do mapa cultural junto aos mais velhos foi possível entender o quão associada está a localização dos símbolos à trajetória desse povo. Todas as histórias tinham um caminho de construção que seguiam a trajetória dos rios ou caminhos por terra. Como exemplo o ícone que representa local de guerra que não surge do nada, mas sim perpassa uma trajetória que envolve quase todo o território onde a comunidade vivia de forma nômade estabelecendo-se em várias aldeias (registradas como aldeias antigas) muitas delas fora da área delimitada hoje como terra indígena.

Outro aspecto que chamou atenção durante essa atividade foram as representações de histórias e locais sagrados que vinham acompanhados de narrativas mitológicas sobre criação do mundo pelo ponto de vista desse povo indígena, e em grande parte das narrativas com a mistura de seres formados por metade animal, metade humano, ou metade animal e metade vegetal. Estando, portanto, os aspectos históricos ligados também com os animais e vegetação de uma floresta.

É sabido que essa ligação dos povos indígenas com os recursos naturais é antiga, mas que vem mudando ao longo dos anos. A relação hoje também é de dependência desses recursos para a sobrevivência e para a construção e fortalecimento do modo de vida desses povos. Mas para viver no território demarcado e frente a diversas ameaças se faz necessário o planejamento do uso dos recursos, e por isso torna-se fundamental a discussão de gestão territorial e ambiental.

Durante os quinze dias de oficina foi possível perceber nas discussões, elementos de gestão territorial, não apenas vinculados à cultura, mas também à manutenção e garantia de seus territórios bem como a segurança de seus recursos naturais.

Como proposto pela metodologia utilizada, durante a oficina foram feitas as transcrições dos dados coletados em campo para um novo mapa com o objetivo de validar e revisar as informações nele contidas.

Ao final da atividade foram identificados os “vazios culturais” nos mapas, com o objetivo de estimar a logística para a próxima etapa de campo, dando preferências às áreas pouco mapeadas. Essa definição das equipes e locais das expedições foram

planejados pelos pesquisadores indígenas que possuem o conhecimento sobre o acesso e as áreas essenciais para visita (ACT Brasil, 2009).

O vazio cultural é colocado pela instituição quando após a etapa de campo ainda existam áreas que não foram mapeadas, mas que são áreas de importância histórico-cultural para a comunidade. Não trata, portanto, de áreas que não possuem significados culturais, mas sim áreas que ficaram fora do levantamento da primeira etapa de campo e que serão levantadas na segunda etapa.

#### **d) Segunda etapa de trabalho de campo**

A segunda etapa de trabalho de campo foi realizada entre os dias 25 de novembro a 10 de dezembro de 2009 e assim como a primeira, teve por finalidade validar e coletar novas informações para serem acrescentadas nos mapas, a partir de conversas com a comunidade das aldeias.

O diferencial dessa atividade é que além das entrevistas nas aldeias, os pesquisadores também realizaram expedições de campo para validar as informações já registradas no mapa e conhecer alguns locais apontados pelos mais velhos como importantes na história de seu povo (Figura 15).

Figura 15: Validando os registros do mapa na etapa de campo



Fonte: TI Nhamundá Mapuera - Pará, 2009. Autor: Joãozinho Kaxuyana. Acervo Ecam.

Com a etapa de expedição de campo, os pesquisadores identificaram novas representações nos mapas e puderam conhecer lugares de importância cultural, antes não visitados pelos mais jovens por conta da dificuldade de acesso. Foram feitas marcações desses locais com pontos de GPS e registros das novas narrativas (ACT Brasil, 2009).

Sobre a importância desse tipo de atividade em campo, tem-se o depoimento de uma liderança indígena Suruí da TI Sete de Setembro (Rondônia e Mato Grosso) que elaboraram o mapa cultural de sua terra também tendo por etapa as expedições de campo, ele traz que:

“eu nunca imaginava passar por lugares que passei; visitei locais onde o povo Suruí pescava e veio na memória tudo que já perdi, pai, mãe, parentes. Realmente tinha gente aqui e isso me deu orgulho por ser índio, mas ao mesmo tempo fico triste, porque o povo Suruí não tem dado o mesmo valor que antes se dava a essas coisas, por causa da influência de fora. Queria que todo mundo pensasse assim, com orgulho de ser índio. O ideal seria que todos tivessem seu lugar. Eu sou descendente daqueles que se foram e eu passei pelo lugar deles, é como então se eles tivessem vivos, como se tivesse vivendo o que eles viveram, pisando o chão que eles pisaram. Pela ambição ninguém tocaria nesses lugares, porque respeitaria a cultura e o lugar de um povo”. Francisco Mepoy (Kaban) (ACT Brasil, 2006, p.6).

A fala da liderança coloca pontos sobre a ligação entre a memória o lugar, ou seja, as histórias de um povo e sua representação em um local. Essa relação remonta à importância do território para esses povos, pois é esse território que possibilita as manifestações histórico-culturais e também a reprodução de suas identidades. Essa discussão faz retornar sobre um primeiro ponto a se trabalhar a gestão territorial: assegurar o território. Mas esse território não pode ser definido de forma aleatória, geométrica e nem por base de limites naturais (como cursos d’água, por exemplo), eles devem considerar as áreas de uso dessas comunidades e não apenas o uso dos recursos naturais, mas também o simbolismo que representa algumas áreas para esses povos seja nos aspectos culturais, costumeiros ou históricos.

Tendo acabado a segunda etapa de campo, os pesquisadores passaram a organizar e planejar a terceira oficina.

#### **e) Terceira oficina**

Foi realizada entre os dias 18 e 25 de janeiro de 2010 e teve por objetivo trabalhar com os registros coletados durante a segunda etapa de campo realizada nas aldeias e nas expedições de campo pelas TI’s. Como atividade a oficina contou com a

transcrição das informações obtidas em campo para um novo mapa e o registro de novas histórias (Figura 16).

Figura 16: Transcrição dos elementos coletados na etapa de campo



Fonte: Oriximiná - Pará, 2010. Autor: Meline Machado. Acervo Ecam.

O diferencial dessa oficina foi a elaboração, pelos pesquisadores indígenas, de uma lista contendo os recursos naturais que foram espacializados no mapa com o objetivo de discutir sobre os seus usos. Dentre os usos, destacou-se os recursos utilizados para alimentação, comércio, artesanato, produção de casas, entre outros. Essa discussão dos usos dos recursos naturais caracteriza-se como central para a elaboração de um plano de gestão, a PNGATI traz esses elementos destrinchados em seus eixos temáticos.

#### **f) Revisão final dos mapas**

A oficina de revisão final dos mapas foi realizada entre os dias 02 a 04 de abril de 2010 em Oriximiná (PA), onde participaram todos os pesquisadores do mapeamento cultural. Objetivo da atividade foi de revisar todas as histórias (Figura 17) e representações espacializadas no mapa, dando ênfase aos nomes de hidrografia, locais de histórias, lugares sagrados, aldeias antigas e aldeias atuais.

Figura 17: Revisão final das histórias



Fonte: Oriximiná - Pará, 2010. Autor: Meline Machado. Acervo Ecam.

O mapa e as histórias resultaram em um produto, onde a comunidade decidiu que, a partir do mapa cultural, seria feito um subproduto referente às histórias contadas pelos pesquisadores e comunidade. Esse subproduto concretizaria-se em formato de um livro com todas as histórias relatadas, desde as histórias de formação de cada etnia até as histórias mitológicas.

Esse material seria dividido em capítulos, onde cada um teria por objetivo representar as histórias dos povos Kaxuyana, Tunayana, Kahyana e Wai Wai para serem usados nas escolas das aldeias com o intuito de preservar e difundir a cultura de cada povo, permitindo a construção de um projeto voltado para o fortalecimento da cultura e dos costumes dessas etnias (ACT Brasil, 2010).

Foram elaborados um mapa de cada etnia (Kaxuyana, Kahyana, Tunayana e Wai Wai) e um mapa geral abrangendo as TIs Trombetas do Mapuera e Nhamundá Mapuera, bem como as aldeias que estão fora dos limites da terra indígena. Os mapas estão contidos com representações de diferentes aspectos que fazem parte das relações internas da comunidade, das relações com a biodiversidade e das relações com a sociedade envolvente. Os aspectos relativos à sociedade refletem em sua maioria os serviços prestados pelo governo e suas representações institucionais.

Durante o trabalho, muitos relatos provenientes dos momentos de apresentação dos produtos parciais deixaram clara a importância de se promover tal agenda na terra indígena, mas sempre vinculando à execução de elementos que compõem os eixos da atual Política Nacional de Gestão Ambiental e Territorial de Terras Indígenas (PNGATI).

### g) Entrega dos mapas

Apesar da última etapa do mapeamento cultural (revisão final) ter acontecido em abril de 2010, o mapa final foi entregue à comunidade apenas em 2013. A entrega dos mapas aconteceu nos dias 02 e 03 de maio de 2013 na aldeia Mapuera, onde foi realizada, na mesma atividade, a entrega do Etnozoneamento. Participaram da entrega a Ecam, Kanindé, SEMA/PA, FUNAI e as associações indígenas. Os mapas foram entregues para representantes das etnias que participaram das oficinas de elaboração dos mapas (Figura 18).

Figura 18: Entrega do mapa cultural do povo Wai Wai



Fonte: Aldeia Mapuera - Pará, 2013. Autor: Israel Vale. Acervo Kanindé.

A proposta da entrega do mapa junto a validação do etnozoneamento foi de usá-lo como subsídio para contribuir na definição das zonas de uso da TI, mas a

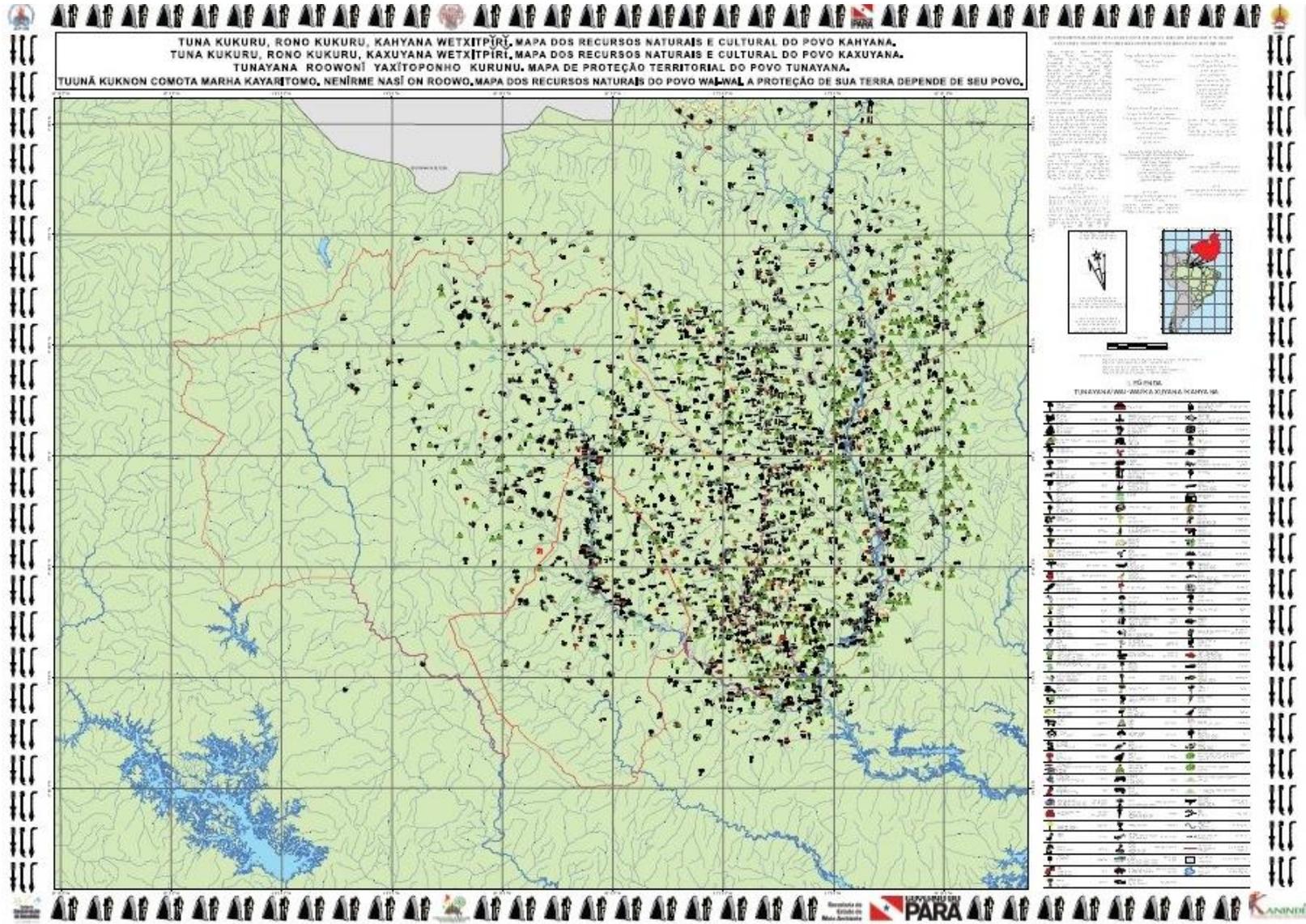
demora na entrega do produto final pode ter reorientado o uso do mapa cultural de forma diferente a que a comunidade havia estabelecido na oficina de procedimentos prévios realizada no ano 2009.

O mapa buscou representar os recursos naturais de importância para os povos indígenas da região, bem como as áreas de uso tradicional e o uso desses recursos para as comunidades envolvidas no projeto de mapeamento. Foram elaborados um mapa cultural por etnia, onde cada etnia criou um nome para o mapa, sendo um do povo Wai Wai (*Tuunã Kuknon Comota Marha Kayaritomo. Nenirme NasÎ On Roowo* - Mapa dos recursos naturais do povo Wai Wai. A proteção da sua terra depende do seu povo), povo Kaxuyana (*Tuna Kukuru, Rono Kukuru, Kaxuyana Wetxitprt* – Mapa dos recursos naturais e cultural do povo Kaxuyana), povo Kahyana (*Tuna Kukuru, Rono Kukuru, Kahyana Wetxitprt* – Mapa dos recursos naturais e cultural do povo Kahyana) e o mapa cultural do povo Tunayana (*Tunayana Roowonî Yaxitoponho Kurunu* – Mapa de proteção territorial do povo Tunayana). Os títulos dos mapas já remetem sobre ideais de uso desses mapas pelas comunidades, seja pelo recursos natural e cultural ou pela proteção de seus territórios.

Com o objetivo de obter um mapa geral que representasse toda área de uso desses povos foi feita a união dos mapas de todas as etnias em um único mapa cultural (Figura 19). O etnomapeamento finalizado é de propriedade da comunidade indígena e para utilizá-lo na pesquisa foi feito o pedido de autorização (Anexo 03) para as associações APIM (Associação dos Povos Indígenas do Mapuera) e AIKATUK (Associação Indígena Kaxuyana, Tunayana e Kahyana).

Figura 19: Mapa cultural das TIs Trombetas do Mapuera/Nhamundá Mapuera

Figura 20: Mapa cultural das TIs Trombetas do Mapuera/Nhamundá Mapuera



O mapa cultural das TIs Trombetas do Mapuera e Nhamundá Mapuera tiveram 128 símbolos representados, sendo representações sobre os recursos naturais (espécies de vegetais, animais e lagos), culturais (representações dos antigos, histórias, locais sagrados e uso tradicional), de infraestrutura (apontamentos como comunidades não indígenas, igreja, escolas, aldeias, etc.) e dados básicos da cartografia (estradas, limites demarcatórios, hidrografia, etc.). Alguns elementos representados no mapa pelas comunidades já explicitam o seu uso, como é o caso da madeira para arco, madeira para canoa, madeira para construir casas, palha para casas, pedra para amolar, pedra para ralador, barro para cerâmica, etc.

Os mapas mostram diferentes aspectos do território pela visão desses povos, que vão desde representações físicas do território como o tipo de vegetação (campo natural, por exemplo), relevo (montanhas e nascentes), e sobre a fertilidade da terra (terra boa para plantar), até representações sobre a relação com outras comunidades ou povos, como as representações de comunidades não indígenas, meio de comunicação, caminhos por terra, caminhos por água, etc.

Cada elemento mapeado tem um significado e importância para esses povos, com o objetivo de atrelar essa importância dos elementos mapeados à gestão territorial se fez necessário analisar quais os usos dos mapas culturais por esses povos.

#### **4.2. O uso dos Etnomapas pelas comunidades indígenas**

Para entender qual o uso atual do mapa cultural pelos povos indígenas realizou-se uma entrevista semiestruturada com dois representantes das associações indígenas das TIs Trombetas do Mapuera e Nhamundá Mapuera.

Para uma análise estatística os dois questionários não foram suficientes, mas o objetivo da pesquisa não foi de trabalhar com dados quantitativos, mas sim qualitativos. É importante ressaltar que a pesquisa buscou analisar se o mapa cultural é de fato uma ferramenta para gestão territorial como proposto pela PNGATI e no contexto das comunidades indígenas, são as associações indígenas que representam a gestão e articulação política para esses povos. Portanto, as entrevistas realizadas por meio de roteiros estruturados foram aplicadas aos dois gestores (presidentes de associações) responsáveis pela articulação e gestão política desses territórios.

As entrevistas foram realizadas com o foco de alcançar dois objetivos: compreender o conhecimento que os líderes das associações possuem em relação à gestão territorial e qual o uso atual do mapa cultural. Além disso, a partir das entrevistas foi possível validar as informações dos relatórios técnicos das oficinas do mapeamento cultural (as transcrições das entrevistas na íntegra estão no anexo 04).

Ambas associações confirmaram que o mapa cultural teve início em 2009 e sua entrega apenas em 2013 e que participaram como coordenadores do mapeamento cultural, tendo acompanhado todos os trabalhos juntos aos pesquisadores indígenas do mapeamento cultural. Sobre a gestão territorial, na concepção das Associações entrevistadas, ela perpassa os objetivos específicos da PNGATI, tendo mais força nos eixos:

I – Proteção territorial e dos recursos naturais;

IV – Prevenção e recuperação de danos ambientais;

V – Uso sustentável de recursos naturais e iniciativas produtivas indígenas;

VI – Propriedade intelectual e patrimônio genético (PNGATI - decreto nº 7.747 de 5 de junho de 2012).

Esses eixos foram identificados tanto nos títulos dados aos mapeamentos culturais que retratam os recursos naturais, culturais e proteção como nas falas dos entrevistados quando colocam que para eles a gestão territorial é:

“Gestão territorial é proteger o território, é ter o conhecimento e não destruir, é cuidar do território” (Juventino Kaxuyana).

“Gestão territorial é a forma de melhoria da utilização dos recursos de um território” (Paulo Wai Wai).

Também foi possível identificar esses objetivos específicos da PNGATI na fala dos entrevistados quando questionados sobre quais aspectos foram abordados na oficina de mapeamento cultural, as repostas em comum das duas associações foram: fortalecimento cultural, resgate cultural, proteção territorial, capacitações e fortalecimento institucional.

E: você acha que o mapa fortalece a associação?

“fortalece por que esse mapa vai ajudar a buscar apoio para cada vez mais ampliar conhecimento e divulgar o mapa, o mapa é cultural onde reside o povo indígena Kaxuyana” (Juventino Kaxuyana).

Para Paulo Wai Wai, da APIM, na oficina de mapeamento cultural os temas de manejo dos recursos naturais, segurança alimentar e geração de renda não foram

trabalhados no mapa cultural. Já Juventino Kaxuyana, da AIKATUK, colocou que esses temas foram sim trabalhados no mapa cultural:

E: Você acha que o mapa foi importante para entender a geração de renda ou não tem ligação?

“o mapa ajuda a entender isso sim, porque ali... tendo o mapa você está vendo por exemplo onde está os castanhais, e outras coisas que a gente vende” (Juventino Kaxuyana).

O mapa consegue realizar um diagnóstico do que se tem ou não na terra indígena, a visão do Paulo Wai Wai está atrelada à percepção que alguns pesquisadores tiveram ao enxergar a ferramenta como instrumento para localizar esses recursos naturais. Enquanto que o Juventino Kaxuyana visualizou esses elementos espacializados e suas relações com outros elementos, como foi o caso da fala sobre o mapeamento dos castanhais colaborando na geração de renda já que eles costumam vender castanha.

Quando se discute a gestão territorial de terras indígenas um dos temas centrais que surge é a manutenção dos recursos para futuras gerações a partir do planejamento desses recursos que perpassa a proteção, recuperação dos territórios e o uso dos recursos naturais por meio de práticas sustentáveis tradicionais.

As falas dos entrevistados demonstram o conhecimento sobre o conceito de gestão territorial com o foco maior em uma gestão interna, a partir das ações da própria comunidade sobre seu território, como colocado no título do mapa do povo Wai Wai: “A proteção da sua terra depende do seu povo” (Figura 19). Em relação à percepção das associações ao tema de gestão territorial, pode-se perceber que os elementos que compõem a gestão territorial para essas comunidades estão atrelados às práticas internas de uso dos recursos naturais e que pouco foi discutido sobre o papel governamental nessa gestão.

A Política Nacional de Gestão Ambiental e Territorial de Terras Indígenas (PNGATI) em suas diretrizes e objetivos demonstra o que se pretende alcançar com a gestão de terras indígenas, traz a visão externa ao processo onde as palavras chaves são promoção, reconhecimento, garantia, apoio, protagonismo e valorização. Deixando a entender a visão externa da gestão territorial, sendo como atribuições estatais o alcance dessas diretrizes e dos objetivos específicos, ressaltando em todo o decreto a participação e valorização cultural dos povos indígenas.

Por outro lado, essas comunidades enxergam a gestão territorial a partir do modo de vida e de uso dos recursos em suas práticas internas, enquanto donos dos

territórios. Temos assim, a visão de gestão territorial das instituições públicas envolvidas na PNGATI que traz responsabilidades estatais de promover ações para garantir a gestão, e de outro lado, as comunidades que trazem a gestão territorial como uma construção da própria comunidade.

Algumas ações têm sido tomadas pelas instituições públicas envolvidas na PNGATI para nivelar o conhecimento e os objetivos da PNGATI junto aos povos indígenas pretendendo também dissolver a visão dúbia sobre gestão territorial para o governo e para comunidades indígenas.

Fundação Nacional do Índio (FUNAI), Ministério do Meio Ambiente (MMA) e Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) são instituições que atuam de forma direta nas TIs no que diz respeito á PNGATI, por meio do Programa de Formação Continuada em PNGATI, que visa qualificar gestores indígenas e gestores públicos dessas instituições para contribuir com a qualificação de ações de gestão territorial e ambiental em TIs (TNC, 2013).

Com a proposta de entender o uso do mapa cultural para esses povos, questionou-se as associações sobre os motivos que levaram a comunidade a tomar a decisão de elaborar o mapa cultural, entre as razões relataram a necessidade de utilizar nas escolas e para assegurar os recursos para futuras gerações por meio do planejamento:

“Nós tomamos a decisão por que vemos a importância do mapa cultural é importante para quem participa da escola, para as nossas gerações futuras, por que vendo a mapa sabemos o que temos na nossa região, na nossa terra. Esse foi o objetivo” (Juventino Kaxuyana).

A partir do entendimento das associações sobre gestão territorial buscou-se identificar os usos que tem tido os mapas culturais para a gestão. Em relação ao uso do mapa cultural, para o Juventino Kaxuyana, antes de conhecer o mapa cultural, as expectativas estavam mais relacionadas ao reconhecimento e localização dos recursos naturais, como o mapeamento dos rios quando coloca:

“Antes de conhecer o mapa eu imaginava que era apenas conhecer os rios. Mas depois entendi que o mapa cultural vai além disso, é além disso, é o conhecimento geral do território” (Juventino Kaxuyana).

Sobre a expectativa do mapa cultural, Paulo Wai Wai ressaltou também a questão da localização dos recursos quando diz:

“eu imaginei que o mapa seria utilizado nas escolas, na comunidade para o povo ter conhecimento dos lugares que consideremos importantes para nosso povo (Paulo Wai Wai)”.

Durante as oficinas do mapeamento cultural, o entendimento passou a ser não apenas de localização dos recursos, apesar de ainda ser o ponto mais destacado pelo representante da APIM, mas também o de entender e mapear o que tem na terra para se planejar o uso.

Elementos de gestão territorial como proposto pela PNGATI e o entendimento pelas associações sobre gestão estiveram presentes nas discussões ao longo das oficinas de elaboração do mapa. O momento proporcionou a interação entre as pessoas que participaram do mapa cultural, que colocaram a preocupação do uso dos recursos naturais e o receio da perda de aspectos culturais de seus povos, por motivos que perpassam desde o desinteresse das gerações mais novas até a interferência estatal por meio da construção de grandes empreendimentos como as hidrelétricas, por exemplo.

A partir do que foi observado nas oficinas, conversas com representantes das associações e o atual uso dos mapas, pode se perceber que na etapa de elaboração dos mapas, os elementos para conseguir alcançar a gestão territorial estiveram presentes, mas nem todos esses elementos conseguiram ser representados nos mapas culturais finais.

De acordo com as expectativas da comunidade, o mapa cultural alcançou o primeiro objetivo: o de ser usado nas escolas. Mas em relação à outra expectativa colocada pelas associações como a garantia dos recursos naturais, a discussão esteve presente nas oficinas de construção do mapa em todas as etapas, mas se caracterizam como elementos de difícil representação (enquanto ícones, símbolos) no mapa cultural final.

O mapa cultural está atrelado às suas representações físicas definidas em base cartográfica, ou seja, aos lugares de castanhais, aldeias antigas, histórias, enfim aos elementos de importância para representação desses povos. Essa representação se torna fundamental no levantamento dos recursos existentes no território que também visa subsidiar um plano de gestão territorial.

Apesar do mapa não conseguir representar explicitamente todos os elementos de gestão territorial, ele possibilita a discussão para esses elementos, como um exemplo tem a fala do Juventino quando coloca que o mapa contribuiu para a discussão sobre geração de renda quando se mapeia os castanhais. Além disso, os representantes das associações também destacaram a função do mapa cultural no que diz respeito ao entendimento da necessidade de planejamento e visão de longo prazo (aqui como ações internas das comunidades) e das regras de utilização da terra e de

seus recursos naturais. O mapa também facilitou a articulação entre os conhecimentos e tecnologias tradicionais indígenas e os conhecimentos não indígenas. Contribuiu para fortalecer a participação indígena nos arranjos institucionais necessários para realizar a gestão (Anexo 04).

As regras, interações entre conhecimentos e arranjos institucionais representam algumas das ações externas, por meio de legislações, capacitações e aproximação com instituições vinculadas à implementação da gestão territorial. Essas contribuições do mapa cultural destacadas pelas associações estão, portanto, vinculadas às oficinas de elaboração do mapa, onde esses elementos como capacitações e interações entre técnicas indígenas e não indígenas foram trabalhadas.

Os elementos de gestão territorial, como proposto pela PNGATI, foram trabalhados nas oficinas do mapa cultural, mas a sistematização e o registro dessa discussão ficaram no nível da representação enquanto local de ocorrência desses eventos no mapa cultural, não aprofundando sobre metas e caminhos para se alcançar, de fato, a gestão territorial.

A partir de todas as discussões, os representantes das associações colocaram que acreditam que o mapa cultural tem contribuído para chegar à gestão do seu território.

As oficinas de elaboração do mapa cultural trouxeram expectativas aos povos das TIs, principalmente no que diz respeito ao seu uso. Alguns pesquisadores indígenas que participaram do mapa cultural colocaram como um dos objetivos de uso subsidiar a questão fundiária aos povos Kaxuyana, Tunayana e Kahyana que tem reivindicado a demarcação de suas terras. Essa questão da demarcação não apareceu nas entrevistas feitas às associações, apesar dessas terras ainda não serem demarcadas. Essa foi uma das expectativas relatadas pelos pesquisadores e que não apareceu nas entrevistas.

Isso pode ter se dado por diversos fatores, entre eles pode-se ter percebido que o mapa cultural não tinha por objetivo essa função fundiária (o que na essência não é, de fato, seu objetivo principal) ou no tempo entre a finalização da oficina de revisão final até a entrega do mapa cultural a discussão sobre a demarcação territorial ter se vinculado à outro subsídio.

O mapa cultural das TIs Trombetas do Mapuera e Nhamundá Mapuera iniciou no ano de 2009, ano em que a PNGATI ainda estava em construção, mas já existiam

diversas iniciativas para sua criação. O produto final do mapa cultural foi entregue para os povos das TIs no ano de 2013.

A partir de junho de 2012, o olhar sobre a ferramenta de mapeamento cultural tomou maior importância por se tratar de um instrumento proposto pela PNGATI para se alcançar a gestão territorial, mas mesmo antes da política ser instituída as metodologias de mapeamentos culturais tinham como um de seus objetivos subsidiar planejamentos para o uso de seus recursos culturais e naturais. Mas o que se tem visto é que existem diferentes olhares sobre a ferramenta, onde a PNGATI considera o mapeamento cultural como um instrumento para se chegar à gestão, enquanto a comunidade visualiza a gestão como mudanças nas ações internas e representa no mapa, os aspectos vinculados a seus costumes e tradições.

Além disso, o mapa também relacionado à disponibilidade dos recursos naturais, com o objetivo de planejar ações que envolvam os elementos da gestão territorial. Sendo o mapa cultural, portanto, muito mais uma ferramenta de diagnóstico e de planejamento para a construção de um plano de gestão territorial do que da gestão territorial em si, como propõe a PNGATI.

## **CAPÍTULO 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS E RECOMENDAÇÕES**

Os estudos sobre mapeamentos culturais junto à povos indígenas na Geografia são recentes mas têm estado cada vez mais presentes nas discussões sobre políticas públicas e suas ferramentas. Dessa forma, fez-se necessário buscar em outras ciências abordagens sobre metodologias participativas junto aos povos indígenas, entre elas as metodologias de mapeamento cultural, tema essencialmente geográfico, mas que tem sido utilizado em outras áreas do conhecimento não dando tanta importância às relações espaciais.

Os mapeamentos culturais, a partir das ações da comunidade no fazer o mapa, demonstram o quanto o mapa cultural está vinculado à preocupação em retomar práticas e conhecer territórios de seus antepassados. O mapa consegue expressar o processo histórico de vivência desses povos, gerações antigas representadas pelos símbolos de aldeias velhas e locais de história, o contexto de luta pelo território, representados pelo local de contato e cemitérios antigos e as representações culturais como os lugares sagrados, pajés e medicina tradicional.

Sobre a importância dos registros no mapa cultural, uma liderança Apalai em uma experiência de mapeamento cultural na terra indígena Parque do Tumucumaque relatou: “Os Brancos possuem a Bíblia e outros livros que contam a sua história, nós não tínhamos nada, agora temos a nossa história registrada” Tuarinke Apalai (ACT, 2006, p.1).

O mapa cultural para povos indígenas busca a representação dos aspectos tradicionais e culturais desses povos e tem mostrado um vínculo com as atividades relacionadas ao resgate cultural e com os recursos naturais.

Os instrumentos de gestão territorial possuem na literatura, críticas que vão desde o método participativo até a execução e implementação dos produtos gerados por meio desses instrumentos. Mas também demonstram a importância de se trabalhar com métodos participativos junto aos povos indígenas para facilitar o diálogo junto às políticas públicas.

Durante todo o processo de mapeamento e a partir dos relatos obtidos, tem-se que as territorialidades são fatores essenciais na relação dessas comunidades com a terra, sendo o espaço de construção e resistência cultural, ambiental e territorial para os povos indígenas.

Metodologias como o mapeamento cultural tem proporcionado às comunidades indígenas relacionar os conhecimentos tradicionais e identitários de seu povo com os

novos instrumentos e técnicas. Parte-se do pressuposto que é essa interação que pode proporcionar ferramentas de proteção cultural e territorial dessas comunidades.

A gestão territorial do ponto de vista das comunidades indígenas está muito mais associada às ações internas da comunidade do que diz respeito ao uso sustentável dos recursos naturais do que às ações governamentais que visam subsidiar o alcance à gestão, isso se dá também pelo desgaste que essas comunidades têm enfrentado no que diz respeito ao papel estatal nas terras indígenas, seja no viés de proteção aos recursos naturais e culturais seja no direito à terra.

Gestão territorial no âmbito estatal traz preocupações que vão além do bem estar e qualidade de vida para os povos indígenas, está relacionada à garantia desses recursos naturais do país, tendo em vista o forte papel de proteção dos recursos em áreas protegidas do país, principalmente nas TIs.

Um dos receios ao se discutir a gestão territorial e seus instrumentos indicados pela PNGATI é o real interesse governamental nessas iniciativas, perpassa desde assegurar recursos para usos diversos, (tais como finalidade econômica) até incentivar a criação de regras que limitem ainda mais o uso da terra pelos povos indígenas em seus territórios.

A partir do entendimento dos povos indígenas das TIs Trombetas do Mapuera e Nhamundá Mapuera, o mapa demonstra ser muito mais uma ferramenta de diagnóstico do que diretamente de gestão territorial. Ele está atrelado à localização das representações de importância para esses povos, sejam elas de símbolos culturais, históricos ou naturais.

Ao trazer o mapa cultural como uma ferramenta para alcançar a gestão territorial, a PNGATI não explicita os métodos e os usos direcionados desse instrumento, o que ocasiona no uso das ferramentas sem vínculo direto com a construção dos planos de gestão e nem à implementação dos mesmos.

Uma das consequências da falta do direcionamento claro do mapeamento cultural para a gestão territorial é o uso de diferentes metodologias de construção desses mapas, ocasionando, portanto, diferentes formas de enxergar a gestão territorial.

Os mapeamentos culturais realizados nas TIs Trombetas do Mapuera e Nhamundá Mapuera trazem fortes elementos para subsidiar a construção de um plano de gestão para as TIs, mas não para a implementação dos mesmos.

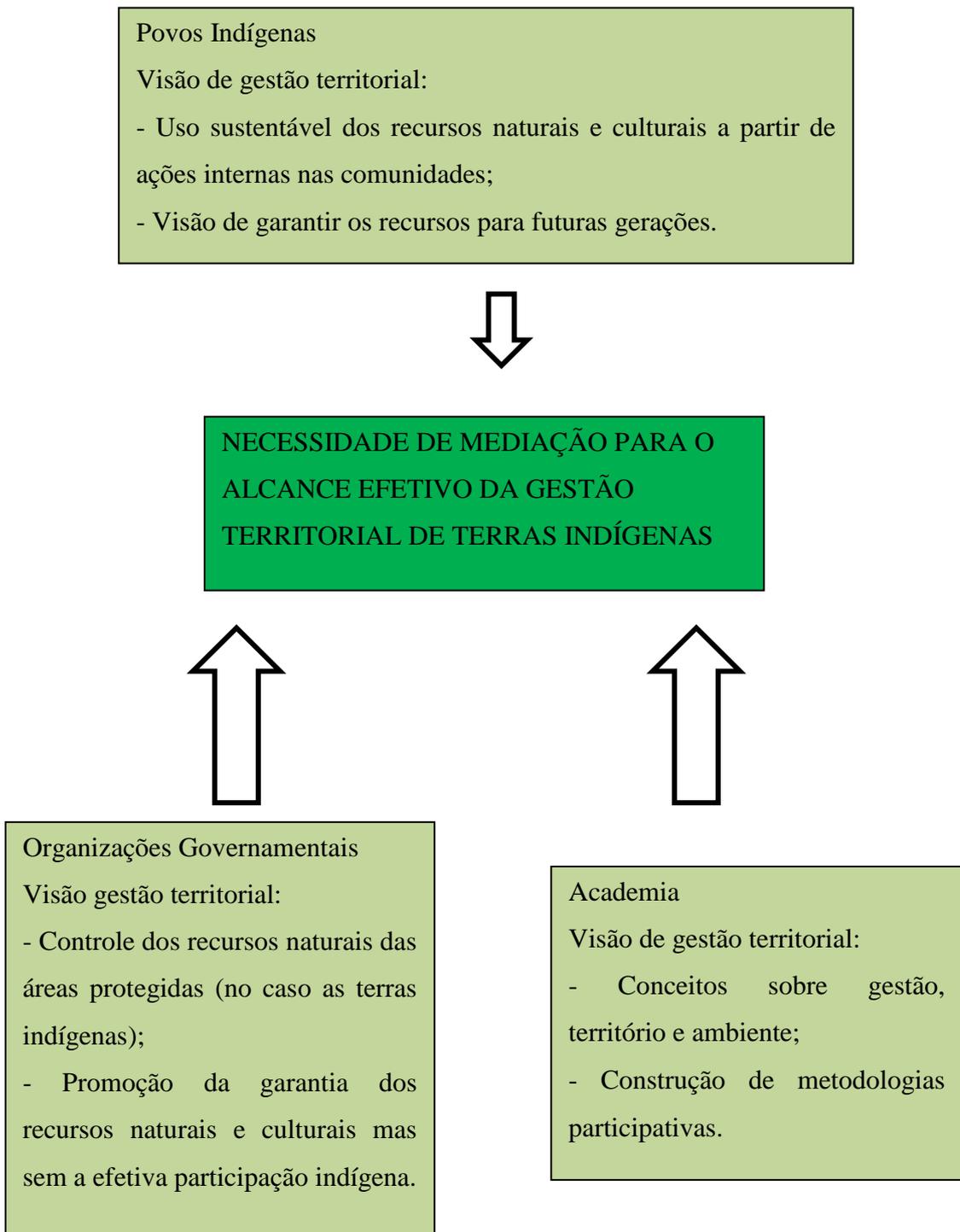
O mapa cultural é uma ferramenta fundamental para os povos indígenas no que diz respeito ao fortalecimento cultural quando utilizado nas escolas e pelas comunidades com o intuito de integrar o conhecimento dos mais velhos com o dos mais jovens, como foi possível observar nas conversas junto às associações indígenas. E nessa relação ele se caracteriza como uma ferramenta eficaz para alguns elementos de gestão territorial.

Durante as oficinas de mapeamento cultural os elementos de gestão territorial se fazem presentes nas falas das comunidades, mas o mapa por si só não consegue representar todos esses elementos. Isso não quer dizer que o mapa não alcance o objetivo dele, na verdade a função do mapa é de representação e também de subsídio para um planejamento do uso dos recursos naturais e culturais dos povos indígenas e isso foi alcançado a partir da elaboração do mapas culturais das TIs Trombetas do Mapuera e Nhamundá Mapuera. Mas como para se tornar um instrumento efetivo de gestão territorial se faz necessário readequações e direcionamentos claros dos usos e construção desses instrumentos.

A criação da PNGATI é um avanço para as discussões sobre gestão territorial em terras indígenas, mas se faz necessário readequar que os instrumentos para alcançar a gestão territorial tenham seus objetivos associados aos levantamentos e diagnósticos para a construção de um plano de gestão ou que existam percursos e métodos definidos para estabelecer as ações e diretrizes como pedidas na PNGATI durante a elaboração dos mapeamentos culturais.

As instituições envolvidas com a implementação da PNGATI junto aos povos indígenas, como a Fundação Nacional do Índio, ICMBio, Ministério do Meio Ambiente, comunidades indígenas, ONGs e meio acadêmico podem trabalhar de forma conjunta na elaboração do mapeamento cultural para se registrar os elementos de gestão territorial que parte da discussão entre a comunidade no momento do fazer o mapa.

As políticas públicas que envolvem as comunidades indígenas podem ser de fato alcançadas e discutidas a partir dos ideais e necessidades dos povos indígenas, quando as discussões partirem da demanda da comunidade e os mesmos forem de fato, os protagonistas na criação das políticas públicas e não apenas na responsabilidade de implementá-las.



O trabalho conjunto das instituições governamentais, povos indígenas e academia necessitam de um papel de mediação para a efetiva gestão territorial. Atualmente o terceiro setor, por meio de Organizações não Governamentais e Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP) tem atuado no planejamento para a implementação da gestão territorial. Apesar de atuarem (devem) junto aos povos indígenas, parte das ONGs tem pouca relação com as outras

instituições governamentais e acadêmicas. Essa relação se dá, por vezes, apenas no vínculo de títulos acadêmicos de profissionais que integram a equipe e pedidos de autorizações a instituições governamentais para atuarem junto aos povos indígenas.

Na implementação da PNGATI é necessário ampliar o diálogo entre esses entes, principalmente entre os povos indígenas e academia que ainda se caracteriza a relação mais distante entre as destacadas no que se diz respeito à gestão territorial.

Os povos indígenas são os principais interessados na manutenção de seus recursos naturais e culturais, tendo conhecimento das suas reais necessidades no que diz respeito ao planejamento de uso dos seus territórios. As instituições governamentais têm atribuições específicas a serem alcançadas em relação às terras e povos indígenas, além do que são os entes responsáveis pelo olhar Estatal vinculado às questões indígenas. A academia pouco tem contribuído na discussão sobre gestão territorial de terras indígenas, mas se faz necessária essa inserção mais ativa tendo em vista a necessidade de se pensar novas metodologias e construções conceituais sobre gestão territorial junto aos povos indígenas. Nesse âmbito, a Geografia é a principal responsável por essa discussão, que se baseia na relação homem/natureza.

Com o intuito de contribuir para o alcance da implementação da PNGATI, a presente pesquisa buscou estimular o debate e demonstrar as diferentes visões tanto para os povos como as instituições (governamentais e não governamentais) no que diz respeito à gestão territorial e seu instrumento de gestão territorial proposto, o etnomapeamento.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ACSELRAD, Henri. **Cartografias Sociais e Território**. Rio de Janeiro, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, 2008.
- ACSELRAD, Henri & COLI, Luis Régis. **Disputas territoriais e disputas geográficas**. In: ACSELRAD, Henri (org). *Cartografias Sociais e Território*. Rio de Janeiro, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, 2008.
- ACSELRAD, H. **Cartografia social e dinâmicas territoriais: marcos para o debate**. Rio de Janeiro: IPPUR/UFRJ. 2010.
- Amazon Conservation Team, - ACT. **Metodologia de Mapeamento Cultural Colaborativo**. ACT Edições 2008.
- \_\_\_\_\_. **Mapeamento Cultural da Terra Indígena Parque do Tumucumaque**. pp 1-4. (digitado), 2006.
- \_\_\_\_\_. Trabalho de campo: Etnomapeamento das Terras Indígenas Trombetas do Mapuera e Nhamundá Mapuera - **1ª Oficina**. pp 1-7. (digitado), 2009.
- \_\_\_\_\_. Trabalho de campo: Etnomapeamento das Terras Indígenas Trombetas do Mapuera e Nhamundá Mapuera - **2ª Oficina**. pp 1-8. (digitado), 2009.
- \_\_\_\_\_. Trabalho de campo: Etnomapeamento das Terras Indígenas Trombetas do Mapuera e Nhamundá Mapuera - **2ª Oficina**. pp 1-8. (digitado), 2009.
- \_\_\_\_\_. Trabalho de campo: Etnomapeamento das Terras Indígenas Trombetas do Mapuera e Nhamundá Mapuera - **3ª Oficina**. pp 1-7. (digitado), 2010.
- \_\_\_\_\_. Trabalho de campo: Etnomapeamento das Terras Indígenas Trombetas do Mapuera e Nhamundá Mapuera - **Revisão Final**. pp 1-4. (digitado), 2010.
- \_\_\_\_\_. Trabalho de campo: Etnomapeamento das Terras Indígenas Trombetas do Mapuera e Nhamundá Mapuera – **Entrega dos Mapas**. pp 1-3. (digitado), 2013.
- \_\_\_\_\_. **Narrativas e histórias Wai Wai**– Mapeamento Cultural Colaborativo. pp. 1-22. (digitado), 2010.
- ANDERSON, P. S. **Princípios de cartografia básica**. v. 1. 1982. Disponível em: <<http://lilt.ilstu.edu/psanders/Cartografia/00%20Completo.pdf>>. Acesso em 10 de maio 2013.
- ATAIDE, Marcos Sebastião; MARTINS, Ayrton Luiz Urizzi. **A Etnocartografia como Ferramenta de Gestão**. In: XXII CONGRESSO BRASILEIRO DE CARTOGRAFIA, 22, 2005, Macaé. Anais. Macaé: SBC, 2005.
- BANIWA, Gersem. **Situação atual dos índios do Brasil**. Portal EBC. Abr 2013. Entrevista concedida a Leyberson Pedrosa. Disponível em: <<http://www.ebc.com.br/cidadania/2013/04/indigena-e-doutor-em-antropologia-social-fala-sobre-projeto-indigenista-para-o>>. Acesso em 22 de junho de 2014.

BARROS, Emílio Carlos da Cunha. **FUNAI: Problemas e possíveis soluções**. Brasília DF. 54 p. 2003.

BAUER, M. W.; GASKELL, G. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. Petrópolis: Vozes, 2002.

BECKER, Bertha. **A Geopolítica na virada do milênio: logística e desenvolvimento sustentável**. In: CASTRO, Iná; COSTA GOMES, Paulo; CORREA, Roberto. (Org.). Geografia: Conceitos e Temas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, p. 271-307. 1995.

BIGIO, Elias dos Santos. **A ação indigenista brasileira sob a influência militar e da Nova República (1967-1990)**. In.: Tese de doutoramento: “Programa(s) de Índio(s), falas, contradições, ações interinstitucionais e representações sobre índios no Brasil e na Venezuela”, apresentada e definida no Programa de Pós-graduação em História da Universidade de Brasília - UnB, 2007.

BRASIL. **Decreto nº 7.747, de 05 de junho de 2012**. Institui a Política Nacional de Gestão Ambiental e Territorial de Terras Indígenas – PNGATI, e dá outras providências. 2012.

\_\_\_\_\_. **Decreto nº 6040, de 7 de fevereiro de 2007**. Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Povos e Comunidades Tradicionais – PNPCT, e dá outras providências. 2007.

BRESSER, L. C. P. **O novo desenvolvimentismo e a ortodoxia convencional**. São Paulo em Perspectiva, São Paulo, v. 20, n. 3, p.5-24, jul-set. 2006.

CAMPIONE, Francesco Paolo. Etnia Ed. **Etnicismi**. Como Itália: Università de gli Studi dell Insubria, 2003.

CANDLER, Craig et alli. **O SPIG como uma prática contínua: As experiências da First Nation (Primeira Nação) no Tratado Oito da Colúmbia Britânica, Canadá**. Participatory learning and action nº 54, 2006.

CASTRO, Iná Elias de. **Imaginário Político e Território: natureza, regionalismo e representação**. In CASTRO, Iná Elias et. al.. Explorações Geográficas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

CHAPIN, Mac et all. **Map indigenous lands**. Anu. Ver. Anthropol. pp.638. 2005.

CORBETT, Jon. et al. **Cartografia para Mudança: o aparecimento de uma prática nova**. In: Conferência Internacional sobre Gerenciamento de Informações Espaciais e de Comunicação Participativa, 2005, Nairob, Quênia. Aprendizagem e ação participativas n. 54, p. 13-20, 2006.

CORREIA, Cloude de Souza. **Etnozoneamento, Etnomapeamento e Diagnóstico Etnoambiental: Representações Cartográficas E Gestão Territorial Em Terras Indígenas no Estado Do Acre**. Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Departamento de Antropologia da Universidade de Brasília (DAN/UnB) para a obtenção do título de Doutor, 2007.

COSTA, Kênia Gonçalves & RATTS, Alex. **História e memória das representações cartográficas indígenas da terra indígena Karajá-Xambioá – Tocantins**. In: 3º Simpósio Iberoamericano de História da Cartografia Agendas para a História da

Cartografia Iberoamericana. São Paulo, 2010. Disponível em: <<http://3siahc.wordpress.com/memorias/#K%C3%AAnia%20Gon%C3%A7alves%20Costa%20&%20Alex%20Ratts>> Acesso em: 10 de junho de 2014.

CRAMPTON, W. Jeremy & KRYGIER, John. **Uma introdução à cartografia crítica**. In: ACSELRAD, Henri (Org). Cartografias Sociais e Território. Rio de Janeiro. pp. 85-111. 2008.

CRUZ, Sérgio Pereira. Socioeconomia e Etno-história. In: Cardozo, Ivaneide Bandeira & Vale Junior, Israel Correa do (orgs). Etnozoneamento da porção paraense das terras indígenas Trombetas - Mapuera e Nhamundá-Mapuera. Porto Velho - RO: EDUFR. 2012.

FERREIRA, Nilson Clementino. **Sistema de Informações Geográficas**. Centro Federal de Educação Tecnológica de Goiás. Goiânia. 2006.

FOCK, Niels. **Waiwai religion and society of an Amazonian tribe**. Copenhagen: National Museum, 1964.

FREIRE, Nelson Cabral Ferreira & FERNANDES, Ana Cristina de Almeida. **Mapas como expressão de poder e legitimação sobre o território: uma breve evolução histórica da cartografia como objeto de interesse de distintos grupos sociais**. Portal da Cartografia, Londrina v3 n1. 2010.

FRÉMONT, Armand. **A Região, espaço vivido**. Ed. Livraria Almedina, 1980.

FUNAI. PPTAL. **Levantamentos Etnoecológicos em Terras Indígenas na Amazônia brasileira: uma metodologia**. Versão revista e atualizada. FUNAI, 2004. 177 p.

FUNAI/MJ/MMA. **Gestão Ambiental e/ou Territorial de/em Terras Indígenas: Subsídios para a construção da Política Nacional de Gestão Ambiental em Terras Indígenas**. Portaria Interministerial nº 276/2008. Brasília. 2009.

FUNAI. **A importância da demarcação**. Disponível em: <http://www.funai.gov.br/indios/terras/conteudo.htm>. Acesso em 05 novembro 2013.

GAVAZZI, Renato Antonio; ALMEIDA, Regina Araujo de. **Etnocartografia, uma experiência com Mapeamento Participativo no Acre**. In: II SIMPÓSIO INTERNACIONAL CAMINHOS DACARTOGRAFIA NA GEOGRAFIA, 2., 2010, São Paulo. Anais... São Paulo: Departamento de Geografia - Ffllch/usp, p. 223 - 233. 2010.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 3. ed. São Paulo: Atlas 207 p. 1991.

GAGLIARDI, José Mauro. **O indígena e a república**. São Paulo: Hucitec, 1989.

GOMES, Mercio Pereira. Os índios e o Brasil: ensaio sobre um holocausto e sobre uma nova possibilidade de convivência. Editora Vozes. Petropolis RJ. 237p. 1988.

GUIMARÃES, Roberto P. **Bureaucracy and Ecopolitics in The Third World: Environmental Policy Formation in Brazil**. International Sociology, p.73-96. 1991.

HAESBAERT, Rogério. **Da Desterritorialização à Multiterritorialidade**. Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina. Universidade de São Paulo, 6774-6792p. 2005.

\_\_\_\_\_. **O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multi-Territorialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

HARLEY, Brian. **Mapas, saber e poder**. In Peter Gould e Antoine Bailly, *Le pouvoir des cartes et la cartographie*. Paris, Antropos, p. 19-51. Traduzido por Mônica Balestrin Nunes. 1995.

HARLEY, J.B.; WOODWARD D. **Cartography in prehistoric ancient and medieval Europe and the Mediterranean**. The history of cartography. Volume one. Chicago: The University of Chicago Press, 1987.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA IBGE. **Atlas Geográfico Escolar**. 3.ed. Rio de Janeiro: IBGE, 2006.

INTERNATIONAL CARTOGRAPHIC ASSOCIATION. **Cartography**. Amsterdã, ICA, 1996.

ISA, Instituto Socioambiental. **Povo Wai Wai**. 2010. Disponível em: <http://pib.socioambiental.org/pt/povo/waiwai/1137>. Acesso em: 10 de janeiro de 2014.

LENCIONI, Sandra. **Região e Geografia**. São Paulo: EDUSP, 2003.

LÉVY, Jacques. **Uma virada cartográfica?**. In: ACSELRAD, Henri (org). *Cartografias Sociais e Território*. Rio de Janeiro, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, 2008.

LITTLE, Paul E. **Gestão Territorial em terras indígenas: Definição de conceitos e proposta de diretrizes. Relatório Final**. Rio Branco (AC). 2006.

LUCIANO, Gersem dos Santos. **O Índio Brasileiro: o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil de hoje**. Brasília: Ministério da Educação. LACED/Museu Nacional, 2006.

MACHADO, Meline Cabral et al. **Plano de Proteção do Território Tradicional do Povo Kaxuyana**. 2013.

MICHEL, M.H. **Metodologia e Pesquisa Científica em Ciências Sociais**. São Paulo-SP: Atlas, 138 p. 2005.

MILLER, R. **Documento Orientador para a Preparação do Programa Nacional de Gestão Ambiental nas Terras Indígenas e do Projeto GEF Indígena**. Parte 1 e 2: Análise e Sistematização dos Documentos de Referência sobre Projetos e Políticas Públicas com Interface Direta e Indireta com Gestão e Conservação da Biodiversidade das Terras Indígenas. Brasília, 2008. Disponível em: <http://sites.google.com/site/pngati/> Acesso em: 17 julho de 2013.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. **Política indigenista e diplomacia – a projeção da questão indígena no direito interno e nos organismos internacionais**. Brasília: MRE, 1995.

MORAES, Antonio C. Robert. **Ratzel**. Col. Grandes Cientistas Sociais. São Paulo: Ática, 1992.

\_\_\_\_\_. **Meio Ambiente e Ciências Humanas**. São Paulo: HUCITEC. 1995

NOTA PÚBLICA. **Em defesa da luta das comunidades e povos indígenas em face da imposição de projetos de desenvolvimento na Amazônia**. 2013. Disponível em: <http://landsandrights.blog.com/files/2013/04/Nota-publica-defesa-da-luta-em-face-da-imposicao-projetos-de-desenvolvimento-na-Amazonia.pdf>. Acesso em: Jan. 2014.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **A fronteira Amazônica Mato-Grossense: grilagem, corrupção e violência**. USP/FFLCH. Livre Docência. 1997

PEDON, Nelson Rodrigo; SOUZA, Edevaldo Aparecido. **Território e Identidade**. Revista Eletrônica da Associação dos Geógrafos Brasileiros. Seção Três Lagoas – MS. Volume I nº6.126-148p. 2007.

PICKLES, John. **A History of Spaces. Cartographic Reason, Mapping and the Geo-Coded World**. London: Routledge. 2004.

QUEIROZ, Ruben Caixeta de. **Trombetas-Mapuera**. Território Indígena. Brasília: FUNAI/PPTAL. 2008.

RUAS, E.D et al. **Metodologia Participativa de extensão rural para o desenvolvimento sustentável – MEXPAR**. Belo Horizonte, março de 2006.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. Editora Ática. São Paulo, 1993

ROBINSON, Arthur H. **The Look of Maps: Na Examination of Cartographic Design**. Madison: University of Wisconsin Press. 1952

SACK, R. **Human Territoriality: its theory and history**. Cambridge: Cambridge University Press. 1986.

SANTOS, D.; BARRETO, G. **Unidades de Conservação Estaduais do Pará na Região da Calha Norte do Rio Amazonas** (2ª edição). 2012. disponível em: <<http://www.imazon.org.br>>. Acesso em 10 de janeiro de 2013.

SANTOS, Milton. **Espaço e método**. São Paulo: Nobel, 1985 (Coleção Espaços).

SANTOS, Milton. SILVEIRA, Maria Laura. **O Brasil: Território e sociedade no início do século XXI**. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SARMENTO, Daniel. **Igualdade, Diferença e Direitos Humanos**. 1ª. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2006.

SOARES, Frederico dos Santos. **Mapeamento Cultural: Uma proposta de leitura do espaço**. 2010. 90f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Departamento de Geografia, Universidade de Brasília, Brasília, 2010.

SOUZA, Cássio Noronha Inglez de & ALMEIDA, Fábio Vaz Ribeiro de. **Gestão Territorial em Terras Indígenas no Brasil**. Brasília. Edições MEC/ UNESCO. 2013.

SOUZA, Marcelo José. **O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento.** In: CASTRO, I.; GOMES, P.C.; CORRÊA, R. (orgs.). Geografia: Conceitos e Temas. 11. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, p.15-47. 1995.

TNC, *The Nature Conservancy*. **Gestão Territorial e Ambiental em Terras Indígenas: Quanto custa e como financiá-la.** Brasília, 2013.

TRIGUEIRO, André. **Índios suruis usam tecnologia para defender a terra do desmatamento.** Globo. Rondônia, 06 ago. 2012. Disponível em: <http://g1.globo.com/jornal-da-globo/noticia/2012/06/indios-suruis-usam-tecnologia-para-defender-terra-do-desmatamento.html>> Acesso em: 01 julho 2014

VALENTE, Renata Curcio. **Conceito e metodologias de desenvolvimento social da GTZ e projetos para povos indígenas no Brasil: reflexões de um processo de larga escala.** In: Inglez de Souza et.al. Povos Indígenas: Projetos e desenvolvimento. Rio de Janeiro, 2007.

VERDUM, Ricardo. **A Gestão ambiental e territorial no Brasil indígena: conceitos, estratégias e mecanismos de apoio no âmbito do MMA/SDS/DADS.** Brasília, 2006.

VIANNA, Aurélio Jr. **O reencantamento da cartografia.** Le Monde Diplomatique Brasil, 2(23):36-37, jun.2009.

## ANEXOS

Anexo 01) Modelo para a entrevista semiestruturada.

### **Questionário – TI Trombetas do Mapuera e Nhamundá Mapuera**

Olá, meu nome é Meline, alguns de vocês já me conhecem, sou geógrafa na Equipe de Conservação da Amazônia – Ecam (antiga ACT-Brasil) e já tive a oportunidade de estar com vocês em seu território trabalhando com algumas oficinas e dando um apoio também com a elaboração de mapas.

Hoje preciso da ajuda de vocês não como Geógrafa da Ecam, mas como estudante de mestrado da Universidade de Brasília (UnB) em Geografia, mas acredito que a contribuição dessa pesquisa pode trazer benefícios e reflexões para os estudos da Universidade, da Ecam, de políticas governamentais e, principalmente, no pensar sobre gestão territorial do ponto de vista de vocês, da comunidade.

Estou realizando uma pesquisa sobre a relação entre o mapeamento cultural participativo de seu povo e a gestão territorial proposta pela Política Nacional de Gestão Ambiental e Territorial de Terras Indígenas (PNGATI), decretada em junho de 2012.

O objetivo é que possamos entender melhor qual a relação do mapa cultural com a gestão de seus territórios tradicionais. Sendo sua participação fundamental para alcançarmos esse objetivo.

•Por favor, sinta-se livre para colocar suas opiniões, porque não há respostas corretas e incorretas. Na verdade estamos fazendo essa pesquisa porque precisamos conhecer um pouco sobre sua terra indígena e sua vida na aldeia e ninguém melhor que você para nos contar um pouco sobre isso, certo?

Nome:

Terra Indígena:

Etnia ou Clã:

Aldeia:

Associação:

1) Você já ouviu falar no mapa cultural da sua terra indígena?

(     ) SIM                                      (     ) NÃO

2) Você participou diretamente da oficina de mapeamento cultural?

(     ) SIM                                      (     ) NÃO

3) Em qual ano começaram as oficinas de mapeamento cultural?

4) Na sua opinião, o que levou o Povo \_\_\_\_\_ a tomar a decisão de elaborar o mapa cultural?

5) Antes de começar o mapa cultural, como você imaginava que seria utilizado o mapa?

6) Em qual ano foi entregue o mapa cultural?

7) Na sua opinião qual ou quais desses aspectos foram abordados na oficina de mapeamento cultural?

a) (     ) Fortalecimento cultural

b) (     ) Resgate cultural

c) (     ) Manejo do uso dos recursos naturais

d) (     ) Proteção territorial

e) (     ) Capacitações (ex.: entrevista com comunidade, cartografia, GPS).

f) (     ) Segurança alimentar

g) (     ) Geração de renda

h) (     ) Fortalecimento institucional

i) (     ) Nenhum deles

j) (     ) Outros:

8) Na sua opinião o mapa cultural:

a) contribuiu para explicar as regras e diretrizes de utilização da terra indígena e de seus recursos naturais?

(     ) SIM                                      (     ) NÃO

b) alertou sobre a necessidade de planejamento e visão de longo prazo, planejando as atividades de acordo com um objetivo específico a ser atingido?

(     ) SIM                                      (     ) NÃO

c) contribuiu para a sustentabilidade econômica, dimensão orçamentária e gestão institucional na Terra Indígena?

(     ) SIM                                      (     ) NÃO

d) facilitou a articulação entre os conhecimentos e tecnologias tradicionais indígenas e

os conhecimentos não-indígenas, dando mais importância aos processos de formação e capacitação?

(     ) SIM                    (     ) NÃO

e) contribuiu para fortalecer a participação indígena nos arranjos institucionais necessários para realizar a gestão, intensificando a interação política entre povos indígenas e sociedade nacional?

(     ) SIM                    (     ) NÃO

9) O mapa respondeu às expectativas do Povo \_\_\_\_\_?

(     ) SIM                    (     ) NÃO

10) Seu povo tem discutido questões relacionadas a gestão territorial?

(     ) SIM                    (     ) NÃO

11) Em sua opinião o que é gestão territorial?

12) Você já ouviu falar da Política Nacional de Gestão Ambiental e Territorial em Terras Indígenas (PNGATI)?

(     ) SIM                    (     ) NÃO

13) De acordo com a Política Nacional de Gestão Ambiental e Territorial em Terras Indígenas (PNGATI) existem duas formas de se chegar a gestão territorial: o mapa cultural e o etnozoneamento. Você acha que o mapa cultural tem contribuído de alguma forma, para se chegar à gestão de seu território?

(     ) SIM                    (     ) NÃO

14) O mapa cultural de seu povo tem sido utilizado?

(     ) SIM                    (     ) NÃO

15) Quais os usos que tem atualmente os mapas culturais?

Anexo 02) Política Nacional de Gestão Ambiental e Territorial de Terras Indígenas – PNGATI

**DECRETO Nº 7.747, DE 5 DE JUNHO DE 2012**

Institui a Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas – PNGATI, e dá outras providências.

**A PRESIDENTA DA REPÚBLICA**, no uso das atribuições que lhe confere o art. 84, **caput**, incisos IV e VI, alínea “a”, da Constituição, tendo em vista a Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho - OIT, promulgada pelo Decreto nº 5.051, de 19 de abril de 2004,

**DECRETA:**

**CAPÍTULO I**

**DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

Art. 1º Fica instituída a Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas - PNGATI, com o objetivo de garantir e promover a proteção, a recuperação, a conservação e o uso sustentável dos recursos naturais das terras e territórios indígenas, assegurando a integridade do patrimônio indígena, a melhoria da qualidade de vida e as condições plenas de reprodução física e cultural das atuais e futuras gerações dos povos indígenas, respeitando sua autonomia sociocultural, nos termos da legislação vigente.

Art. 2º São ferramentas para a gestão territorial e ambiental de terras indígenas o etnomapeamento e o etnozoneamento.

Parágrafo único. Para fins deste Decreto, consideram-se:

I – Etnomapeamento: mapeamento participativo das áreas de relevância ambiental, sociocultural e produtiva para os povos indígenas, com base nos conhecimentos e saberes indígenas; e

II – Etnozoneamento: instrumento de planejamento participativo que visa à categorização de áreas de relevância ambiental, sociocultural e produtiva para os povos indígenas, desenvolvido a partir do etnomapeamento.

**CAPÍTULO II**

**DIRETRIZES E OBJETIVOS**

Art. 3º São diretrizes da PNGATI:

I - reconhecimento e respeito às crenças, usos, costumes, línguas, tradições e especificidades de cada povo indígena;

II - reconhecimento e valorização das organizações sociais e políticas dos povos indígenas e garantia das suas expressões, dentro e fora das terras indígenas;

III - protagonismo e autonomia sociocultural dos povos indígenas, inclusive pelo fortalecimento de suas organizações, assegurando a participação indígena na governança da PNGATI,

respeitadas as instâncias de representação indígenas e as perspectivas de gênero e geracional;

IV - reconhecimento e valorização da contribuição das mulheres indígenas e do uso de seus conhecimentos e práticas para a proteção, conservação, recuperação e uso sustentável dos recursos naturais imprescindíveis para o bem-estar e para a reprodução física e cultural dos povos indígenas;

V - contribuição para a manutenção dos ecossistemas nos biomas das terras indígenas por meio da proteção, conservação e recuperação dos recursos naturais imprescindíveis à reprodução física e cultural das presentes e futuras gerações dos povos indígenas;

VI - proteção territorial, ambiental e melhoria da qualidade de vida nas áreas reservadas a povos indígenas e nas terras indígenas;

VII - proteção territorial e ambiental das terras ocupadas por povos indígenas isolados e de recente contato;

VIII - implementação da PNGATI para povos e comunidades indígenas, cujas terras se localizam em área urbana, naquilo que seja compatível, e de acordo com suas especificidades e realidades locais;

IX - proteção e fortalecimento dos saberes, práticas e conhecimentos dos povos indígenas e de seus sistemas de manejo e conservação dos recursos naturais;

X - reconhecimento, valorização e desenvolvimento da gestão ambiental como instrumento de proteção dos territórios e das condições ambientais necessárias à reprodução física, cultural e ao bem-estar dos povos e comunidades indígenas;

XI - garantia do direito à consulta dos povos indígenas, nos termos da Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho - OIT, promulgada pelo [Decreto nº 5.051, de 19 de abril de 2004](#);

XII - reconhecimento dos direitos dos povos indígenas relativos a serviços ambientais em função da proteção, conservação, recuperação e uso sustentável dos recursos naturais que promovem em suas terras, nos termos da legislação vigente; e

XIII - promoção de parcerias com os governos estaduais, distrital e municipais para compatibilizar políticas públicas regionais e locais e a PNGATI.

Art. 4º Os objetivos específicos da PNGATI, estruturados em eixos, são:

I - eixo 1 - proteção territorial e dos recursos naturais:

a) promover a proteção, fiscalização, vigilância e monitoramento ambiental das terras indígenas e seus limites;

b) promover a participação dos povos, comunidades e organizações indígenas nas ações de proteção ambiental e territorial das terras indígenas, respeitado o exercício de poder de polícia dos órgãos e entidades públicos competentes;

c) contribuir para a proteção dos recursos naturais das terras indígenas em processo de delimitação, por meio de ações de prevenção e de defesa ambiental pelos órgãos e entidades públicos competentes, em conjunto com os povos, comunidades e organizações indígenas;

d) promover a elaboração, sistematização e divulgação de informações sobre a situação ambiental das terras indígenas, com a participação dos povos indígenas;

e) apoiar a celebração de acordos e outros instrumentos que permitam o acesso dos povos indígenas aos recursos naturais que tradicionalmente utilizam localizados fora dos limites de suas terras;

f) promover ações de proteção e recuperação das nascentes, cursos d'água e mananciais essenciais aos povos indígenas;

g) apoiar o monitoramento das transformações nos ecossistemas das terras indígenas e a adoção de medidas de recuperação ambiental;

h) assegurar, sempre que possível, que bens apreendidos em decorrência de ilícitos ambientais praticados em terras indígenas sejam revertidos em benefício dos povos e comunidades indígenas afetados, na forma da legislação vigente;

i) promover o etnozoneamento de terras indígenas como instrumento de planejamento e gestão territorial e ambiental, com participação dos povos indígenas; e

j) promover e garantir a integridade ambiental e territorial das terras indígenas situadas nas áreas de fronteira, por meio de ações internas e de acordos binacionais e multilaterais, a fim de combater e controlar os ilícitos transfronteiriços, com especial atenção à proteção da vida de mulheres e homens indígenas, de todas as gerações;

II - eixo 2 - governança e participação indígena:

a) promover a participação de homens e mulheres indígenas na governança, nos processos de tomada de decisão e na implementação da PNGATI;

b) promover a participação dos povos indígenas e da FUNAI nos processos de zoneamento ecológico-econômico que afetem diretamente as terras indígenas;

c) promover o monitoramento da qualidade da água das terras indígenas, assegurada a participação dos povos indígenas e o seu acesso a informações a respeito dos resultados do monitoramento;

d) apoiar a participação indígena nos comitês e subcomitês de bacias hidrográficas e promover a criação de novos comitês em regiões hidrográficas essenciais aos povos indígenas;

e) promover a participação dos povos indígenas nos fóruns de discussão sobre mudanças climáticas; e

f) realizar consulta aos povos indígenas no processo de licenciamento ambiental de atividades e empreendimentos que afetem diretamente povos e terras indígenas, nos termos de ato conjunto dos Ministérios da Justiça e do Meio Ambiente;

III - eixo 3 - áreas protegidas, unidades de conservação e terras indígenas:

a) realizar consulta prévia, livre e informada aos povos indígenas no processo de criação de unidades de conservação em áreas que os afetem diretamente;

b) elaborar e implementar, com a participação dos povos indígenas e da FUNAI, planos conjuntos de administração das áreas de sobreposição das terras indígenas com unidades de conservação, garantida a gestão pelo órgão ambiental e respeitados os usos, costumes e tradições dos povos indígenas;

c) promover a participação indígena nos conselhos gestores das unidades de conservação localizadas em áreas contíguas às terras indígenas; e

d) assegurar a participação da FUNAI nos conselhos gestores das unidades de conservação contíguas às terras com presença de índios isolados ou de recente contato;

IV - eixo 4 - prevenção e recuperação de danos ambientais:

a) promover ações com vistas a recuperar e restaurar áreas degradadas nas terras indígenas;

b) promover ações de prevenção e controle de desastres, danos, catástrofes e emergências ambientais nas terras indígenas e entornos;

c) promover ações de prevenção e controle da contaminação por poluição e resíduos sólidos e de outras formas de degradação de recursos naturais das terras indígenas;

d) identificar as espécies nativas de importância sociocultural em terras indígenas e priorizar seu uso em sistemas agroflorestais e na recuperação de paisagens em áreas degradadas;

e) promover a recuperação e conservação da agrobiodiversidade e dos demais recursos naturais essenciais à segurança alimentar e nutricional dos povos indígenas, com vistas a valorizar e resgatar as sementes e cultivos tradicionais de cada povo indígena;

f) promover ações para a recuperação de áreas degradadas e a restauração das condições ambientais das terras indígenas, em especial as de prevenção e combate à desertificação;

g) promover a regularização ambiental de atividades e empreendimentos instalados no interior de terras indígenas, incentivando a adoção de medidas compensatórias e mitigatórias; e

h) promover medidas de reparação dos passivos socioambientais causados por atividades e empreendimentos inativos no interior de terras indígenas, observada a legislação específica;

V - eixo 5 - uso sustentável de recursos naturais e iniciativas produtivas indígenas:

a) garantir aos povos indígenas o usufruto exclusivo das riquezas do solo, dos rios e dos lagos existentes em terras indígenas;

b) fortalecer e promover as iniciativas produtivas indígenas, com o apoio à utilização e ao desenvolvimento de novas tecnologias sustentáveis;

c) promover e apoiar a conservação e o uso sustentável dos recursos naturais usados na cultura indígena, inclusive no artesanato para fins comerciais;

d) apoiar a substituição de atividades produtivas não sustentáveis em terras indígenas por atividades sustentáveis;

e) apoiar estudos de impacto socioambiental de atividades econômicas e produtivas não tradicionais de iniciativa das comunidades indígenas;

f) desestimular o uso de agrotóxicos em terras indígenas e monitorar o cumprimento da [Lei nº 11.460, de 21 de março de 2007](#), que veda o cultivo de organismos geneticamente modificados em terras indígenas;

g) apoiar iniciativas indígenas sustentáveis de etnoturismo e de ecoturismo, respeitada a decisão da comunidade e a diversidade dos povos indígenas, promovendo-se, quando couber, estudos prévios, diagnósticos de impactos socioambientais e a capacitação das comunidades indígenas para a gestão dessas atividades;

h) promover a sustentabilidade ambiental das iniciativas indígenas de criação de animais de médio e grande porte;

i) promover a regulamentação da certificação dos produtos provenientes dos povos e comunidades indígenas, com identificação da procedência étnica e territorial e da condição de produto orgânico, em conformidade com a legislação ambiental; e

j) promover assistência técnica de qualidade, continuada e adequada às especificidades dos povos indígenas e das diferentes regiões e biomas;

VI - eixo 6 - propriedade intelectual e patrimônio genético:

a) reconhecer, proteger e promover os direitos dos povos indígenas sobre conhecimentos, práticas, usos tradicionais, costumes, crenças e tradições associados à biodiversidade e ao patrimônio genético existente nas suas terras, de forma a preservar seu direito na repartição dos benefícios, na forma da legislação vigente; e

b) apoiar e valorizar as iniciativas indígenas de desenvolvimento de pesquisa, criação e produção etnocientífica e tecnológica, para possibilitar inovação e fortalecimento de base econômica, social e ambiental; e

VII - eixo 7 - capacitação, formação, intercâmbio e educação ambiental:

a) promover a formação de quadros técnicos, estruturar e fortalecer os órgãos públicos e parceiros executores da PNGATI;

b) qualificar, capacitar e prover a formação continuada das comunidades e organizações indígenas sobre a PNGATI;

c) fortalecer e capacitar as comunidades e organizações indígenas para participarem na governança da PNGATI;

d) promover ações de educação ambiental e indigenista no entorno das terras indígenas;

e) promover ações voltadas ao reconhecimento profissional, à capacitação e à formação de indígenas para a gestão territorial e ambiental no ensino médio, no ensino superior e na educação profissional e continuada;

f) capacitar, equipar e conscientizar os povos indígenas para a prevenção e o controle de queimadas e incêndios florestais; e

g) promover e estimular intercâmbios nacionais e internacionais entre povos indígenas para a troca de experiências sobre gestão territorial e ambiental, proteção da agrobiodiversidade e outros temas pertinentes à PNGATI.

### CAPÍTULO III

#### DA GOVERNANÇA DA PNGATI

Art. 5º São órgãos de governança da PNGATI:

I - o Comitê Gestor da PNGATI;

II - os Comitês Regionais da FUNAI; e

III - a Comissão Nacional de Política Indigenista – CNPI.

Art. 6º O Comitê Gestor da PNGATI, responsável pela coordenação da execução da política, será integrado por representantes governamentais e representantes indígenas, conforme ato conjunto dos Ministros de Estado da Justiça e do Meio Ambiente editado nos termos do art. 8º.

Parágrafo único. Além da competência prevista no **caput**, caberá ao Comitê Gestor:

I - promover articulações para a implementação da PNGATI;

II - acompanhar e monitorar as ações da PNGATI; e

III - propor ações, programas e recursos necessários à implementação da PNGATI no âmbito do plano plurianual, das diretrizes orçamentárias e do orçamento anual.

Art. 7º A coordenação do Comitê Gestor da PNGATI será exercida de forma alternada entre as representações do Ministério da Justiça, do Ministério do Meio Ambiente e dos povos indígenas.

Parágrafo único. A Secretaria-Executiva do Comitê Gestor da PNGATI será exercida pela FUNAI.

Art. 8º Os Ministros de Estado da Justiça e do Meio Ambiente, editarão ato conjunto para:

I - definir a estrutura, a composição e o funcionamento do Comitê Gestor da PNGATI;

II - constituir comitês locais, de acordo com as demandas e especificidades dos povos e comunidades indígenas; e

III - propor a realização de conferência nacional da PNGATI.

Parágrafo único. Fica assegurada a participação dos representantes dos povos indígenas no processo de elaboração do ato de que trata o **caput**.

Art. 9º A CNPI, no âmbito de suas competências, acompanhará a implementação da PNGATI, a fim de promover sua articulação com as demais políticas públicas de interesse dos povos indígenas.

Art. 10. A participação nos órgãos de governança da PNGATI será considerada prestação de serviço público relevante, não remunerada.

## CAPÍTULO IV

### DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 11. A PNGATI aplica-se, naquilo que for compatível, às áreas ocupadas por povos indígenas, cujo relatório circunstanciado de identificação e delimitação tenha sido aprovado por portaria da FUNAI, publicada no Diário Oficial da União, ou áreas que tenham sido objeto de portaria de interdição expedida pela FUNAI em razão da localização de índios isolados.

Art. 12. A PNGATI será implementada por meio de programas e ações previstos no plano plurianual, nas diretrizes orçamentárias e nos orçamentos anuais, e por meio de outras iniciativas e parcerias.

Art. 13. As despesas com a execução das ações da PNGATI correrão à conta de dotações orçamentárias consignadas anualmente aos órgãos e entidades responsáveis por sua implementação, observados os limites de movimentação, empenho e pagamento da programação orçamentária e financeira anual.

Art. 14. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 15. Ficam revogados:

I - o [Decreto nº 1.141, de 5 de maio de 1994](#);

II - o [Decreto nº 1.479, de 2 de maio de 1995](#);

III - o [art. 6º do Decreto nº 3.156, de 27 de agosto de 1999](#); e

IV - o [Decreto nº 3.799, de 19 de abril de 2001](#).

Brasília, 5 de junho de 2012; 191ª da Independência e 124ª da República.

DILMA ROUSSEFF  
*José Eduardo Cardozo*  
*Izabella Mônica Vieira Teixeira*

**Este texto não substitui o publicado no DOU de 6.6.2012**

Anexo 03) Pedido de autorização para uso do para cultural das TIs Trombetas do Mapuera e Nhmundá Mapuera

Associação Indígena Kaxuyana, Tunayana e Kahyana (AIKATUK).

Oriximiná, 22 de agosto de 2014.

A Associação Indígena Kaxuyana, Tunayana e Kahyana (AIKATUK) vem por meio desta autorizar a pesquisadora Meline Cabral Machado, estudante da Pós Graduação em Gestão Territorial do Departamento de Geografia da Universidade de Brasília (UnB), a utilizar o mapeamento cultural das Terras Indígenas Trombetas do Mapuera e Nhamundá Mapuera na sua pesquisa com o objetivo de contribuir para a discussão sobre os usos dos mapas para a gestão territorial da terra do nosso povo. Autorizamos o uso do mapa apenas para essa finalidade.

Atenciosamente,



---

Representante - AIKATUK

## Associação dos Povos Indígenas do Mapuera (APIM)

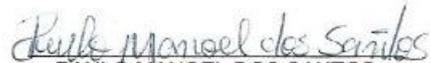


ASSOCIAÇÃO DOS POVOS INDÍGENAS DO MAPUERA - KETAKRONOMACHO  
Rua Barão do Rio Branco, s/n° Bairro São José Operário – Oriximiná – PA.  
CNPJ N°. 04.048.235/0001-04

Oriximiná, 22 de agosto de 2014.

A Associação dos Povos Indígenas do Mapuera (APIM) vem por meio desta autorizar a pesquisadora Meline Cabral Machado, estudante da Pós Graduação em Gestão Territorial do Departamento de Geografia da Universidade de Brasília (UnB), a utilizar o mapeamento cultural das Terras Indígenas Trombetas do Mapuera e Nhamundá Mapuera na sua pesquisa com o objetivo de contribuir para a discussão sobre os usos dos mapas para a gestão territorial da terra do nosso povo. Autorizamos o uso do mapa apenas para essa finalidade.

Atenciosamente,

  
PAULO MANOEL DOS SANTOS  
Vice-Presidente da APIM

Anexo 04) Entrevistas semiestruturadas aplicadas às associações.

Associação Indígena Kaxuyana, Tunayana e Kahyana (AIKATUK)

Entrevistador: Esse é um questionário com o objeto de realizar uma pesquisa sobre a relação entre o mapa cultural e a gestão territorial proposta pela PNGATI. O objetivo é para a gente entender melhor a relação do mapa cultural e a gestão dos territórios tradicionais. Vou fazer algumas perguntas aqui, e sinta-se livre em responder e colocar suas opiniões.

Qual o seu nome completo: **Juventino Peciri Kaxuyana**

Qual sua etnia: **Kaxuyana**

Associação: **Associação Indígena Kaxuyana, Tunayana e Kahyana (AIKATUK)**

1) Você já ouviu falar no mapa cultural da sua terra? Sim ou não?

**Já ouvi sim.**

2) Você participou diretamente da oficina do mapa cultural?

**Não, só como coordenador, não participei diretamente.**

3) Em que ano começaram as oficinas de mapeamento?

**2009**

4) Na sua opinião o que levou o povo Kaxuyana a tomar a decisão de elaborar o mapa cultural?

**Nós tomamos a decisão por que vemos a importância do mapa cultural é importante para quem participa da escola, para as nossas gerações futuras, por que vendo a mapa sabemos o que temos na nossa região, na nossa terra. Esse foi o objetivo.**

5) Antes de começar o mapa cultural, como você imaginava que seria utilizado o mapa?

**Antes de conhecer o mapa eu imaginava que era apenas conhecer os rios. Mas depois entendi que o mapa cultural vai além disso, é além disso, é o conhecimento geral do território.**

6) Em qual ano foi entregue o mapa cultural?

**2013**

7) Na sua opinião qual ou quais desses aspectos foram abordados na oficina de mapeamento cultural?

a) Fortalecimento cultural?

**Sim**

b) Resgate cultural?

**Foi sim.**

c) Manejo do uso dos recursos naturais

**Também foi.**

d) Proteção territorial

**Sim. Está tudo dentro do mapa cultural**

e) Capacitações, por exemplo as entrevistas com comunidade, as aulas de cartografia, GPS.

**Também ajudou muito aos pesquisadores conhecer melhor a ferramenta que é o mapa**

f) Segurança alimentar?

**Também, isso é importante. Tudo que foi colocado naquele mapa para nós é de suma importância.**

g) Geração de renda? Você acha que o mapa foi importante para entender isso ou não?

**Ajuda a entender, por que ali.. tendo o mapa você está vendo onde é que está por exemplo, os castanhais, entre outras coisas que a gente vende.**

h) Fortalecimento institucional? Você acha que esse mapa fortalece a associação?

**Fortalece por que esse mapa vai ajudar a buscar apoio para cada vez mais ampliar conhecimento e divulgar o mapa, o mapa cultural mostra onde reside o povo indígena Kaxuyana.**

Gostaria de acrescentar alguma coisa mais?

**Isso por enquanto é o que a gente está entendendo, depois... mais pra frente, com outras oficinas a gente vai entender melhor... agora só isso mesmo.**

8) Na sua opinião o mapa cultural:

a) contribuiu para explicar as regras e diretrizes de utilização da terra indígena e de seus recursos naturais?

**Sim.**

b) alertou sobre a necessidade de planejamento e visão de longo prazo, planejando as atividades de acordo com um objetivo específico a ser atingido?

**Sim também.**

c) contribuiu para a sustentabilidade econômica, dimensão orçamentária e gestão institucional na Terra Indígena?

**Contribuiu.**

d) facilitou a articulação entre os conhecimentos e tecnologias tradicionais indígenas e os conhecimentos não-indígenas, dando mais importância aos processos de formação e capacitação?

**Sim sim.**

e) contribuiu para fortalecer a participação indígena nos arranjos institucionais necessários para realizar a gestão, intensificando a interação política entre povos indígenas e sociedade nacional?

**Sim**

9) O mapa respondeu às expectativas do Povo Kaxuyana?

**Respondeu.**

10) Seu povo tem discutido questões relacionadas a gestão territorial?

**Sim. Estamos começando a discutir agora.**

11) Em sua opinião o que é gestão territorial?

**Gestão territorial é proteger o território, é ter o conhecimento e não destruir, é cuidar do território.**

12) Você já ouviu falar da Política Nacional de Gestão Ambiental em Terras Indígenas (PNGATI)?

**Já ouvi falar sim.**

13) de acordo com o PNGAT existem duas formas de chegar a Gestão territorial: o mapa cultural e o etno zoneamento, você acha que o mapa cultural tem contribuído de alguma forma para chegar a gestão do seu território?

**Sim. Tem contribuído sim.**

14) O mapa cultural do seu povo tem sido utilizado?

**Sim. Está sendo utilizado na escola.**

15) Quais os usos que esse mapa está tendo?

**Por enquanto só na escola e a algumas informações na comunidade.**

Associação dos Povos Indígenas do Mapuera (APIM)

Entrevistador: Paulo vou te fazer algumas perguntas que o objetivo é de realizar uma pesquisa sobre a relação entre o mapa cultural do povo e a gestão territorial proposta pela PNGATI. A ideia é a gente entender melhor a relação do mapa cultural com a gestão dos territórios tradicionais. Vou fazer algumas perguntas aqui e pode ficar a vontade pra responder.

Qual o seu nome completo: **Paulo Wai Wai - Iriki**

Qual sua etnia: **Wai Wai**

Associação: **Associação dos Povos Indígenas do Mapuera (APIM)**

1) Você já ouviu falar no mapa cultural da sua terra? Sim ou não?

**Já sim.**

2) Você participou diretamente da oficina do mapa cultural?

**Sim, participei.**

3) Em que ano começaram as oficinas de mapeamento?

**2009**

4) Na sua opinião o que levou o povo Wai Wai a tomar a decisão de elaborar o mapa cultural?

**Para nós foi para identificar uma localização no mapa cultural, dos lugares que consideramos importantes para os nossos povos.**

5) Antes de começar o mapa cultural, como você imaginava que seria utilizado o mapa?

**Que seria utilizado nas escolas, nas comunidades... para ter conhecimento dos lugares que consideramos importantes para o povo Wai Wai.**

6) Em qual ano foi entregue o mapa cultural?

**Foi entregue em 2013**

7) Na sua opinião qual ou quais desses aspectos foram abordados na oficina de mapeamento cultural?

a) Fortalecimento cultural?

**Foi sim**

b) Resgate cultural?

**Foi sim.**

c) Manejo do uso dos recursos naturais

**Não... acho que esse não..**

d) Proteção territorial

**Esse foi... proteção territorial**

e) Capacitações, por exemplo as entrevistas com comunidade, as aulas de cartografia, GPS.

**Sim. Também teve.**

f) Segurança alimentar?

**Não**

g) Geração de renda? Você acha que o mapa foi importante para entender isso ou não?

**Não...**

h) Fortalecimento institucional? Você acha que esse mapa fortalece a associação?

**Sim.**

Quer colocar mais alguma coisa?

**Não. Acho que é só isso mesmo agora.**

8) Na sua opinião o mapa cultural:

a) contribuiu para explicar as regras e diretrizes de utilização da terra indígena e de seus recursos naturais?

**Sim.**

b) alertou sobre a necessidade de planejamento e visão de longo prazo, planejando as atividades de acordo com um objetivo específico a ser atingido?

**Sim também.**

c) contribuiu para a sustentabilidade econômica, dimensão orçamentária e gestão institucional na Terra Indígena?

**Sim..**

d) facilitou a articulação entre os conhecimentos e tecnologias tradicionais indígenas e os conhecimentos não-indígenas, dando mais importância aos processos de formação e capacitação?

**Facilitou.**

e) contribuiu para fortalecer a participação indígena nos arranjos institucionais necessários para realizar a gestão, intensificando a interação política entre povos indígenas e sociedade nacional?

**Contribuiu sim.**

9) O mapa respondeu às expectativas do Povo Kaxuyana?

**Sim.**

10) Seu povo tem discutido questões relacionadas a gestão territorial?

**Sim.**

11) Em sua opinião o que é gestão territorial?

**Gestão territorial é a forma de melhoria da utilização dos recursos de um território.**

12) Você já ouviu falar da Política Nacional de Gestão Ambiental em Terras Indígenas (PNGATI)?

**Já ouvi falar sim.**

13) de acordo com o PNGAT existem duas formas de chegar a Gestão territorial: o mapa cultural e o etnozoneamento, você acha que o mapa cultural tem contribuído de alguma forma para chegar a gestão do seu território?

**Sim. Certeza.**

14) O mapa cultural do seu povo tem sido utilizado?

**Sim.**

15) Quais os usos que esse mapa está tendo?

**Uso nas escolas, nas comunidades para ter conhecimento dos lugares importantes, como lugares de caças, pescas, sagrados e aldeias antigas.**